AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS • VOL. 25 • No. 2 • FEVEREIRO 2005 • R$ 10,00

FGV EESP FGV IBRE FGV EAESP

SAFRA 2004/2005

Crise na comercialização

TIRA-DÚVIDA

Os novos instrumentos de crédito

BORRACHA

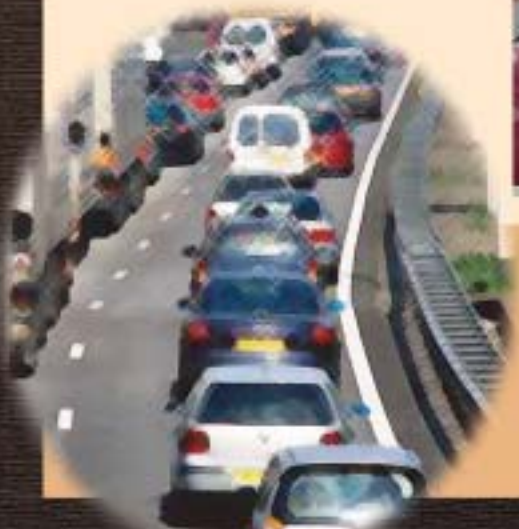
Cenário positivo e alta rentabilidade



CARNES

Sucesso das exportações não chega ao pecuarista





A ENERGIA DO CAMPO

Vendas de álcool arrancam, e o biodiesel sai do papel



ABRE ASPAS:

ITAMAR BERNAL, superintendente de Agronegócios do Santander Banespa

Crise não assusta os bancos

BRUNO BLECHER
DA REDAÇÃO



Com uma carteira de R$ 2,8 bilhões, o Santander Banespa divide hoje com o Banco Itaú o segundo lugar no ranking de crédito rural entre os bancos privados. O primeiro posto é do Bradesco. "Sempre tivemos foco no campo, mesmo nas épocas de crise", diz Itamar Bernal, 51, superintendente de Agronegócio do grupo. Esta vocação começou em 1909, no então Banco Hipotecário Agrícola do Estado de São Paulo, criado por imigrantes para fomentar a cafeicultura paulista, e prosseguiu durante os tempos do Banespa, quando o banco passou a ser controlado pelo Estado.

Hoje, comandado pelo grupo espanhol Santander, o banco tem 2.000 pontos-de-venda, dos quais 400 atendem à produção rural, principalmente no interior de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e algumas regiões do Centro-Oeste.

Para Bernal, a crise prevista para a comercialização desta safra não assusta os bancos. "De 0 a 5, o nosso grau de preocupação é 2", ele diz. "Nossa carteira é bem pulverizada. Temos clientes em várias áreas do setor. O agronegócio teve gás ao longo dos últimos três anos. E agora pode fazer um esforço para cumprir os seus compromissos, mostrando à sociedade que se profissionalizou".

Agroanalysis - Houve um tempo em que o crédito rural era uma área im-

portante para os bancos, que disputavam a clientela do campo. Depois, com a crise na agricultura, o endividamento do setor fez os bancos fugirem do produtor. E hoje? Crédito rural voltou a ser um bom negócio para os bancos?

Itamar Bernal - O Banespa, mesmo nas épocas de crise no campo, não deixou de atender ao produtor rural. Sempre esteve do lado da produção, uma das marcas do banco. E até perdeu dinheiro por causa disto. Houve mesmo uma fuga dos bancos do crédito rural no início dos anos 90 por conta do endividamento do setor. Mas isto não ocorreu por culpa do produtor. Foi uma consequência do descolamento monumental entre os preços das *commodities* e a indexação dos empréstimos, por causa daquela loucura da TR. No Plano Real, a agricultura serviu como âncora verde. Os preços da cesta básica ficaram praticamente congelados, o que acarretou uma grande inadimplência do setor entre 1990 e 1994. A dívida do setor ficou impagável, e os bancos caíram fora do crédito rural. Em 1997, com a securitização, o governo alongou as dívidas. A partir daí separou-se o joio do trigo. O produtor pode equacionar sua dívida no banco. Isto foi um dos fatores que permitiram o crescimento do agronegócio.

Agroanalysis - O susto levou o agricultor a buscar mais eficiência?

Bernal - O agricultor que não se modernizou para alcançar um maior índice de produtividade desapareceu. Hoje há empresários rurais com alta qualificação, que têm visão de negócio. O que faz a diferença hoje é o agronegócio empresarial.

Agroanalysis - E a agricultura familiar ? Não há espaço para os pequenos produtores no Brasil?

Bernal - Ela depende do apoio do governo. É preciso qualificar o pequeno produtor e fazer com que ele ganhe eficiência. Mas não vejo medidas concretas nesse sentido. Os bancos privados dificilmente vão entrar nesta área, porque a perda é certa. Os bancos cooperativos, sim, deveriam financiar a agricultura familiar. Dar amparo ao produtor. Os bancos privados não têm interesse em entrar em linhas de crédito com juros de 4% ao ano e valores baixos. Hoje os bancos querem bons clientes, empresários rurais que demandem produtos e serviços, e não apenas crédito rural. E o pequeno produtor não tem potencial para isso. É pouco atraente.

Agroanalysis - Entre os produtores rurais, quais são os que demonstram melhor nível de gestão?

Bernal - Certamente a área de grãos tem despontado, principalmente soja, algodão e milho. No segundo patamar vem a pecuária. Os regimes de confinamento têm mostrado eficiência. Mas há segmentos que não mostram avanço, como as culturas de hortifrutis. O produtor de grãos hoje está em pé de igualdade com o agricultor americano. Na laranja, o Brasil também é uma liderança. Mas você tem vários tipos de produtores de laranja. Eu conheço grandes produtores de laranja que conseguem manter um bom nível de produtividade e garantir a sanidade dos pomares. A eficiência hoje está muito ligada à escala do produtor. O produtor que tem escala está muito acima dos outros. O café é um caso a parte. O cafeicultor é menos qualificado do que os produtores de laranja, de cana e de grãos, embora tenha evoluído nos últimos anos.

Agroanalysis - O setor investiu muito nos últimos anos, mas nesta safra a comercialização será complicada, diante da queda dos preços da soja e do milho e do aumento dos custos. Neste cenário, como ficam os programas como o Moderfrota, uma vez que as grandes parcelas dos financiamentos de máquinas começam a vencer?

Bernal - Seria desastroso voltar ao passado. Ou seja, o governo adotar novamente medidas para postergar as dívidas. E há movimentos nesse sentido. Seria uma grande contradição, em um momento em que o governo está adotando medidas de vanguarda, com o lançamento de novos instrumentos de crédito para atrair investimentos no setor. O agronegócio teve gás ao longo dos últimos três anos. E pode fazer um es-

"Seria desastroso voltar ao passado. Ou seja, o governo adotar novamente medidas para postergar as dívidas"

"As demonstrações financeiras e os relatórios fornecem uma espécie de raio X da saúde da empresa. No caso do produtor rural, a qualidade desses dados ainda é fraca"

força para cumprir os seus compromissos, mostrando à sociedade que ele se profissionalizou.

Agroanalysis - O banco trabalha com a possibilidade de crescimento da inadimplência no setor rural?

Bernal - Não de uma forma catastrófica. Hoje nós trabalhamos com uma gama de produtores de alta eficiência e qualidade. E temos critérios para a concessão de crédito. Forçamos os produtores a manter as suas poupanças conosco. O nível de inadimplência hoje está ao redor de 1% a 1,5%, bem aceitável. Hoje, a nossa carteira de crédito rural gira em torno de R$ 2,8 bilhões, mas é bastante pulverizada. Nós temos 50 mil tomadores nessa carteira, que produzem os mais variados tipos de *commodities*. Vai ter problema na soja, mas não em produtos como o café e a laranja. Nós já fizemos um levantamento sobre o risco do banco na soja e estamos estudando as medidas que vamos adotar.

Agroanalysis - Se houvesse uma espécie de índice para medir a preocupação do banco com a inadimplência no crédito rural nesta safra, de 0 a 5, qual a escala você escolheria?

Bernal - Dois. O balizamento do crédito, o nível de garantia e a qualificação do cliente são elevados. O nosso cliente tem liquidez.

"Hoje os bancos querem bons clientes, empresários rurais que demandem produtos e serviços, e não apenas crédito rural"



Agroanalysis - Como você avalia a gestão na área do agronegócio?

Bernal - Os produtores rurais, em função do estágio elevado que o agronegócio atingiu no Brasil, precisam ser mais profissionais na gestão de seus negócios, inclusive oferecendo maior visibilidade. Os bancos e os investidores precisam ter visibilidade da condição financeira do produtor. Ter acesso a essas informações. As demonstrações financeiras e os relatórios fornecem uma espécie de raio X da saúde da empresa. E, no caso do produtor rural, a qualidade desses dados ainda é fraca. Se os bancos tivessem acesso a informações de mais qualidade, como por exemplo dos custos de produção, o mercado disporia de melhores condições para enxergar os novos instrumentos de crédito rural ou mesmo a CPR. Permitiria que a CPR, por exemplo, tivesse mais liquidez. E poderia também reduzir o spread. O produtor precisa deixar a sua eficiência mais visível para o mercado.

Agroanalysis - Como você vê o seguro rural no Brasil?

Bernal - Ainda é incipiente e tem um custo muito elevado. É inviável para o produtor.

Agroanalysis - Qual é a posição do banco em relação à CPR?

Bernal - Nós temos uma carteira de CPR de cerca de R$ 500 milhões. A CPR, para nós, é um complemento do crédito rural. Exemplo: o produtor precisa de R$ 1 milhão e os R$ 150 mil da soja são pouco. O que ele faz para captar os R$ 850 mil? Ou ele vai ao mercado ou põe dinheiro do bolso. A gente entra com a CPR para complementar o que ele precisa.

Ruim para os grãos, bom para as carnes

Se o agronegócio promete mais um ano promissor na produção e exportação, o ambiente em suas cadeias produtivas parece mais tenso. De um modo geral, a visão converge para o câmbio, um elemento de peso para a competitividade do setor. Houve pressão nos custos de produção das matérias-primas, que terão dificuldade de repasse na comercialização, em especial, nos cereais e oleaginosas, face à baixa das cotações nas bolsas internacionais, em decorrência das safras generosas e do aumento dos estoques.

As carnes convivem em conjuntura favorável. Os preços de exportação se recuperaram e voltaram aos níveis de meados dos anos 90. Com zelo e aprimoramento nos programas sanitários, os embarques de produtos *in natura*, processados e em cortes deverão render boas margens aos exportadores. O pomo da discórdia está na distribuição dos lucros auferidos entre os elos das cadeias produtivas. A análise da formação dos preços é fundamental para o bom andamento das negociações dessa natureza.

Até o plantio da próxima safra norte-americana, não há razões para reversão do movimento de baixa nas cotações de grãos. Esse cenário de curto prazo acontece justamente no período de colheita e comercialização da grande safra de verão brasileira. A Argentina vive um drama similar. Medidas de apoio precisarão de rápida definição para evitar grande perda de renda no campo. O MAPA pode lançar um pacote de R$5,5 bilhões, com recursos de R$2 bilhões para a comercialização e R$3,5 bilhões para crédito.

Nesse contexto, os debates em torno do avanço da área ocupada com a sojicultura deverão se arrefecer. Depois do grande aumento de área, nos últimos plantios, para a próxima safra 2005/06 não fica fora de cogitação até um recuo no plantio da lavoura. Nessa questão, chama a atenção o impacto da tecnologia integrada entre grãos e pastagens, como mostra um competente trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA.

Os ganhos para o comércio internacional com a liberação das barreiras protecionistas fazem parte de um influente estudo divulgado pelo Banco Mundial; um aviso para a Rodada de Doha, prevista para se encerrar no final do ano. Depois da reforma proposta pela União Européia, agora, a administração do presidente Bush propõe cortes na *Farm Bill*.

Já a agenda das atividades desenvolvidas na Organização Mundial do Comércio incorpora cada vez mais temas de interesse para o agronegócio nacional. Os casos do algodão e do açúcar marcaram em 2004 uma nova postura em defesa de interesses brasileiros. São processos em curso no Painel da Discórdia. Em contrapartida, existem as demandas de entidades norte-americanas, com acusação de prática de *dumping* nas exportações brasileiras de camarões e suco de laranja. Essas guerras comerciais incorporarão um novo capítulo diferencial na soja, contra a prática de subsídios pelos Estados Unidos.

Na agricultura energética, o Brasil caminha em duas frentes potenciais. Em um estágio mais maduro, a produção de álcool derivado da cana-de-açúcar ganha maior potencial, com a possibilidade de atender ao consumo de países que querem combustíveis menos poluentes e com menor dependência do petróleo. As exportações do ano passado superaram as projeções mais otimistas. No biodiesel, em fase embrionária, no B2 (com mistura de 2%), o esforço foi no sentido de integrar a agricultura familiar com a meta de produzir 40% da produção prevista para 2007, de 800 milhões de litros anuais. Não obstante, projetos de 50 a 100 milhões de litros anuais devem ser implementados, com o emprego da soja como matéria-prima.

Agroanalysis trata também de duas cadeias importantes para o agronegócio paulista. A heveacultura, para a produção de borracha natural, com projetos ambiciosos de crescimento, tendo em vista o déficit de produção para atender à demanda prevista para as próximas décadas. A outra é a consolidada citricultura, em processo de alta concentração industrial, mas com a produção estabilizada, sem apresentar sinais claros de expansão. As doenças aplacam os pomares, os custos de produção sobem, mas as cotações não mostram firmeza.

Outro tema é o acerto do Brasil com a China em relação às exportações de soja transgênica, fortalecido após a sanção presidencial da MP que autorizou o uso de sementes com organismos geneticamente modificados, na safra 2004/05. Os países da União Européia prosseguem na definição dos seus marcos regulamentares sobre os OGMs. Espera-se que o Brasil faça o mesmo em 2005. Na era da biotecnologia e da informática, surge a onda da nanotecnologia, com uma série de inovações tecnológicas. ■

AGROANALYSIS Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getulio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

DIRETOR DA EESP/FGV: Yoshiaki Nakano
DIRETOR DO IBRE/FGV: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
DIRETOR DA EAESP/FGV: Fernando S. Meirelles
CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano
EDITOR CHEFE: Antônio Carlos Kfouri Aidar
EDITOR EXECUTIVO: Luiz Antonio Pinazza
FUNDADORES: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO
REDATOR: Bruno Blecher
ARTE: Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)
REVISÃO: Solange Aparecida Visconte

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Fernando José Lopes, Ivani Fernandes Oliveira e Orlando Rossini Jr.

PUBLICIDADE - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 3287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Orlando Rossini Jr., tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: rossini@fgvsp.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS - Fernando José Lopes, Ivani Fernandes Oliveira e Orlando Rossini Jr. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

PONTOS DE VENDA: São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875; Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
SEDE: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900
ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR: Luiz Simões Lopes
PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal
VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
DIRETOR-GERAL: José Affonso Fausto Barbosa
DIRETOR DE OPERAÇÕES-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

CONSELHO DIRETOR
PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal
VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
VOGAIS: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella
SUPLENTES: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Geraldo José Carbone, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR
PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz César Protásio
VICE-PRESIDENTE: Klabin Irmãos & Cia (Pedro José da Matta Machado)
VOGAIS: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Pedro Grossi Júnior (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Luis Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A), José Ermírio de Moraes Neto (Votorantin Participações S.A), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Lídio Duarte (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S/A), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Ricardo Malfitano (S.A White Martins), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Tácito Naves Sanglard (Associação de Bancos do Estado de São Paulo)
SUPLENTES: Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A), Gilberto Duarte Prado, Oscar Augusto de Camargo Filho (Caemi Mineração e Metalurgia S.A), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A),

CONSELHO CONSULTIVO
Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Estado de Minas Gerais, Roberto Gusmão





O destino do açúcar na OMC

7
O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

10
AGRODROPS



16
COMÉRCIO EXTERIOR
EUA taxam camarão brasileiro



4
ABRE ASPAS
Crise não assusta os bancos
Itamar Bernal, superintendente de Agronegócio do Santander Banespa, diz que o agricultor brasileiro "ganhou gás" nos últimos três anos e pode cumprir os seus compromissos

12
MACROECONOMIA
Com o pé no breque
Há sinais claros de desaceleração
Rogério Mori



18
COOPERATIVAS
O vigor das exportações
Evaristo Marzabal Neves e Luciano Rodrigues



13
NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS
Os próximos passos
EUA querem empurrar fechamento da Rodada de Doha



19
SAFRA 2004/2005
Oferta elevada derruba os preços
EUA, Brasil e Argentina batem recorde de produção

Queda de renda afetará economia da Argentina

EUA: crescem os subsídios agrícolas

22
BIOTECNOLOGIA
Aumenta o plantio de transgênicos
Brasil acerta imbróglio com a China

26
MANDIOCA
Solução dos problemas pela raiz
Estruturação da cadeia produtiva gera bons resultados
Lucilio Rogério Lopes e Fábio Isaias Felipe



33
LEITE
Agenda para o aumento da competitividade
Ano começa com boas perspectivas
Compromisso de preços com a Argentina

45
MEIO AMBIENTE
Protocolo de Kyoto avança em Buenos Aires



46
BORRACHA
A cultura da seringueira e a reserva legal



38
C&T
Vem aí o nanofood
Mercado deverá chegar a US$ 20 bilhões em 2010

Desafios e oportunidades para a pesquisa
Clayton Campanhola



47
LEGISLAÇÃO

41
ENERGIA
Álcool brasileiro ganha o mundo
O sucesso do motor flex
Biodiesel sai da prancheta

48
MERCADO FUTURO
Os cenários de 2005
Félix Schouchana e Fabiana Perobelli

24
TENDÊNCIAS
O mapa da soja no Brasil
Cultura ocupa áreas convertidas de pastagens



28
CARNES
A previsão é de crescimento aqui e no exterior
• BOI: Discórdia na cadeia produtiva
• AVES: Sete desafios em 2005
• SUÍNOS: Depois da tempestade









Samba da soja

Até no Carnaval carioca a soja está em baixa. A Tradição, escola de samba que mostrou a saga do grão na Sapucaí, foi rebaixada para o grupo de acesso. A Mancha Verde, em São Paulo, que contou a história de Mato Grosso, também não deu sorte. Ficou em modesto 14° lugar. O Carnaval de Pernambuco também pegou carona no agronegócio. O desfile Galo da Madrugada, que atrai dois milhões de foliões pelas ruas de Recife, trouxe o primeiro trio elétrico movido a biodiesel.

Âncora verde

Os alimentos voltam a segurar os índices inflacionários neste início de ano. Dados da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) indicam que os alimentos tiveram deflação de 0,13% na primeira semana deste mês, a maior queda desde 1995 nos meses de fevereiro.

Veterano analista dos números da inflação, Mauro Zafalon, da Folha de S. Paulo, previu a volta da âncora verde: "os reajustes têm sido inferiores aos da inflação média, desde 2003, mas neste ano, poderão pressionar ainda menos e provocar os mesmos efeitos do início do Real".

Na telinha

O sucesso do agronegócio está gerando investimentos até na TV. O Canal do Boi, de Campo Grande (MS), começou a construir novos estúdios e pode ganhar uma sucursal em São Paulo. O Canal Rural, da RBS, para perder o seu acento gaúcho, inaugurou uma unidade em Goiás. Mas a grande novidade do setor é a Terra Viva, Tv que nasce da associação entre o grupo Bandeirantes e importantes empresários rurais.

Pato chinês

Maior produtora mundial de patos, a China abateu 1,8 bilhão de aves no ano passado. Esse é um forte indicador do crescimento da renda no país, onde existem cerca de 600 granjas de criação da ave.



Pisando em ovos

Nos dias 16 e 17 março, no Vitória Hotel, em Indaiatuba (SP), acontecerá o 3° Congresso de Produção, Consumo e Comercialização de Ovos As inscrições podem ser feitas pelo site www.apa.com.br. O setor de ovos movimenta US$2 bilhões anualmente no Brasil, com produção de cerca de 16,4 bilhões de unidades. Neste ano, deverão ser produzidos 18 bilhões de unidades, com consumo estimado em 123 ovos *per capita*.

Bombardeio

A ferrugem asiática, o excesso de chuvas e a infestação da lagarta "falsa medideira" no interior do Paraná levaram os agricultores a buscar socorro na aviação rural. O uso de aviões para aplicação de agrotóxicos aumentou 50% em relação à safra anterior.

ASSINE

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

e participe da publicação que melhor acompanha o agronegócio

0800 770 88 81

Café na mesa



Perspectivas internacionais, aspectos técnicos e de qualidade da lavoura cafeeira, e também o impacto da qualidade do grão no aumento do consumo são os temas do próximo curso da Universidade Illy do Café (Unilly). O evento será realizado nos dias 10 e 11 de março na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

COMPETÊNCIA

"O Brasil é de longe o país em desenvolvimento com o maior potencial para aumentar as exportações agrícolas nos próximos anos. Tem alguns dos produtores mais eficientes do mundo. E conta com áreas ainda inexploradas para o plantio"

Alexander Sarris, diretor da Divisão de Commodities e de Comércio da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), no jornal O Estado de S. Paulo (16/02/2005)

Força paranaense

Com 350 mil propriedades rurais e ocupando apenas 2,3% do território nacional, o Paraná responde por 23% da produção de grãos do País. É o primeiro produtor de milho, de trigo e de feijão, e o segundo maior produtor de soja. Em 2004, o Estado colheu 26 milhões de toneladas de grãos, e a previsão para esta safra é de 30 milhões de toneladas.

Ranking verde

Pelo menos na questão ambiental, o Brasil está no Primeiro Mundo. Aparece em 11° no Índice de Sustentabilidade Ambiental 2005, elaborado por cientistas das universidades de Colúmbia e Yale (EUA) e que avaliou 146 países. O índice resulta de 21 indicadores, como biodiversidade, qualidade do ar e da água, esforços para a redução de poluição, saúde, entre outros. Os 10 mais no ranking verde são: Finlândia, Noruega, Uruguai, Suécia, Islândia, Canadá, Suíça, Guiana, Argentina e Áustria. Confira na página: www.yale.edu/esi/ESI2005_Main_Report.pdf.

Posse na Faesp

Fábio Meirelles, reeleito presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), tomou posse no último dia 2 de fevereiro, em São Paulo. A cerimônia foi realizada no Hotel Jaraguá. Meirelles preside a entidade desde 1975, e a Federação abrange 543 municípios paulistas.

Pãozinho paulista

Com a alíquota zero de ICMS para a farinha de trigo, de acordo com a medida anunciada no dia 11 de fevereiro pelo governador do Estado de São Paulo, a expectativa é de que o preço do pãozinho seja reduzido em 4%, segundo a Abitrigo. Outros produtos, como macarrão e bolacha, deverão ficar mais baratos para o consumidor.





Câmara dos insumos

Cristiano Walter Simon (foto), que comanda a Câmara Setorial de Insumos Agropecuários (CSIA), diz que o grande desafio de curto prazo é a renovação do convênio 100, que trata da decisão em bloco dos secretários da Fazenda dos Estados no Confaz. Para meados do ano, a reforma tributária vai exigir a união do agronegócio.

Alta temperatura

O El Niño e a emissão de gases que causam o efeito estufa podem fazer de 2005 o ano mais quente desde o final do século 19. A previsão é da Nasa.

Açúcar de capim

Cientistas do Instituto de Botânica de São Paulo e da Universidade Federal de Lavras (UFLA) extraíram do capim-favorito um tipo de açúcar que pode diminuir a quantidade de glicose da corrente sangüínea, anunciou a Agência Fapesp. O excesso de glicose no sangue é uma característica da diabete.



TEMPESTADE

50 a 70 milhões

de raios ocorrem anualmente no Brasil, recordista mundial da categoria

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

Com o pé no breque

Há sinais claros da desaceleração da atividade econômica

ROGÉRIO MORI

As questões em torno da evolução recente da atividade econômica e suas perspectivas futuras ganharam importância fundamental nos últimos meses. Desde setembro de 2004, parte das ações do Banco Central (BC), no que se refere à taxa de juros, mostra o temor de um ritmo de aquecimento excessivo da atividade econômica e das conseqüentes pressões inflacionárias indesejáveis. Em função disso, mesmo com os primeiros sinais de acomodação da atividade desde o último trimestre do ano passado, o BC se pauta por cautela (talvez, excessiva) e mantém uma política monetária apertada, neste começo de 2005.

A partir desse quadro, o estabelecimento de um diagnóstico adequado sobre a atividade econômica e sua evolução futura ganha papel preponderante no debate atual.

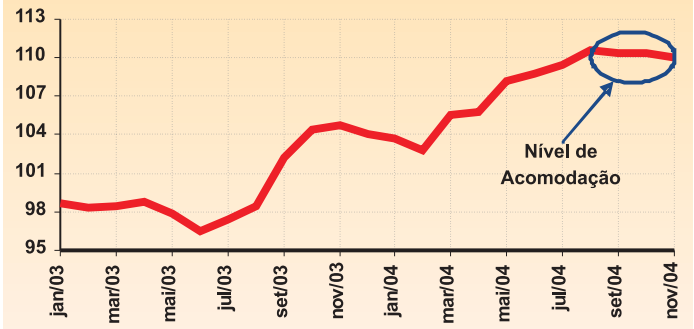
Sob essa perspectiva, não resta muita dúvida de que, passados três anos de pouco crescimento, o ano de 2004 pode ser considerado bom em termos de crescimento econômico, com o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrando um aumento superior a 5% em relação a 2003.

Os principais fatores condicionantes do bom crescimento de 2004 foram, de um lado, a demanda do restante do mundo, traduzida pelo crescimento das exportações brasileiras, e, do outro lado, a recuperação da demanda doméstica, estimulada em boa parte do ano pelo ciclo de queda da taxa básica de juros (Selic), que se encerrou em abril do ano passado.

A característica desse crescimento impôs uma dinâmica específica, do ponto de vista de estímulos aos segmentos da economia brasileira. Nesse contexto, os segmentos exportadores apresentaram um bom desempenho no ano, com segmentos como o agrícola e o siderúrgico, por exemplo, registrando boa performance em 2004, em termos de produção e vendas.

Quanto à demanda doméstica, o efeito da queda dos juros e a melhoria nas condições do crédito privado doméstico tiveram efeitos positivos sobre o desempenho do setor de bens duráveis. A produção e as vendas dos setores de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, assim como as de veículos automotores, registram recuperação e crescimento expressivo em relação a 2003. Vale destacar que, no cerne dessa recuperação, também houve uma descompressão dos investimentos produtivos no ano passado, o que contribuiu para estimular a produção e as vendas de bens de capital no País. Setores ligados à produção e vendas de bens semi e não-duráveis, em geral, registraram um desempenho mediano em 2004, uma vez que esses ramos da atividade estão mais ligados à evolução da renda real, que ainda está em lenta recuperação.

Produção Industrial Brasileira Dessazonalizada (2002=100)



Fonte: IBGE

A síntese desse diagnóstico sobre 2004 permite inferir alguns aspectos importantes para o ritmo da atividade e o crescimento econômico neste ano. Fica claro que os dois fatores econômicos que condicionaram boa parte do desempenho no ano passado sinalizam claramente para uma inversão no sentido do crescimento. A apreciação do real frente ao dólar nos últimos meses e a perspectiva de um menor crescimento da economia global indicam que o setor externo não deve ser um motor do crescimento econômico, como foi em 2004. Por sua vez, as elevações sucessivas das taxas de juros apontam uma reversão nas condições do crédito, com efeitos perversos sobre os setores domésticos que dinamizaram o crescimento em 2004.

Esses elementos sugerem uma desaceleração do ritmo da atividade econômica e um crescimento menor do PIB em 2005. De fato, alguns sinais da desaceleração da atividade econômica já podem ser facilmente detectados nos indicadores econômicos. No caso da produção industrial brasileira sazonalmente ajustada, já se pode observar uma acomodação do ritmo da produção desde setembro do ano passado. Mesmo assim, na ótica do BC, as preocupações com a desaceleração do crescimento e um ritmo de atividade mais desaquecido não devem se sobrepor àquelas relativas à inflação. Em outras palavras, mesmo com o quadro patente de desaceleração, o BC deverá prosseguir com altas taxas de juros. ■

WORLD TRADE ORGANIZATION



EUA querem empurrar fechamento da Rodada de Doha para 2006

Um duro teste este ano para a Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio, iniciada na Conferência Ministerial, de 2001. Os trabalhos estão paralisados desde o encontro de Cancun, realizado em setembro de 2003, no México. Trata-se da mais abrangente negociação sobre o que se produz e comercializa entre as fronteiras dos países.

No cronograma dos acordos, a colocação das modalidades de negociação agrícola (pré-negociação) foi fixada para fevereiro de 2003, porém, o seu estabelecimento sucedeu somente em agosto de 2004. Esse esboço de documento aprovado pelos países membros é o ponto de partida da agenda dos assuntos a serem postos nas mesas para os negociadores analisarem.

Em relação ao cumprimento do prazo de conclusão da Rodada, paira muito ceticismo. Embora Supachai Panitchpakdi, diretor geral da OMC, faça consultas para fechar a Rodada em 2005, como foi previsto inicialmente, Robert Zoellick, chefe da delegação comercial dos Estados Unidos, já pondera a prorrogação do fim da Rodada para 2006. Existe muita resistência por parte da União Européia e dos EUA para liberar os seus setores agrícolas.

Cenário para 2015

O Banco Mundial acaba de divulgar o relatório "Comércio de produtos agrícolas e países em desenvolvimento", em que traça um cenário básico para o horizonte em 2015, visando à formulação de hipóteses sobre o impacto das reformas para liberar o comércio e acabar com distorções e subsídios no mercado agrícola. Os ganhos gerais são expressivos. É interessante que os países desenvolvidos teriam maior participação na apropriação dos benefícios do que os países em desenvolvimento.

Como visão básica, é importante atentar que, daqui para frente, os ganhos com a liberalização do comércio internacional dependem em cerca de 69% das negociações agrícolas. Apesar desse resultado positivo, alguns setores terão perdas significativas. A produção dos países desenvolvidos caiu 11%, enquanto a dos países em desenvolvimento aumentou 2%.

Entre 2000 e 2002, os subsídios para os produtores rurais nos países desenvolvidos alcançaram US$230 bilhões, o equivalente a 46% do valor da produção. O caso extremo é o do açúcar, em que 80% da produção e 60%

Crescimento do BRIC: horizonte de 2050

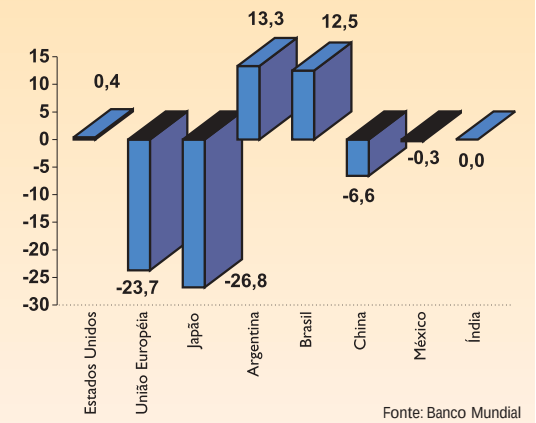
País	PIB - US$ trilhões	PIB *per capita*
Brasil	6,074	6 vezes
Rússia	5,870	18 vezes
Índia	27,803	37 vezes
China	44,453	36 vezes

Fonte: D.Wilson e Purushothaman, Goldman Sachs, 2003

do comércio internacional ocorrem com preços superiores aos de mercado, com custos anuais de US$6,4 bilhões para União Européia, Estados Unidos e Japão. Para frutas e vegetais, as barreiras existem mediante sistemas complexos de tarifas, acessos preferenciais e cotas.

Cerca da metade do comércio de produtos agrícolas ocorre entre países desenvolvidos. Com a eliminação de tarifas e subsídios, haveria aumento e maior integração internacional, com mais eficiência em diversos setores. Não obstante, muitas atividades sucumbiriam. Na Europa e no Japão, o emprego no setor rural despencaria em 20%, tendência ainda agravada com a perda de renda. Para Argentina e Brasil, os ganhos de renda dos agricultores seriam de 5% e 3%, respectivamente.

Empregos agrícolas (variação percentual no cenário 2015)



Fonte: Banco Mundial

A vez do BRIC?

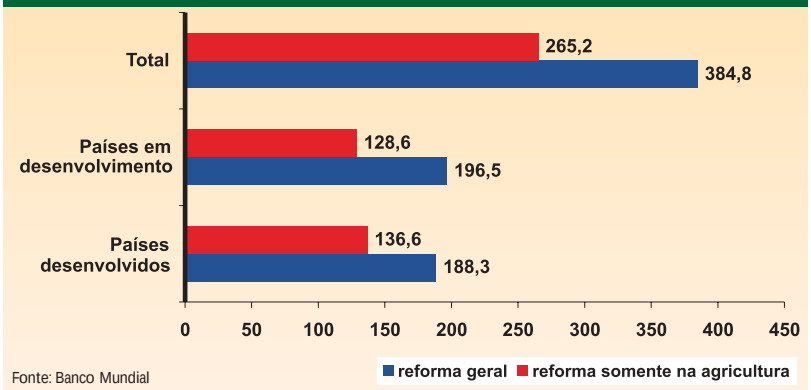
Brasil, Rússia, Índia e China, o grupo chamado BRIC, no mundo financeiro, apareceram como nações prontas para despontar na liderança do dinamismo econômico. São considerados os protopólos do Século XXI.

Para o Brasil, a previsão é de que o País irá multiplicar seu PIB *per capita* em seis vezes, até 2050, chegando a um PIB de US$6,1 trilhões e uma renda por habitante de US$15,6 mil; ou seja, um crescimento médio anual de 3,5% a 4,0%.

Depois do período célebre de expansão acelerada, entre 1930 e 1980, o País ingressou na "década perdida" dos anos 80, para, em seqüência, experimentar uma série de choques heterodoxos de congelamento de preços e salários. Os anos 90 não foram suficientes para reverter a tendência. A recuperação da moeda, com o Plano Real, não trouxe a esperada estabilidade com crescimento.

As projeções para o grupo BRIC surpreendem até mesmo muito brasileiros, o agronegócio é uma referência de vitalidade e progresso para a economia nacional. Um setor que, desde 1998, mostra resultados favoráveis e apresenta plenas condições para liderar a trajetória de crescimento do País. Uma liberalização do comércio agro-exportador teria impacto direto nessa trajetória.

Mundo: Ganhos com a liberalização (US$ bilhões)



Fonte: Banco Mundial



Como se esperava, a União Européia apresentou, em meados de janeiro, um pedido formal de apelação na Organização Mundial do Comércio-OMC contra a condenação aos subsídios à exportação de açúcar europeu, em um processo vitorioso em 2004, pelo Brasil, pela Tailândia e Austrália.

A Europa quer agora um novo julgamento, ainda que sua comissária para a agricultura, Mariane Boel, reconheça a necessidade de reforma no sistema de ajuda, criado em 1968. A partir da demanda, a OMC 'engatilha' os prazos da apelação. A iniciativa dos europeus, no sentido de apresentarem um recurso, retarda a condenação final da OMC e dá tempo para que eles reajustem seus programas domésticos.

O caso se arrastará por outros três meses, para o Brasil apresentar uma contra-apelação e pedir à OMC



maior rigor na arbitragem final contra os subsídios. A avaliação do Órgão de Apelação será a palavra final da entidade da OMC.

De acordo com a primeira decisão dos árbitros da OMC, a UE colocou de forma ilegal 2,8 milhões de toneladas de açúcar subsidiado, em apenas um ano, no mercado internacional, causando prejuízos às exportações brasileiras.

A disputa ocorre em torno dos compromissos da UE para reduzir seus subsídios, que permitiram ao bloco passar da condição de importador de açúcar para o segundo maior exportador do mundo, superado apenas pelo Brasil.

A UE concedia apoio financeiro para a produção de uma determinada cota interna de açúcar, que, quando superava um certo limite, era exportado com preços baixos, no esquema conhecido como açúcar C. Nas contas do Itamaraty, se o excedente da UE fosse retirado do mercado, o País aumentaria suas exportações em US$400 milhões, com um preço internacional ainda 20% maior.

Em um estudo recente, o Banco Mundial alertou sobre os ganhos de US$4,7 bilhões para a economia mundial, com o fim dos subsídios dos países ricos ao açúcar. Mesmo assim, Bruxelas insiste em que o açúcar C exportado não é subsidiado e que a condenação é baseada em "interpretações errôneas". De qualquer forma, a UE espera a aprovação de alguma redução dos subsídios até dezembro, antes da reunião ministerial da OMC, em Hong Kong. ■

Reforma no regime açucareiro europeu

O Conselho de Ministros de Agricultura da UE adiou o debate sobre a reforma do setor europeu da beterraba açucareira, no final de 2004. A proposta do comissário de Agricultura anterior, Franz Fischler, previa reduzir os preços de apoio ao produtor, em dólares, de 632 por tonelada para 421. Em 2004, o orçamento da UE destinou 1,4 bilhão de dólares em subsídios ao setor.

Os países estão divididos em três grupos: os que são contra a reforma; os que a apóiam, como a França; e os que pedem que ela seja até mais radical, como o Reino Unido. A nova Comissão Européia prepara outra proposta de reforma. O governo espanhol, na defesa dos interesses de Castela e Leão, pressiona para a reforma permitir a livre entrada de formas proporcionais aos países da UE.

Um dos desafios é manter unido o grupo de dez países, entre eles, a Espanha, opositores à reforma, para conseguir uma minoria de bloqueio na CE. A divisão existe, e o 'poder de fogo' é grande dos dois lados. Embora o presidente da CE, José Manuel Durão Barroso, seja de Portugal, país contrário à reforma, o comissariado de Agricultura é da Suécia, que a apóia.

Em Paris, a Associação de Produtores de Açúcar da Europa acredita que o preço do açúcar cairá mais, pois o Brasil inundará o mercado com seu produto: "suas exportações aumentaram de 1,3 milhão de toneladas para 13 milhões de toneladas, do começo dos anos noventa aos dias atuais".

Como compensar os países da ACP?

Dentre os critérios esboçados pela União Européia para compensar os países da África, Caribe e Pacífico (ACP) pelas perdas de receita resultantes da reforma do sistema europeu do açúcar, nos próximos oito anos, fazem parte o desenvolvimento sócio-econômico e a dependência do setor açucareiro.

Depois de manter o sistema para o produto praticamente intacto, nos últimos 37 anos, os ministros europeus dão como certos os cortes nos preços internos e nas quotas de produção de açúcar. Se a reforma proposta pela Comissão Européia for adotada, o preço pago pelo açúcar das ex-colônias cairá 37%, com impacto negativo numa renda estimada em 270 milhões de euros ao ano.

Algumas indústrias açucareiras do Caribe já operam 'no vermelho', como as de Barbados, Trinidad, St. Kitts e Jamaica, enquanto outras apresentam maior eficiência, como Ilhas Maurício, Fiji, Belize, Guiana e Congo. Zimbábue e Suazilândia são relativamente competitivos e menos dependentes das exportações para a Europa. Na África, os mais competitivos são Malaui, Zâmbia, Moçambique e Tanzânia, que poderão ampliar seus embarques para a União Européia.



EUA taxam camarão brasileiro

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos anunciou em dezembro do ano passado uma sobretaxa para o camarão importado do Brasil. A decisão é resultado de uma ação movida em 31 de dezembro de 2003, pelos pescadores da Aliança de Camarões do Sul dos Estados Unidos, contra os seis maiores fornecedores do crustáceo para o mercado americano: Brasil, China, Índia, Tailândia, Vietnã e Equador. Esses países entregam 75% do volume de camarão importado pelos norte-americanos.

O pedido inicial dos pescadores americanos era de uma sobretaxa da ordem de 60%, para compensar o *dumping* (venda por preços abaixo do custo, com prejuízo à produção local). Para a China, a sobretaxa foi bem maior. Os chineses são concorrentes diretos dos brasileiros, no segmento de porte médio. Esse fato representa um importante ganho relativo. Outros países também foram penalizados.

Sobretaxa imposta pelos EUA

País	Taxa %
China	55,00 %
Índia	9,45 %
Tailândia	6,03 %
Vietnã	4,38 %
Equador	3,26 %

Departamento de Comércio dos EUA

Durante o período em que as empresas nacionais foram consultadas pelos EUA, a estratégia foi diversificar a entrega e buscar novos mercados. O esforço foi bem-sucedido nas entregas para o continente europeu, onde o produto é mais valorizado. A acusação de *dumping* gerou tensão na cadeia produtiva e houve uma redução no valor da exportação em torno de 10,5 %. Isso quebrou o ritmo de crescimento de aumento na participação do comércio mundial de seis anos.

A atuação conjunta entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Itamaraty, a Secretaria especial de Aqüicultura e Pesca e a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC) foi crucial para mostrar o baixo custo do camarão cultivado. As condições climáticas do litoral brasileiro possibilitam três safras anuais na região nordeste, bem como um custo relativamente menor da mão-de-obra.

Sobretaxa para o camarão brasileiro

Empresa	Dezembro de 2004	Janeiro de 2005
Netuno - Pernambuco	9,96%	4,97%
Cida - Rio Grande do Norte	10,70%	7,94%
Média	10,33%	6,45%

Departamento de Comércio dos EUA

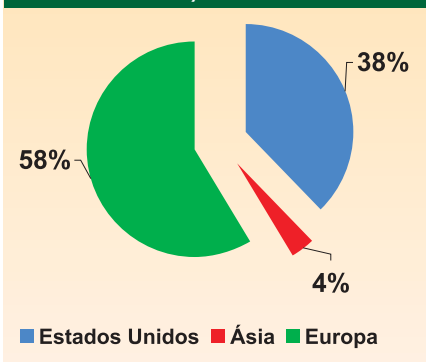
Por sua vez, um programa ambicioso de divulgação do produto nacional em feiras e exposições, junto com missões empresarias, alcançaram Canadá, Inglaterra, Japão, Alemanha e China.

Diante dos acidentes climáticos ocorridos no Ásia, não fica fora de cogitação uma revisão das tarifas de importação nos próximos meses. O maremoto trouxe perdas da ordem de US$40 milhões para a aqüicultura – criação de camarões e mexilhões da Índia e Tailândia, segundo um levantamento da Organização das Nações Unidas. A pesca tailandesa, a maior do mundo, é responsável por uma venda anual de camarão de US$1 bilhão.

Como será difícil para os EUA encontrar substituto para atender à sua demanda, uma boa perspectiva se abre para o Brasil.

Para 2005, o setor aposta na retomada do crescimento, com uma produção de 105 mil toneladas, em comparação com as 80 mil toneladas registradas em 2004, depois de atingir o pico de 90 mil toneladas em 2003. Para dar apoio ao crescimento, a ABCC investe em programas de capacitação dos criadores, código de conduta e certificação de qualidade por meio de parcerias com empresas especializadas. Um fato auspicioso foi a revisão e redução da taxa *antidumping*, anunciada inicialmente pelos EUA, que coloca o Brasil no mesmo patamar de competitividade de outros países, que estavam com margens bem menores. O camarão responde pela metade da exportação de pescado nacional. ■

BR: participação na exportação de camarão. Total de 2003: US$ 244,543 milhões



BR: participação na exportação de camarão. Total de 2004: US$ 218,867 milhões



Cronologia do processo

• 31 de dezembro de 2003: ação promovida pela Associação dos Pescadores do Sul dos EUA, com o objetivo de elevar o preço das importações, mediante a aplicação de uma margem de dumping.

• 20 de janeiro de 2004: o Departamento de Comércio dos EUA acata a ação.

• 21 de janeiro de 2004: a Comissão Internacional de Comércio (ITC) vota pela incidência preliminar de dano à indústria americana.

• 20 de dezembro de 2004: é definida a margem final de dumping.

• 26 de dezembro de 2005: ocorre a revisão da sobretaxa pelos EUA.

Mancha branca chega a Santa Catarina

Com o registro de foco da doença da "mancha branca" em 16 fazendas produtoras de camarão marinho de cativeiro, na cidade de Laguna, ao sul de Santa Catarina, o governo decretou barreira sanitária para impedir a saída e entrada de qualquer produto da maricultura catarinense de cativeiro, inclusive ostras e mexilhões.

Foi a primeira vez que o vírus apareceu no País, e é vital tomar ações imediatas para conter um alastramento da epidemia. Apesar de o Estado catarinense representar apenas 5% da produção nacional de camarão de cativeiro, existe o receio de a doença alcançar o Nordeste, a maior região produtora do Brasil.

Dentre as medidas de sanidade animal adotadas está o esvaziamento dos tanques afetados pela doença, que são cadastrados e ficam proibidos de serem utilizados na pós-larva.

Mediante análises laboratoriais das amostras, o grupo técnico formado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola (Cidasc), além da orientação sanitária, será rastreada a origem do problema. Algumas hipóteses já são traçadas, tais como:

1. Exploração desenfreada da atividade
2. Possível importação de pós-larvas de áreas infectadas
3. Ausência de condições ideais para a criação
4. Má qualidade da água

Sem oferecer risco para a saúde humana, a doença ataca o sistema nervoso do crustáceo e leva ao rápido extermínio das criações. O primeiro sintoma é o aparecimento de pintas claras na casca do camarão, que passa a nadar lentamente na superfície, comer pouco e ter sua cor modificada para rosada e pardo-avermelhado. O Equador perdeu mais da metade da safra, em decorrência do ataque do vírus. Como os criadores não conseguiram controlar a doença em Taiwan e no Sri Lanka, na Ásia, a carcinocultura foi substituída pela criação de tilápias.

Em 22 de maio de 1999, foi lançado no estado de Santa Catarina o Programa Estadual de Cultivo de Camarões Marinhos, com o objetivo de instalar 2,5 mil hectares de fazendas, criar três mil empregos e gerar uma renda de R$50 milhões por ano. De 1998 a 2003, a área saltou de 30 hectares para 540 hectares, mas poderá sofrer um freio, por causa da "mancha branca".

COOPERATIVAS

O vigor das exportações

EVARISTO MARZABAL NEVES e LUCIANO RODRIGUES

As estatísticas da Secex/MDIC (Secretaria do Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) mostram a impressionante evolução de 162,5 % no valor das exportações das cooperativas brasileiras, no período após 2000.

Esse crescimento foi incentivado pelo bom desempenho exportador do agronegócio brasileiro, principalmente, no complexo da soja, o carro-chefe das *commodities* agrícolas do País no exterior. Quando se compara onze dos principais produtos de 2004 com os de 2003, apenas o óleo de soja teve retração. Salta aos olhos a expansão do trigo, álcool etílico e da carne suína.

As cooperativas do Paraná, diante do bom desempenho do complexo da soja, responderam por quase 50% das exportações totais, seguidas pelas de São Paulo e Rio Gramde do Sul. Esses três estados corresponderam a 81,2% do total das cooperativas nacionais.

Com relação ao destino das exportações, a China, pela primeira vez, ocupou o primeiro lugar em 2004, à frente da Alemanha, dos Emirados Árabes, da França, Holanda e do Japão.

É interessante comentar a participação chinesa no destino das exportações das cooperativas brasileiras, que passaram do 13º para 2º lugar, de 2000 a 2003. A Alemanha tem-se colocado nas primeiras posições nas aquisições de produtos das cooperativas brasileiras.

Em síntese, neste ultimo qüinqüênio, o evolutivo desempenho exportador das cooperativas brasileiras se deve principalmente às exportações do complexo da soja, favorecidas pelo câmbio (desvalorização do real), por problemas sanitários (proibição do uso de rações de origem animal, ocasionados por doenças como o mal da vaca louca, na bovinocultura de corte, e a gripe asiática, na avicultura, provocando uma corrida às rações de origem vegetal) e pelo aquecimento da demanda internacional, principalmente da China e de países europeus. Daí, se compreende o destaque das cooperativas do Estado do Paraná como fornecedores, e da China, União Européia (Alemanha, França e Holanda), dos Emirados Árabes e Japão como maiores compradores.

Não são somente as oportunidades de mercado que favorecem o crescimento das cooperativas brasileiras do agronegócio. A implementação de uma administração profissional, da prática do espírito cooperativista, do planejamento e organização, do melhor dimensionamento e escalonamento de investimentos, do treinamento de pessoal em seus mais diferentes escalões, da capacitação e agregação de valor na concentração horizontal e integração vertical, entre outros fatores, sustentam a competitividade das cooperativas das regiões Sul e Sudeste, responsáveis por 94% das divisas carreadas pelas cooperativas brasileiras em 2004. Por fim, é bom ficar atento às emergentes e profissionalizadas cooperativas do Brasil Central, que tendem a ganhar espaço no competitivo mercado exportador de *commodities* do agronegócio. ■

Exportações das cooperativas brasileiras

Ano	Valor (milhão US$ FOB)	Variação anual (%)
2000	762,6	-
2001	1.134,3	49%
2002	1.089,9	-4%
2003	1.303,8	20%
2004	2.002,7	54%

Fonte: Secex/MDIC

Exportação das cooperativas brasileiras: em milhão de US$-FOB

Produto	2003	2004	Variação %
Soja em grãos	268,0	413,7	54,4%
Farelo de soja	214,2	351,0	63,9%
Outros açúcares	241,3	266,5	10,4%
Carne de frango (pedaços e miudezas)	120,0	185,4	54,5%
Café torrado	82,7	133,7	61,7%
Álcool etílico	17,9	113,8	535,8%
Carne suína*	42,5	88,6	108,5%
Milho	72,9	86,7	18,9%
Trigo	4,7	83,3	1.672,3%
Óleo de soja	91,9	72,4	-21,2%
Açúcar de cana bruto	15,7	30,7	95,5%

* Não estão incluídos carcaças, meia-carcaça, miudezas, pedaços não desossados, fígado e tripas, entre outros
O valor utilizado se refere somente à classificação 'outras carnes de suínos'.
Fonte: Secex/MDIC

Exportações das cooperativas brasileiras por Estado (em milhões de US$-FOB)

Estado	2003	2004	Variação
Paraná	663,7	992,2	49%
São Paulo	279,4	412,7	48%
Rio Grande do Sul	95,3	220,7	132%
Minas Gerais	75,5	124,0	64%
Santa Catarina	94,8	119,9	26%
Goiás	36,4	55,7	53%
Mato Grosso do Sul	33,4	30,5	-9%
Mato Grosso	7,8	18,4	136%
Bahia	9,1	10,2	12%
Tocantins	3,7	9,3	151%

Fonte: Secex/MDIC

Exportação das cooperativas brasileiras: principais destinos (milhões de US$-FOB)

Países	2003	2004	Variação
China	156,5	328,4	109,8%
Alemanha	177,9	200,4	12,6%
Emirados Árabes	110,4	131,4	19,0%
França	70,0	114,3	63,3%
Holanda	76,6	108,8	42,0%
Japão	65,7	101,5	54,5%
Rússia	64,3	93,2	44,9%
Espanha	46,7	72,6	55,5%
Estados Unidos	16,7	67,1	301,8%
Marrocos	43,8	62,1	41,8%

Fonte: Secex/MDIC



Oferta elevada derruba os preços

EUA, Brasil e Argentina vão bater recorde de produção

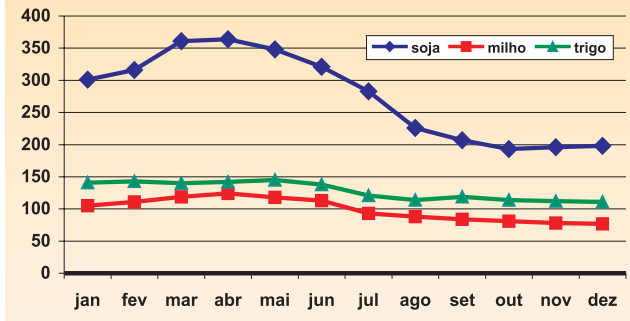
O relatório de fevereiro divulgado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) confirma a previsão de produção recorde de cereais e oleaginosas no mundo, para a safra 2004/05. As generosas colheitas de milho, soja e trigo explicam o aumento na oferta e o enfraquecimento de seus preços no mercado internacional.

Os três principais produtores mundiais do grão, pela ordem, EUA, Brasil e Argentina, deverão colher os maiores volumes já registrados. Na soja, a produção americana está estimada em 85,5 milhões de toneladas, enquanto a do Brasil e da Argentina, respectivamente, em 63 e 39 milhões de toneladas. Os estoques de passagem nos EUA deverão quadruplicar. O preço do bushell da soja em grãos está projetado para operar a de 480 a 540 centavos de dólar, depois de passar de um dólar, no primeiro semestre do ano passado. Já o consumo de farelo tende a cair, pois com o aumento da incidência da gripe aviária, na Ásia, milhões de frangos foram sacrificados.

Milho

Quanto ao milho, o relatório não trouxe grandes surpresas. O USDA prevê uma enorme colheita, de 299,9 milhões de toneladas nos EUA, em 2004/05. Isso significa uma duplicação dos es-

Preços Agrícolas Internacionais : 2004
Bolsa de Chicago (US$ por t)



Fonte: USDA

Conversão da tonelada

Cultura	Unidade	Fator
Trigo e soja	Bushells	0,027216
Arroz	Libra-pesos	0,045359
Milho e sorgo	Bushells	0,025401
Centeio	Bushells	0,021772
Cevada	Bushells	0,014515
Açúcar	Toneladas curtas	0,907185
Algodão	Fardo de 480 libras	0,217720

1 hectare = 2,4710 acres
1 quilo = 2,20462 libras

Fonte: USDA

Mundo: produção e estoque de grãos (milhões de toneladas)

Item	Produção			Estoque		
	2002/03	2003/04	2004/05	2002/03	2003/04	2004/05
Total (1+2+3)	1.817,2	1.852,1	2.020,8	443,6	349,1	382,2
Trigo (1)	566,9	552,8	622,2	167,6	131,0	145,5
Grãos forrageiros (2)	872,4	910,0	996,5	165,7	132,3	160,0
Arroz (3)	377,9	389,3	402,1	110,3	85,8	76,7
Milho	601,5	621,9	701,8	122,6	97,7	114,9
Algodão	48,9	38,2	35,5	38,2	35,5	46,7
Grão de soja	197,1	189,8	228,6	40,6	38,9	61,3
Farelo de soja	129,9	129,4	138,9	3,8	4,7	3,8
Óleo de soja	30,3	30,0	32,2	1,9	1,5	1,6

Fonte : USDA. Fevereiro de 2005
Grãos forrageiros = aveia, centeio, cevada, milho, sorgo
Algodão = fardo de 480 libras

Estados Unidos: produção e estoque de grãos (milhões de t)

Item	Produção			Estoque		
	2002/03	2003/04	2004/05	2002/03	2003/04	2004/05
Total (1+2+3)	293,9	343,3	385,4	45,1	44,5	72,6
Trigo (1)	43,7	63,8	58,7	13,4	14,9	15,2
Grãos forrageiros (2)	243,7	273,1	319,4	30,9	28,8	56,1
Arroz (3)	6,5	6,4	7,3	0,8	0,8	1,3
Milho	227,8	256,3	299,9	27,6	24,3	51,0
Algodão	17,2	18,3	23,0	5,4	3,5	7,3
Grão de soja	75,0	66,8	85,5	48,4	30,5	119,7
Farelo de soja	36,6	35,1	37,7	0,2	0,3	0,3
Óleo de soja	9,2	9,7	9,4	0,9	0,8	0,9

Grãos forrageiros = aveia, centeio, cevada, milho, sorgo
Algodão = fardo de 480 libras
Fonte : USDA. Fevereiro de 2005

toques nos EUA. A expectativa de uma redução na previsão americana por conta das chuvas no Meio-Oeste não se confirmou. Já em âmbito mundial, os estoques subirão menos, mas vão ficar abaixo dos de anos anteriores. A fraqueza dos preços, de 90 a 95 dólares por tonelada, na Bolsa de Chicago, reflete muito mais a situação de excedente do mercado norte-americano.

Trigo

A produção será recorde, impulsionada pelas excelentes safras na Rússia, Sérvia e Montenegro. Apesar da menor colheita nos EUA, os estoques não mostram queda significativa. A Bolsa de Chicago opera com preços ao redor de 150 dólares a tonelada. A decisão da comissão européia de manter o subsídio à exportação em 4 euros por tonelada ajudou a sustentar as cotações. ■

Briga de gigante na soja

Em algum momento, deveria recrudescer o movimento de abertura de um painel (comitê de arbitragem) na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios concedidos pelo governo americano à produção da soja. Em 2002, o processo foi abortado devido à reação dos preços no mercado internacional, que permitiu uma redução nos subsídios internos praticados pelos Estados Unidos.

Agora, pressionada pela superoferta mundial e pela apreciação do real em relação ao dólar, a cadeia produtiva da oleaginosa no Brasil voltará 'à carga', diante das cotações em baixa e da iminente "volta" dos subsídios nos EUA. O processo na OMC deverá custar US$2,5 milhões.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) começou a atualizar os estudos econométricos para sustentar os argumentos principais do desejado painel: sem os fartos subsídios, os produtores americanos plantariam menos soja, o Brasil avançaria em novos mercados e as cotações subiriam. O cenário é de que os subsídios aumentarão até a reforma da atual Lei Agrícola dos EUA, que vai expirar em 2007.

Estudo de Salazar Brandão e Elcion Caiado, da Universidade Estadual do Rio (UERJ), mostra que, de 1998 a 2004, o Brasil poderia ter elevado em até US$4 bilhões suas exportações, sem os subsídios dos EUA. Isso significaria agregar US$362 milhões aos US$10,2 bilhões embarcados em soja, em 2004.

A ação na OMC visa mostrar a falta de renda dos produtores norte-americanos para cobrir custos. No Brasil, se produz a saca de soja, em média, por US$8 a US$9, contra US$11 e US$12 nos EUA, onde o preço mínimo equivale (USDA) a US$11,6 a saca.

A argumentação brasileira contra os EUA será centrada no descumprimento do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC em relação às chamadas medidas de apoio interno. Um dos alvos é o mecanismo de financiamento à comercialização em condições preferenciais, o chamado marketing loan benefits. Por esse sistema, o produtor embolsa uma ajuda do governo com a diferença entre o preço mínimo e o de mercado, para esperar o melhor momento para a realizar a venda. Para enfrentar essa 'briga', uma exigência é certa: a de se realizar um estudo competente e detalhista, com um caso concreto.

Queda na renda

A situação do país vizinho é muito próxima da brasileira, quando se trata do efeito da baixa geral nas principais commodities de grãos, nas bolsas internacionais. Desde a crise econômica desencadeada em 2001, o campo tem sido um verdadeiro oásis de tranqüilidade, com crescimento sucessivo nos últimos três anos. Agora, os bons resultados de renda deverão sofrer interrupção.

Com a virada ocorrida no cenário mundial, as lideranças locais do agribusiness partem em busca do diálogo com o governo, principalmente no tocante à cobrança do imposto de exportação entre 20,0% e 23,5%, incidente sobra a comercialização de soja, milho, trigo e girassol. A taxação foi imposta durante o período de desvalorização abrupta do peso frente ao dólar, quando as cotações externas estavam favoráveis. Agora, a realidade é outra.

Responsável por uma arrecadação em torno de US$2 bilhões em 2004, poucos apostam que o governo abra mão dessa fatia tão importante para o

EUA: subsíd

Bush tenta tirar US$ 587 milhões do Farm Bill para tapar buraco no orçamento

No último 7 de fevereiro, a administração de George W. Bush levou ao Congresso dos Estados Unidos, uma proposta de corte de 3% , ou seja, de US$ 5,74 bilhões, na peça orçamentária nos próximos dez anos, atualmente, de US$ 19,64 bilhões. Outras medidas também completa o documento.

Embora o esforço da Casa Branca seja de tapar o enorme buraco orçamentário do país, a proposta poderia sinalizar a disposição do governo de restringir os programas de subsídios agrícolas, para fechar um acordo global na Organização Mundial do Comércio (OMC) na rodada de Doha.

Mudanças na Farm Bill

- Baixa no teto dos pagamentos para cada agricultor de US$ 360 mil US$ 250 mil
- Redução de 5% nos support payments (pagamentos de preços mínimos)
- Evitar a multiplicação do pagamento dos subsídios

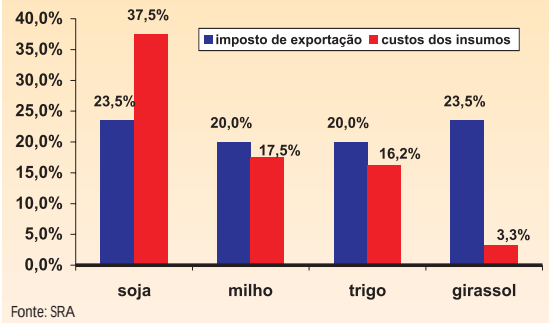
Porém, na prática, os subsídios crescem para US$ 24 bilhões em 2005 e US$ 19,8 bilhões em 2006. Pelo fato de serem contracíclicos, os subsídios aumentam à medida que os preços caem e os agricultores necessitam de mais recursos para sustentar deter-

do campo afetará economia da Argentina

equilíbrio de seu orçamento. Com a eliminação do instrumento, haveria também a perda de um fator de inibição dos preços internos dos cereais e rações, com impacto no custo de vida.

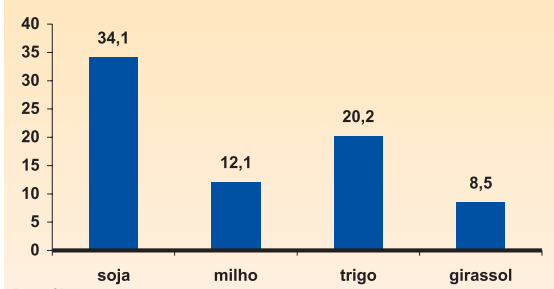
Diante de uma participação de 60% nas terras cultivadas, os agricultores mais penalizados são arrendatários. O alto valor pago para remunerar a área plantada, somado à queda da rentabilidade, representam prejuízo na certa: será um desestímulo para a próxima safra. Outro ponto negativo é a pressão de custo advinda do reajuste de preços na aquisição de insumos e máquinas. A relação de troca ficou bastante desfavorável para o produtor.

Argentina: rentabilidade comprometida na safra 2004/05



Fonte: SRA

Argentina: previsão da safra 2004/05 (milhões de t)



Fonte: SRA

Com a recuperação do status de País livre de aftosa com vacinação, a pecuária poderia compensar a baixa na receita de divisas, com mais exportação, diante da melhoria dos preços externos. Os embarques poderiam dobrar o volume atual de 500 mil toneladas. Para isso, é necessário crédito a taxas baixas para estimular a recomposição do rebanho. O avanço da soja, nos últimos anos, sobre áreas de pastagens fez muitos criadores abandonarem a atividade. Em relação à mudança para cultivares anuais, um retorno à criação leva mais tempo e é mais oneroso. ■

ios crescem

EUA: gastos com subsídios - US$ bilhões

Ano	Algodão	Soja
2004	1.400	610
2005	2.300	1.500
2006	7.500	3.250

Fonte: USDA

minada remuneração.

Pelo orçamento da Farm Bill, no horizonte de 2004 e 2007, será distribuído US$ 104 bilhões, e entre 2008 e 2011, US$ 40 bilhões. Em 2000, no início da discussão da Lei Agrícola de 2002, os EUA tinham superávit. Os gastos com subsídios passaram de US$ 100 bilhões para US$ 196 bilhões.

As discussões sobre o orçamento agrícola será acalorada no Congresso americano. Há muita controvérsia no país na questão de cortar os subsídios pagos aos grandes produtores. A corrente mais crítica alega que o mecanismo dos subsídios, de pagar em função da tonelada produzida, beneficia grandes e ricos fazendeiros.

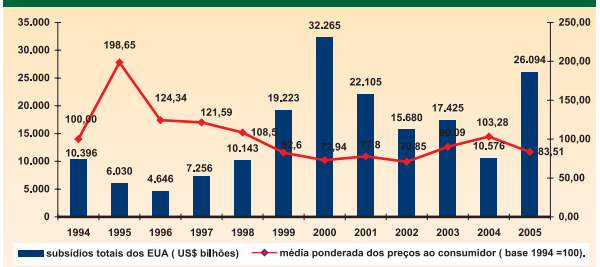
Segundo estudo realizado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 2003, a parcela de 6% dos maiores produtores receberam 30% dos pagamentos federais no exercício de 2001. O Environmental Working Group, uma entidade de Washington critica dos subsídios, calcula que 10% dos produtores receberam 72% do total de pagamentos realizados pelo governo federal entre 1995 e 2003. Esses números incluem assistência para desastres e conservação ambiental.

Uma redução de 30% nos subsídios seria mais sentida pelos produtores dos estados do Sul e da Califórnia, onde os produtores de algodão e arroz abocanham historicamente a grande parcela das subvenções pagas pelo governo federal. Os fazendeiros do Meio-Oeste seriam menos afetados pois recebem menos do teto proposto pelo governo.

Em 2002, durante os debates para a Farm Bill, o Senado tentou impor um limite de pagamento por produtor de US$ 275 mil, mas tal esforço foi minado na Câmara pelos deputados dos estados do Sul. Na verdade, o Congresso americano tem tradicionalmente dificuldade de cortar o orçamento agrícola, que em 2003 chegou a US$ 16,4 bilhões.

A poderosa Associação Nacional de Produtores de Milho teme que a redução leve os cotonicultores a plantar milho, com queda dos preços internacionais. Os produtores de algodão são os principais beneficiados pelo programa básico de ajuda governamental para estabilidade dos preços aos produtores. Para o Conselho Nacional do Algodão, o risco na mudança de culturas ocorre já no próximo plantio. ■

EUA: subsídios na Farm Bill



Fonte: USDA. Elaboração : ICONE

Reação dos produtores

A orizicultura e a cotonicultura da Califória reagem prontamente a favor da manutenção dos subsídios. A primeira ocupa cerca 243 mil hectares, principalmente no Vale do São Joaquim, enquanto a segunda é plantada em 242 mil hectares. Juntas faturam US$ 27 bilhões por ano e são bem orientadas para exportação, notadamente para o continente asiático.

Pela análise do Environmental Working Group, as duas culturas são contempladas com mais de US$ 500 milhões por ano em subsídios agrícolas, como pagamento de garantia de preços mínimos, correspondente a cerca de 75% do total pago no estado, de US$ 757 milhões, 2003: vão para a Califórnia 17% e 11% dos subsídios federais pagos, respectivamente, para o arroz e algodão .

A Comissão do Arroz da Califórnia já contratou uma empresa de lobby de Washington, para defender os interesses do setor contra possíveis reduções na próxima Farm Bill a ser editada em 2007.

Já o Conselho Nacional do Algodão, cuja sede é em Memphis, e a Federação Americana do Arroz, em Virgínia, junto com os congressistas com base no setor agrícola nos Estados do sul do país, se articulam para a luta no Congresso a favor dos subsídios.

Aumenta o plantio de transgênicos

No Brasil, a área da soja aumentou 66%

Os cultivos de plantas transgênicas registraram o segundo maior crescimento em 2004, alcançando 81 milhões de hectares (200 milhões de acres). De acordo com estudo divulgado hoje pelo Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA, na sigla em inglês), a área global cultivada com transgênicos cresceu 20% em 2004, representando um aumento de 13,3 milhões de hectares.

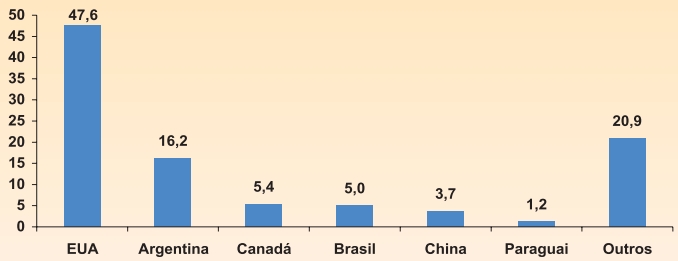
O estudo, preparado pelo presidente da organização, Clive James, aponta que aproximadamente 8,25 milhões de agricultores de 17 países plantaram transgênicos em 2004, ou 1,25 milhão de agricultores a mais do que em 2003. Destaque: 90% desses agricultores estão em países em desenvolvimento. Pela primeira vez, o crescimento absoluto na área de produção de transgênicos foi maior em países em desenvolvimento (7,2 milhões de hectares) do que em países industrializados (6,1 milhões de hectares).

O número de países que mais cultivam plantas GM (geneticamente modificadas) aumentou de 10 para 14, com a inclusão de Paraguai, México, Espanha e Filipinas. O time de países que respondem pela maior parte da plantação global de transgênicos também aumentou, de cinco para oito, e passou a incluir Estados Unidos (59% do total global), Argentina (20%), Canadá (6%), Brasil (6%), China (5%), Paraguai (2%), Índia (1%) e África do Sul (1%). Completam a lista: Uruguai, Austrália e Romênia.

O Brasil cultivou cinco milhões de hectares de soja transgênica em seu segundo ano de plantio, ou seja, um aumento de 66% em relação a 2003. O País responde agora por 6% do total global de produção de transgênicos, o que é uma estimativa conservadora, embora um aumento expressivo seja esperado em 2005, em função da maior adoção desta tecnologia e do crescimento da área cultivada com soja no Brasil.

Os resultados obtidos com as sementes transgênicas explicam o seu intenso aumento de 35% na área plantada pelos países em desenvolvimento, em comparação a um crescimento de 13% nas nações desenvolvidas. Pela primeira vez, países em desenvolvimento responderam por mais de um terço da área global plantada com organismos geneticamente modificados. Pela ISAAA, cinco países em desenvolvimento - China, Índia, Argentina, Brasil e África do Sul - irão afetar significativamente a adoção e aceitação da biotecnologia no futuro. Para o final da

Mundo: Área plantada com OGM - 2004 (milhões de hectares)



Fonte: ISAAA

Sementes da discórdia

Embora a liberação das vendas dependa da aprovação da nova lei de biotecnologia, a produção de variedades de sementes de soja transgênica no País para atender à próxima safra (2005/06) vai de vento em popa e deverá alcançar 5 milhões de sacas, conforme a Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (Abrasem). O volume será suficiente para cobrir cerca de 30% da área dedicada ao grão. Caso a lei não seja aprovada, essas sementes - produzidas pela Embrapa e por empresas sementeiras, com tecnologia da Monsanto - terão de ser estocadas.

A Lei nº 11.092, "sucessora" da Medida Provisória 223, que liberou plantio e comercialização de soja geneticamente modificada no Brasil na safra 2004/05, permite a multiplicação das variedades transgênicas, mas não o plantio, que ficou restrito às sementes produzidas pelos próprios agricultores nas propriedades de origem.

As sementes disponíveis para 2005/06 serão multiplicadas a partir de 200 mil sacas de sementes básicas adquiridas da Embrapa e de instituições como Coodetec e Fundacep. Os sementeiros também discutem com a Monsanto os royalties para a aquisição do material básico e esperam um acordo da empresa com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Informações do Centro de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa dão conta de que a estatal também terá sementes próprias com o gene da Monsanto para a próxima safra, desenvolvidas no centro de pesquisas de Londrina (PR). A comunidade científica defende o texto enviado pelo Senado para a Câmara dos Deputados, que atribui à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) as decisões sobre pesquisa e liberação comercial de transgênicos. Ao conselho de ministros, caberia decidir sobre "questões de conveniência", como a autorização de uma semente em função de efeitos econômicos para o País. Na versão enviada à Câmara pelo governo, a venda das sementes modificadas depende, além da CTNBio e do conselho de ministros, de registro em órgãos dos ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e Saúde. Na versão da Câmara, as sementes desenvolvidas pela Embrapa não poderão ser vendidas na próxima safra, porque foram aprovadas somente pela CTNBio.

Itália aprova lei que regulamenta o plantio de transgênicos

No dia 25 de janeiro deste ano, o parlamento italiano aprovou a lei que regulamenta o cultivo comercial de plantas geneticamente modificadas no país, de acordo com a diretriz imposta pela União Européia. A Itália é o quinto país europeu a regulamentar o plantio comercial de transgênicos. Portugal, Espanha, França e Alemanha completam a lista dos países que já cultivam plantas geneticamente modificadas.

década, a entidade projeta que 15 milhões de agricultores plantarão 150 milhões de hectares em cerca de 30 países.

A aprovação de duas variedades de milho transgênico para a importação na União Européia e os sinais contínuos de progresso na China, que plantou dois terços da sua área total de algodão, com semente transgênica, um aumento de 32% em relação a 2003, contribuem para acreditar nessa tendência. Se a China aprovar o arroz Bt em 2005, haverá o maior impacto na aceitação da biotecnologia de alimentos, rações e fibras no mundo.

Estudo desenvolvido pela National Center Food and Agriculture Policy (em português, Centro Nacional de Alimentos e Políticas de Agricultura Norte-Americana) revela que a adoção do milho transgênico nos EUA proporcionou um aumento na produção de aproximadamente 87,5 milhões de bushels (espécie de medida), reduzindo o uso de defensivos agrícolas, e resultou num aumento de US$258,4 milhões na renda obtida pelos agricultores norte-americanos. Em oito anos, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a área cultivada com variedades geneticamente modificadas passou de 4% para 45% da área total cultivada com milho. Se a tendência continuar em 2005, o milho transgênico vai responder por metade da área plantada nos EUA, na próxima safra.

Brasil acerta imbróglio com a China

De acordo com as regras do Ministério da Quarentena e Qualidade Alimentar da China, o governo brasileiro precisa emitir um documento para atestar a qualidade do seu produto à saúde humana, animal e ao meio ambiente, segundo a avaliação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Com a documentação vencida no dia 31 de dezembro de 2004, a China, maior país comprador de soja do mundo, onde todo o produto brasileiro é classificado como transgênico, suspendeu para os importadores locais a compra da soja geneticamente modificada do Brasil.

Importadores chineses normalmente compram a soja da América do Sul em outubro ou novembro, mas o ritmo foi lento nesta temporada devido à crise no início do ano passado, quando muitos esmagadores tiveram dificuldade para pagar carregamentos de soja sul-americana.

Maior cliente

A China foi o maior importador de soja brasileira em 2004, quando comprou 6,6 milhões de toneladas do grão, totalizando US$2,12 bilhões. Mas os dois países não chegaram a um acordo sobre qual será o percentual de transgênicos admitido para classificar uma carga como regular. Mais de 300 mil toneladas de soja provenientes da América do Sul foram rejeitadas pela China, com a alegação de estarem contaminas por pesticidas.

Além disso, os chineses elevaram seus padrões de pureza para o óleo de soja em outubro passado. O limite para a presença de hexano no óleo bruto de soja importado passou para cem miligramas por quilo, um teto em que se considera o óleo quase refinado. O Brasil produz óleo bruto com uma média de solvente residual de 600 a 800 miligramas por quilo, assim como EUA e Argentina, outros grandes exportadores para a China.

A China deverá importar 22 milhões de soja até 30 de setembro próximo, 30% a mais que as 16,9 milhões de toneladas do ano anterior, segundo o USDA. A expectativa da Abiove é de que, em 2005, a China mantenha o volume de importação do ano anterior. Outra perspectiva é a recuperação da exportação de óleo vegetal para os mesmos níveis de 10 anos atrás, quando o Brasil chegou a exportar 1 milhão de toneladas de óleo para aquele país.

Em 13 de janeiro, o governo federal enviou à China a documentação para renovar a certificação de segurança da soja transgênica produzida no Brasil, reforçada pelo texto da Medida Provisória 223, convertida em Lei 11.092 e sancionada em 12 de janeiro, que permite o plantio e a comercialização da soja geneticamente modificada no Brasil.

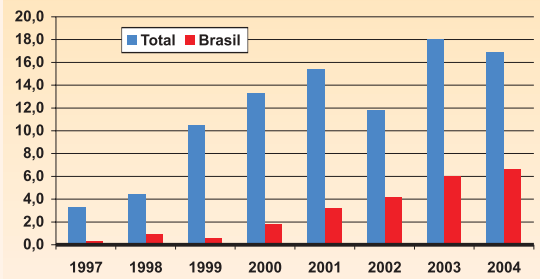
Ainda em meados de janeiro, uma missão brasileira embarcou para Pequim, com o objetivo de estabelecer um nível máximo de transgenia nos carregamentos de soja nacional. A proposta de estabelecer um limite de 0,9% de transgenia nas cargas de grãos convencionais foi retirada de pauta porque os exportadores preferiram não correr riscos de devolução de carga diante da rigidez dos chineses em relação à tolerância.

Ficou acertada a divulgação de um comunicado sobre a retomada do comércio de soja entre os dois países, após os ministros da Agricultura do Brasil e da China assinarem o acordo.A China compra a commodity principalmente dos EUA, do Brasil e da Argentina, para atender à cerca de metade de sua demanda. O resultado mostra que a decisão do governo brasileiro de considerar como economia de mercado a China já começa a dar seus frutos econômicos

A China não pretende impedir os desembarques de óleo bruto de soja no país, ainda que o produto brasileiro contenha uma quantidade do solvente hexano - usado na preparação do óleo de soja - acima do limite estipulado pelo governo de Pequim. Do mesmo modo, decidiu também tolerar um nível pequeno do fungicida na soja em grãos do Brasil.

Além da burocracia, os produtores de soja têm outro problema a enfrentar este ano. O governo prevê que, mesmo com o trabalho de controle da ferrugem asiática nas lavouras de soja, o número de focos em todo o País deverá aumentar, e a elevação dos níveis de chuvas em algumas regiões do País deverá propiciar o aparecimento de novos focos. O número só não é maior porque a Bahia ainda não foi afetada, mas alguns focos em Tocantins começaram a ser registrados nos últimos dias; e não é possível fazer uma previsão dos prejuízos para a safra 2004/2005.

China: importação de soja (milhões de t)



Fonte: USDA



O mapa da soja no Brasil

Cultura ocupa áreas convertidas de pastagens, segundo mostra um estudo do IPEA

Com o resultado da mudança cambial em janeiro de 1999, no período de 1999 a 2004, quando deflacionados pelo IPCA, os preços dos produtos agrícolas vegetais se mantiveram estáveis, enquanto os preços dos produtos animais elevaram. No mercado internacional, houve uma derrocada dos preços agrícolas, depois dos picos históricos no biênio 1995-1996.

A desvalorização cambial de 1999, na verdade, impediu que houvesse uma queda nos preços domésticos. O ponto de partida da expansão agrícola recente do Brasil foi provido pela recuperação dos preços internacionais dos grãos, depois de safra 2001/02.

De 1999 a 2004, se distinguem dois efeitos nos preços domésticos:
a) De 1999 e 2001, da taxa de câmbio impedir uma queda;
b) De 2002 a 2004, da alta dos preços internacionais.

Brasil: Taxa de crescimento percentual da área de cereais e oleaginosas

Período	Soja	Outros grãos	Total
1990/91 a 2000/0	13,6	-3,5	-0,4
2000/01 a 2003/04	13,85	-0,7	13,1

A expansão da área plantada com soja entre os anos agrícolas de 1990/91 e 2000/01 ficou restrita às regiões centro-oeste e norte-nordeste, mas de 2000/01 a 2003/04 aconteceu em todas as regiões, em ritmo muito mais intenso.

A ocupação recente nas regiões sul e sudeste não se baseou em áreas virgens, praticamente inexistentes, tampouco na substituição de culturas. A melhor hipótese é de que houve conversões de áreas de pastagens.

Outra evidência de que a conversão de pastagem foi o mecanismo de expansão da área de soja é o aumento da taxa de crescimento anual do estoque de gado, que passou de 1,1% no período de 1990-1999 para 4,3% entre 1999-2000. Matéria da Agroanalysis, de agosto de 2004, estima um processo de conversão da ordem de 7,9 milhões de hectares de pastagens (páginas 37 a 39).

É interessante mencionar o recente trabalho do USDA, que chama a atenção para a grande capacidade do Brasil de aumentar a área de lavouras por meio da conversão de pastagens, considerada uma circunstância favorável para a competitividade nacional vis a vis os Estados Unidos.

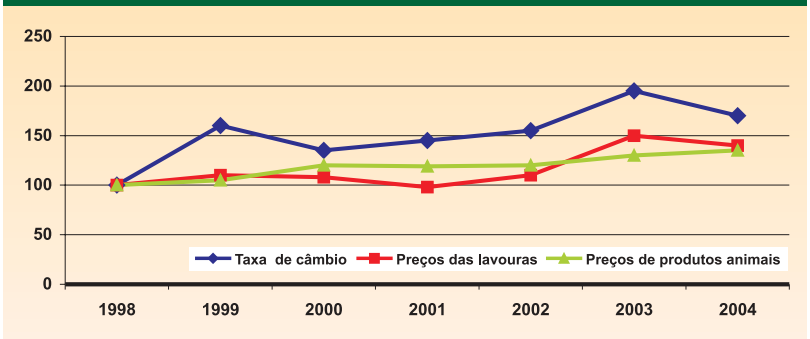
A conjugação de preços favoráveis para a soja e a incorporação de tecnologia na bovinocultura de corte fez aumentar, simultaneamente, a demanda e a oferta de áreas de arrendamento para a sojicultura.

O arrendamento da produção de soja por meio do arrendamento temporário de terras antes ocupadas com pastagens constituiu um mecanismo:
1. Agronômico: à medida que promove uma produção rápida da soja em resposta ao boom conjuntural dos preços;
2. Econômico: pois é mais adequado do que as alternativas de aumento da produção de soja, por meio da substituição definitiva de pastagens ou conversão de

Por que a maior expansão da soja veio da conversão de pastagens degradadas?

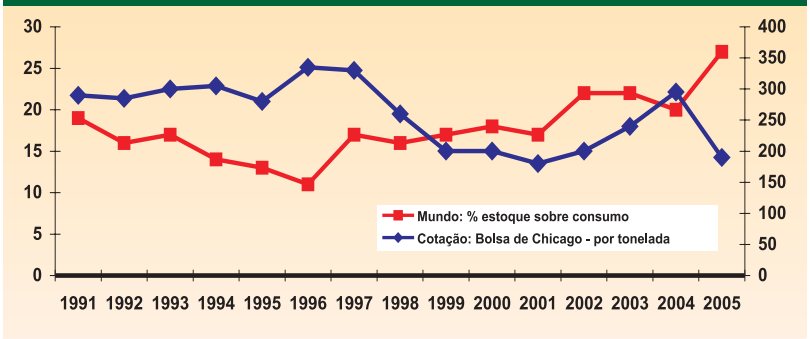
- É impossível abrir, tão rapidamente, uma área virgem de cerrado (e muito mais, de floresta amazônica), e, ao mesmo tempo, usar essa área nova na produção de soja.
- As áreas virgens de cerrado ou de floresta amazônica disponíveis não possuem a infra-estrutura necessária a uma atividade como a soja.
- Áreas ocupadas com pastagens são mais viáveis de serem convertidas em área de soja e, no próprio período em que se dá essa conversão, iniciar-se a produção de soja.
- A conversão de área de pastagem degradada em plantio de soja rende, após alguns anos, uma área de pastagem mais produtiva, o que eleva a rentabilidade do investimento.
- A conversão de pastagens se dá pela cessão da terra em arrendamento, sem necessidade de imobilização de capital na aquisição de terras.

Brasil: evolução dos índices a cada janeiro



Fonte: BACEN/FGV

Soja - grãos: relação entre cotação e estoque



Fonte: USDA

áreas virgens; reduz a imobilização de capital e facilita a convivência com a volatilidade dos mercados internacionais de grãos.

Na análise da expansão da área plantada de soja, cabe incorporar o programa Moderfrota, que facilitou o acesso a tratores, colheitadeiras e implementos. O seu papel estratégico parte desde a compactação do solo, decorrente do pisoteamento por animais. As vendas de máquinas foram ampliadas substancialmente, a partir de 1990.

Amiga ou inimiga da Floresta

Existe o receio, no Brasil, de que a expansão da área cultivada com soja venha a comprometer a Floresta Amazônica. Isso explica tanta resistência contra a melhoria de infra-estrutura de acesso a regiões sensíveis, do ponto de vista ambiental. Tal é o caso, especialmente, das forças contrárias à cobertura com asfalto da BR-163, independentemente se isso trará ou não atividade econômica em seu contorno, e impacto nas regiões do Centro-Oeste.

A produção de soja do Estado do Mato Grosso precisa ser transportada para longas distâncias, até os portos de embarque, em Santos e Paranaguá. Com a BR-163, a redução do custo de transporte da produção comercializada no Centro-Sul beneficiará a Zona Franca de Manaus, e o próprio Nordeste 'importará' alimento a menor preço.

Muito ao contrário do que se pensa, com a viabilização da soja na Região, a aplicação de uma política ambiental terá mais eficiência na consecução dos seus objetivos. O preço da terra terá aumento e não tornará antieconômicas as atividades responsáveis pelo uso predatório da floresta, tais como:

a) A agricultura itinerante, de baixo nível tecnológico e usuária do fogo para a abertura de áreas;

b) Extração irracional da madeira;

c) Pecuária de baixo nível técnico e que destrói os recursos naturais.

Esse resultado dependerá de que o governo intensifique a política de regularização fundiária, de maneira a definir com precisão os direitos de propriedade da terra. Na ausência de titulação, o valor da terra não refletirá a sua superioridade na produção da soja.

A sojicultura é mais passível de ser monitorada pelo poder público quanto ao cumprimento de política ambiental, por duas razões. A primeira, face à sua visibilidade. A segunda, por não ser considerada cultura marginal e de baixa renda, sem condições para a pratica ambiental. ■

Produção de soja (milhões de t)



Fonte: USDA

Crescimento menor na safra 2004/2005

Os preços da soja no mercado internacional têm variação inversa ao do tamanho dos estoques. Mas a participação das colheitas brasileiras e argentinas cresce no mundo, e na safra 2003/04 superou a americana. Esses três países representam mais de 80% da produção.

O agricultor brasileiro não pode se guiar apenas pelo preço da época de plantio. Os calendários agrícolas entre países variam, e a produção americana tem muita influência na formação das cotações internacionais. Por isso, os preços durante a comercialização podem divergir, como ocorreu na última safra.

O cenário provável para os preços da soja em 2005 é de baixa, com queda de rentabilidade e risco de crise financeira na sojicultura, para honrar os compromissos contraídos na fase favorável. A safra brasileira de 2004/05 não apresenta o mesmo ritmo de crescimento de área de anos anteriores. Uma reversão nesse quadro pode ocorrer com uma quebra da colheita da produção em curso no Brasil e na Argentina, ou com a safra americana se mostrando 'curta', a saber, a partir de julho e agosto próximos.

ONDE SABER MAIS: Crescimento Agrícola no Período 1999-2004, explosão da área plantada com soja e o meio ambiente no Brasil. Texto Para Discussão n° 1062. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, janeiro de 2005. Autores: Antonio Salazar Pessoa Brandão - abrandao@firjan.org.br; Gervázio Castro de Rezende - grezende@ipea.gov.br; Roberta Wanderley da Costa Marques - roberta@ipea.gov.br.

Solução dos problemas pela raiz

Estruturação da cadeia agroindustrial começa a gerar bons resultados

LUCILIO ROGÉRIO APARECIDO ALVES
FÁBIO ISAIAS FELIPE

Fatos importantes
• Parcerias entre fecularias, agricultores e consumidores da fécula;
• Oferta insuficiente de raiz para atender à indústria
• Aumento de preço
• Expansão de área e produção

Principais metas
• Garantir o abastecimento de raiz para a indústria;
• Evitar oscilações bruscas de preços;
• Ser mais competitivo no mercado interno, junto aos produtos substitutos;
• Gerar excedentes exportáveis que possam concorrer no mercado internacional.

A dinâmica da cadeia agroindustrial da mandioca, com ênfase no setor de fécula, aponta ações recentes em prol do seu desenvolvimento. Existem várias ações de governos, associações, produtores e indústrias, com o intuito de impulsionar o setor, como os lançamentos das câmaras setoriais de nível nacional e estadual.

A Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca (Abam) promove seminários sobre a cultura, com duas edições já realizadas, para divulgar as novidades do setor, além de firmar parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), para o desenvolvimento de pesquisas sobre os mercados da raiz e da fécula. As análises rotineiras sobre a formação de preços ajudam o planejamento e a conseqüente profissionalização do setor. A própria Abam tomou a iniciativa de fazer com que produtores e feculeiros se reúnam para definir, em conjunto, os "preços mínimos" que as indústrias estavam dispostas a pagar para efetivar contratos antecipados de comercialização. Uma garantia para o agricultor, quanto ao preço e à entrega de sua produção, e para a indústria, quanto ao abastecimento constante da matéria-prima.

Outro empreendimento importante foi a organização da viagem da comitiva brasileira ao Vietnã e à Tailândia, para conhecer a cadeia produtiva da mandioca na Ásia, de influência na produção e comercialização em âmbito mundial.

Por sua vez, os produtores também começaram a se articular em associações. No estado do Paraná, com o incentivo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR), foi organizada uma associação, com o lançamento do Arranjo Produtivo Local (APL) - o primeiro entre o setor agroindustrial estadual.

Área plantada e produção de Mandioca

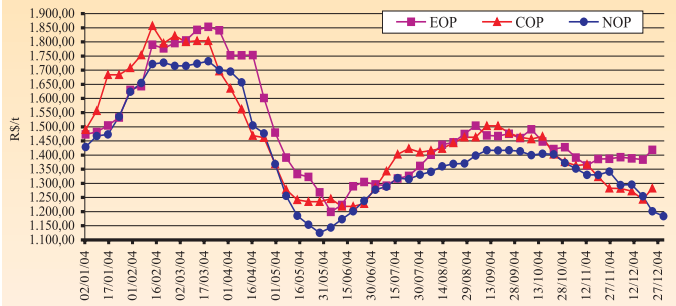
Estados	Área plantada (hectares) 2002/03	2003/04	Variação	Produção (toneladas) 2002/03	2003/04	Variação
Brasil	1.645.720	1.773.267	7,75%	22.146.801	24.038.887	8,54%
Pará	292.640	298.400	1,97%	4.468.659	4.324.022	-3,24%
Bahia	330.614	335.786	1,56%	3.908.276	4.201.587	7,50%
Paraná	110.672	163.775	47,98%	2.351.171	3.209.990	36,53%
Maranhão	164.617	172.937	5,05%	1.241.660	1.274.097	2,61%
Rio Grande do Sul	88.911	88.187	-0,81%	1.315.217	1.232.927	-6,26%
São Paulo	36.690	43.800	19,38%	864.230	1.086.400	25,71%
Minas Gerais	60.638	58.915	-2,84%	850.592	884.991	4,04%
Amazonas	83.754	82.804	-1,13%	804.944	795.819	-1,13%
Ceará	82.054	81.619	-0,53%	857.880	759.100	-11,51%
Santa Catarina	28.417	32.260	13,52%	538.930	593.000	10,03%
Rio Grande do Norte	37.193	52.803	41,97%	385.812	591.675	53,36%
Mato Grosso	25.758	37.341	44,97%	355.959	536.069	50,60%
Pernambuco	41.767	49.422	18,33%	440.447	523.565	18,87%
Acre	23.188	26.858	15,83%	437.028	511.497	17,04%
Mato Grosso do Sul	22.917	29.632	29,30%	485.289	510.630	5,22%
Outros	215.890	218.728	1,31%	2.840.707	3.003.518	5,73%

Fonte: IBGE (2004)

Análise do mercado de fécula

O mercado operou com volume de negócios ainda considerado baixo. A relativa falta de matéria-prima e os preços considerados altos reduziram a competitividade do produto nacional frente a amidos substitutos, como o de milho, assim como da fécula importada, não permitindo a ampliação do mercado.

Preços da fécula de mandioca: Regiões do Estado do Paraná



Fonte: CEPEA/ESALQ/USP (2004)
Obs.: EOP: extremo-oeste paranaense; COP: centro-oeste paranaense; NOP: noroeste paranaense.

Durante a maior parte do ano, os preços do amido de milho estiveram em patamares mais baixos, com estímulo à sua utilização em vários segmentos e com a possibilidade de substituição. Em termos de concorrência com o produto importado, até dezembro, foram importadas 57.129,49 toneladas de fécula, um volume 110,6% superior ao mesmo período de 2003 (22.509,65 toneladas). As exportações até novembro de 2004 foram de apenas 7.885,47 toneladas, 48% a menos do que no mesmo período do ano anterior.

Com baixos níveis de estoques, o movimento em janeiro foi pequeno, com os preços na faixa de R$1.700,00/t. Em fevereiro, a situação ficou ainda mais acentuada, diante da demanda aquecida, principalmente por parte dos frigoríficos. Os preços subiram para os maiores níveis do ano.

Os estoques de fécula puderam ser renovados apenas em março, quando os preços caíram, embora a demanda permanecesse estável. A partir de junho, os estoques diminuíram, face à normalização das negociações, mesmo com a oferta de matéria-prima restrita.

Até setembro, alguns segmentos consumidores compraram cada vez menos, tanto para pronta entrega quanto em contratos antecipados, pois aumentaram a demanda pelo amido de milho. Houve um ligeiro aumento nas compras das fecularias, que não dispunham de estoques e precisaram cumprir compromissos com clientes.

Em outubro, surgiram especulações de preços por parte dos consumidores, mas foram poucos os negócios efetivados. No início de novembro, as empresas dispunham de estoques satisfatórios, chegando a ocorrer excedentes, porém, os preços foram considerados altos pelos agentes.

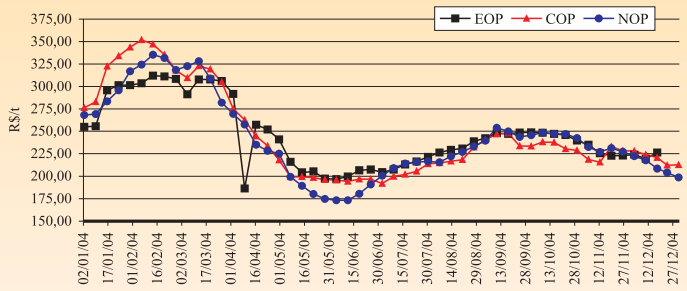
Os negócios praticamente pararam em dezembro, pois a maioria das fecularias e empresas compradoras de fécula paralisou suas atividades.

Cenário para 2005

Embora tendo de enfrentar dificuldades, a cadeia agroindustrial da mandioca mostrou competência para administrar adversidades em 2004. As fecularias buscaram parcerias duradouras com outras empresas do setor, com produtores de matérias-primas e com consumidores de fécula. Ao mesmo tempo, o produtor intensificou a confiança nas indústrias.

Para 2005, em geral, a expectativa é de que os problemas sejam minimizados, ou seja, que haja redução na sazonalidade da oferta e nos preços na cadeia, na assimetria de informações e, como conseqüência, acréscimos na produção nacional de raiz, fécula e farinha de mandioca. O setor ganhará competitividade no mercado de amidos para reduzir a dependência externa, especialmente, da fécula importada. ■

Preços da raiz de mandioca : Regiões do Estado do Paraná



Fonte: CEPEA/ESALQ/USP (2004)
Obs.: EOP: extremo-oeste paranaense; COP: centro-oeste paranaense; NOP: noroeste paranaense.

Como foi 2004 para a raiz

Primeiro trimestre

No início do ano, um grande número de farinheiras disputava matéria-prima com as fecularias. Para agravar a situação, muitas fecularias paradas desde o final de 2003 voltaram a operar e aumentaram a demanda. O quadro era de escassez de produto para todas as empresas ativas.

As cotações ficaram em patamares elevados. Além da estiagem, foram identificados sinais de antracnose em diversas lavouras, com diminuição na oferta do produto para a indústria. As chuvas isoladas em algumas regiões não foram suficientes para aumentar a oferta e fazer recuar os preços.

Segundo trimestre

Temendo maiores quedas de preços, os produtores intensificaram a colheita de raiz de 1° ciclo e proporcionaram a redução da ociosidade de várias empresas. Em junho, os preços chegaram aos menores patamares do ano e alguns produtores procuraram restringir a oferta, à espera de preços mais remuneradores.

Terceiro trimestre

O volume de recebimento foi normalizado no final de julho, em virtude das condições climáticas favoráveis. As empresas receberam volume suficiente de matéria-prima para atender à demanda pela fécula, por um período curto. Uma estiagem prolongada começou logo em agosto.

Em setembro, as atenções dos produtores e das indústrias se voltaram para o plantio de raiz. A escassez de chuvas atrasou o programa para o final do mês. Sem manivas (ramas de mandioca) suficientes para o plantio, a operação se estendeu até final de novembro.

Quarto trimestre

Entre outubro e a primeira quinzena de novembro, a colheita seguiu normalizada, mas se notou queda no rendimento do teor de amido. Nas últimas semanas de novembro, o excesso de chuvas tornou a dificultar a colheita.

A partir da primeira semana de dezembro, muitas empresas começaram a paralisar suas atividades, acarretando excedente de matéria-prima e possibilidade de trabalhar com ociosidade zero para aquelas que continuaram atuando no mercado.



A previsão é de crescimento, aqui e no exterior

Com a expansão da economia, o consumo interno deverá aumentar

As cadeias produtivas da carne fecharam 2004 com desempenho favorável. A disponibilidade e os preços dos grãos não pressionaram os custos de produção, ao passo que a qualidade sanitária foi importante para impulsionar as exportações. Para este ano, as principais entidades representativas do setor de aves, bovinos e suínos apostam em um novo crescimento, tanto na produção como na lista de clientes. Com a perspectiva de expansão da economia brasileira, deverá haver um aumento geral no consumo interno. O cenário, portanto, é positivo.

Mas é preciso ter cuidado na prevenção e manutenção das condições sanitárias, com a implementação e o fortalecimento de programas, e, paralelamente, com a criação de um fundo de indenização para compensar os custos dos criadores que tiverem de sacrificar seus plantéis. As epidemias globais significam riscos, pois discriminam e proíbem países e continentes quanto a acessarem seus produtos no mercado internacional.

O impacto da valorização do câmbio na exportação das carnes deverá ser interpretado, internamente, à luz dos preços competitivos dos insumos, como milho e soja. Ao contrário do que sucede com os grãos, em particular com soja, milho e trigo, advindos de fartas colheitas, grandes ofertas e preços deprimidos, as carnes seguem firmes no mercado internacional e alcançaram o maior valor pelo Índice da FAO, em 2004. No setor de frangos e suínos, atingiram os níveis satisfatórios de sete anos atrás, enquanto, no setor de carnes bovinas, bateu recorde.

O Índice da FAO de preços internacionais de carnes, no período de 1996 a 2004 (até setembro), mostra um ganho de 5,2%. O órgão da ONU para Agricultura e Alimentação estima a produção mundial de carnes para este ano em 264,3 milhões de toneladas, com crescimento de 2,5% em relação a 2004. ■

Preços internacionais de carnes

Ano	Índice da FAO para preços internacionais de carnes	Preços médios internacionais de carnes		
		Frango (1)	Porco (2)	Boi (3)
	(1990 -1992=100)	(em US$ por tonelada)		
1996	96	978	2.733	1.741
1997	96	843	2.724	1.880
1998	83	760	2.121	1.754
1999	84	602	2.073	1.894
2000	85	592	2.083	1.957
2001	84	645	2.077	2.138
2002	82	579	1.830	2.127
2003	90	614	1.884	2.112
2004	101 (4)	776 (5)	2.050 (5)	2.495 (5)

Fonte: FAO/GIEWS - Food Outlook - Dezembro de 2004
Notas: (1) Partes de frangos, valor unitário de exportação dos EUA; (2) Carne congelada, valor unitário de exportação dos EUA; (3) Carne de vaca industrializada da Austrália - preço CIF - EUA; (4) Janeiro a setembro de 2004; (5) Período de janeiro a setembro de 2003.

Produção mundial de carnes (em milhões de toneladas)

Países	2003	2004 (estimativa)	2005 (previsão)
Total mundial	253,2	257,9	264,4
Carne de aves	76,0	77,2	79,9
Carne suína	98,6	100,9	103,6
Carne bovina	61,4	62,2	63,0
Carne caprina e ovina	12,3	12,6	12,9
Outras carnes	4,9	5,0	5,0
Exportações	19,6	19,1	19,8
Carne de aves	8,2	7,9	8,2
Carne suína	4,3	4,5	4,6
Carne bovina	6,1	5,7	6,0
Carne caprina e ovina	0,7	0,7	0,8
Outras carnes	0,3	0,3	0,3
Consumo per capita (kg)	40,3	40,6	41,6
Carne de aves	12,1	12,1	12,6
Carne suína	15,7	15,9	16,3
Carne bovina	9,8	9,8	9,9
Carne caprina e ovina	1,9	2,0	2,0
Outras carnes	0,8	0,8	0,8

Fonte: FAO - Food Outlook - Dezembro de 2004.



Discórdia na cadeia produtiva

Lucro com as exportações não chega ao pecuarista

A produção da pecuária de corte apresenta crescimento, em razão do efeito conjugado de uma série de fatores. É difícil mensurar ou mesmo classificar os principais motivos desse comportamento, mas algumas hipóteses podem ser formuladas. O importante é que a maior oferta tem sido absorvida pelo mercado interno e externo.

Hipóteses para o crescimento da oferta

1. Aumento do rebanho
Nesse caso, por si só, já se justifica uma maior produção, que se potencializa com ganhos de produtividade;

2. Capacidade de apascentamento
O sucesso da integração entre pasto e lavoura é uma realidade que melhora o aspecto nutricional do animal e reduz o tempo do ciclo de engorda;

3. Taxa de abate de matrizes
Um aumento superior a um intervalo de 20% a 25%, face aos baixos preços.

Sob a ótica das exportações, o ano de 2004 foi positivo, com remessas de 1,854 milhão de toneladas ao mercado externo, o que gerou receitas de US$2,457 bilhões. Em 2003, as exportações do segmento somaram 1,3 milhão de toneladas, com receitas de US$1,51 bilhão. Para 2005, existe a expectativa de que o Brasil seja, pelo terceiro ano consecutivo, o principal exportador de carne bovina do mundo, ultrapassando tradicionais competidores, como Estados Unidos e Austrália. O Canadá, por exemplo, enfrenta dificuldades para exportar carne bovina, depois de enfrentar a incidência da doença da "vaca louca" em seu rebanho. Os países europeus têm estoques, com baixo excedente para exportação. O contexto favorece a presença brasileira no mercado internacional de carne bovina.

No ano passado, os principais destinos das exportações de carne bovina *in natura* brasileira foram: Rússia (US$239 milhões); Países Baixos (US$214 milhões) e Chile (US$199 milhões). No segmento de carne industrializada, os principais compradores foram: Estados Unidos (US$197 milhões); Reino Unido (US$127 milhões) e Itália (US$22 milhões). O desafio para 2005 é conquistar novos mercados e buscar uma solução para o embargo russo à carne bovina brasileira, com zelo na aplicação de programas sanitários, em especial, para a erradicação da febre aftosa.

Alta de 2% em 2004

Contudo, o bom resultado da cadeia produtiva não reflete o grau de satisfação entre os seus elos. Basta acompanhar a evolução dos preços entre janeiro de 2003 e janeiro de 2005. O preço da arroba do boi pago ao pecuarista passou de R$58,28 para R$59,54, um aumento de 2,2%, enquanto o preço da carcaça casada (dianteiro e traseiro) valorizou 13,2% no atacado, e a alta de preços enfrentada pelo consumidor no varejo foi de 14,7% .

Aumento no custo de produção da pecuária de corte - 2004

Custos Operacionais Totais (COT)	10,1%
Suplemento mineral	13,35%
Mão-de-obra	8,33%

Fonte: CNA e Cepea/USP

A saída é a integração pasto-lavoura

O fator tecnológico parece ser um ponto estrutural a ser analisado na renda da atividade. Os ganhos de produtividade da criação andam a passos largos. O sucesso da integração pasto e lavoura é uma realidade concreta. Em que pese a perda de área para a soja, o tamanho do rebanho continua a crescer, e o resultado é uma maior oferta de animais para abate.

Mas cabe, de forma apropriada, considerar que apenas um quinto da produção crescente e voltada para o mercado externo está fora do circuito de cinco grandes frigoríficos: Bertin, Friboi, Independência, Minerva e Marfrig.

Diante do novo contexto técnico e empresarial conquistado pela cadeia produtiva da pecuária, passa da hora de entender a formação de preços no setor. Entre outros aspectos, é preciso conhecer os tributos e ônus envolvidos, os motivos das diferenças entre as estatísticas de abate de animais, a quantidade de couros comercializados e a fronteira de influência do segmento clandestino, que opera a custos mais competitivos, na formação dos preços.

Sem um diagnóstico mais preciso e claro, o País perderá oportunidades e ficará longe de desenvolver um pagamento pela qualidade da carcaça, a rastreabilidade, e também ter maior eficiência nos programas de controle sanitário.

Ao contrário, a situação somente tende a ficar crítica e 'alérgica' na cadeia. Como explicar a convivência de preços baixos para o pecuarista no momento da comercialização de seu rebanho, se prevalecem bons preços de exportação e de venda no varejo. A distribuição da renda na cadeia produtiva está desequilibrada.

Para piorar, o pecuarista também enfrenta constante alta dos custos de produção. Com queda de rentabilidade, os produtores ampliaram o abate de matrizes, o que pode comprometer a capacidade de produção de carne bovina, em médio prazo. Se de fato se confirmar e prosseguir um nível elevado de abate de matrizes, considerando um ciclo médio de dois anos e meio para a pecuária, choques de oferta poderão acontecer a partir de 2006. Isso poderá quebrar o ritmo de fornecimento da matéria-prima. ■



Sete desafios em 2005

IVAN PUPO LAUANDOS

O ano de 2004 foi excelente para a avicultura brasileira. Avançamos de forma agressiva no mercado externo, aproveitando, com muita competência, os espaços decorrentes das crises sanitárias na Ásia e nos Estados Unidos. Como prova do avanço da indústria avícola, observamos sua participação nas exportações mundiais: que passaram de 18,0% para 42,8%, desde 2001.

Para este ano, enumeramos sete principais desafios que exigirão maior competência da cadeia produtiva.

1: Influenza aviária e newcastle

O avanço brasileiro nos mercados internacionais preocupa os concorrentes. Qualquer problema, mesmo insignificante, provoca reação dos países concorrentes. Precisamos estar preparados para enfrentar um surto de epidemia, ainda que isso seja pouco provável.

A implementação do Programa de Regionalização da Avicultura deve ser imediata. O momento é favorável para uma maior aceitação internacional da regionalização, inclusive, pela OIE (Organização Internacional de Epizootias). Isso ajudará a evitar uma suspensão das exportações, em caso de surto.

O setor precisa encontrar uma maneira de arrecadar recursos para o Fundo de Indenização Sanitária da Avicultura, um instrumento fundamental para estimular a notificação rápida de eventuais surtos.

De acordo com o depoimento do médico veterinário Marcelo Paniago, que atua na Ásia desde o início do surto de influenza aviária, em 2004, o impacto da epidemia na indústria local é impressionante. A tendência é de a situação sanitária na Ásia piorar, após o maremoto que varreu o Oceano Índico, no fim de 2004.

2. Aumento do consumo no mercado doméstico

Com as condições econômicas mais favoráveis no País, como o aumento do salário mínimo e a correção da tabela do imposto de renda, maior atenção cabe ao mercado doméstico, que representou mais de 70% da produção total em 2004.

O consumo per capita de carne de frango no Brasil cresceu 6,4% ao ano, de 1998 a 2002, sofreu uma queda de 4,1% em 2003 e voltou a crescer 3,1% em 2004, atingindo 33,4 kg por habitante/ano. Esperamos que o consumo per capita anual cresça 2,7% em 2005.

3. Implementar o programa nacional de sanidade

O PNSA (Programa Nacional de Sanidade Avícola) é excelente para prevenir a introdução de doenças exóticas, estimular a produtividade e garantir a qualidade dos produtos. Apesar de ainda ser ignorado por alguns Estados fortes na produção avícola, o setor precisa apoiar o Ministério da Agricultura e os Governos estaduais na sua efetiva implantação.

4. Ampliar o leque de importadores

Estão estreitando os espaços para aumentar a fatia nas exportações mundiais, e, no entanto, as exportações crescem. Em igualdade de condições, país nenhum consegue se equiparar com o Brasil em termos de qualidade e competitividade. Mas precisamos nos preparar para o momento em que os países afetados pela influenza aviária voltem a exportar.

A ordem é manter os mercados conquistados e elevar as exportações para outros destinos, principalmente, para países promissores, como Coréia do Sul e China. Um possível aumento de 15 novos países dependerá de uma série de fatores, principalmente, relacionados ao trabalho do governo brasileiro para impedir que sejam criadas barreiras para as nossas exportações.

Outro fator importante será acompanhar o ritmo de mudança dos produtos in natura para os cozidos, uma vez que há um bom mercado para tais produtos.

5. Consolidar a liderança brasileira

Prosseguir na caminhada para transformar o Brasil na segunda mais importante base de produção avícola do mundo, incluindo frango de corte, perus e outras aves.

As vantagens produtivas são incomparáveis e bastante conhecidas, porém, teremos a concorrência de países desenvolvidos e em desenvolvimento, como Índia, Malásia e México, que estão estimulando a produção de carnes de aves.

Os fatores estruturais são muito importantes, tais como rodovias, armazéns, carga tributária, custo e escassez de crédito, dentre outros.

6. Ganhar em eficiência e competitividade

Ainda existe espaço para ganharmos eficiência nas várias etapas da produção avícola, desde a agropecuária até o processamento industrial.

Nesse aspecto, o manejo de ma-

trizes e frangos, a nutrição e incubação podem evoluir sem aumento de custos. Medidas simples em manejo e nutrição podem proporcionar benefícios econômicos elevados, em um setor competitivo que briga por centavos de reais. Nesse sentido, observamos uma gradual elevação no nível de manejo do País, por meio de uma maior conscientização das pessoas envolvidas na cadeia avícola.

Item	2004	2005*	Variação %
Produção de carne de frango1	8.408,5	8.921,4	6,1%
Disponibilidade interna1	5.984,0	6.206,0	3,7%
Exportação in natura1	2.424,5	2.715,4	12,0%
Consumo per capita2	33,4	34,3	2,7%
Alojamento de matrizes3	33.293,5	34.458,8	3,5%
Alojamento de pintos de corte4	4.277,7	4.555,5	6,5%

1 Em milhares de toneladas - 2 Em kg/habitante/ano - 3 Em milhares - 4 Em milhões -* Previsão
Fonte: Agroceres Ross/UBA/APINCO/ABEF

7. Atingir ou superar as previsões para 2005

O ano de 2005 tem tudo para ser bom, com aumento das exportações, embora a taxas menores; e crescimento do consumo per capita no mercado doméstico (veja quadro ao lado).

IVAN PUPO LAUANDOS *é diretor superintendente da Agroceres Ross.*

Frango superou a inflação, em 2004

Embora o IGP-DI tenha expandido um pouco abaixo do frango, o ganho é apenas aparente, pois reflete os preços de dois meses específicos, e não os preços médios de um e outro ano. Quando se analisa a evolução de preços do produto num período mais longo, desde a introdução do Real no País, em julho de 1994, constata-se uma evolução muito aquém da evolução da inflação.

As exportações brasileiras de carne de frango em 2004 representam mais um recorde, fortalecendo a posição do Brasil como o maior exportador mundial, tanto em receita cambial quanto em volume. O setor de frangos também se consolidou como o segundo maior no ranking da exportação do agronegócio brasileiro, superado apenas pelo complexo da soja. E na pauta geral brasileira, está em sexto lugar, com uma participação de 2,6%. Os embarques alcançaram 134 países, contra 122 no ano anterior.

Evolução dos índices e preços do frango		
Produto	Pós-Plano Real (1)	2004 (2)
IGP-DI	226,83 %	12,14%
Frango na granja (3)	188,83 %	16,50%

(1) Agosto de 1994 a dezembro de 2004 – (2) Dezembro de 2004 a dezembro de 2003 – (3) Quilo vivo no interior paulista

Os preços médios da tonelada vendida aumentaram em dólares, tanto no frango inteiro como em cortes. Essa performance confirma o sucesso da estratégia das empresas em buscar o aumento da rentabilidade nas exportações, com iniciativas como o enfoque em produtos de maior valor agregado, como os cortes e os produtos industrializados.

Rússia: importação de carne de frango (mil toneladas)				
Ano	EUA	Brasil	Outros	Total
2002	689,7	295,7	389,5	1.374,9
2003	661,4	201,5	285,5	1.148,4
2004	496,5	191,5	60,9	748,9

Fim do embargo ao frango brasileiro na Rússia

A Rússia anunciou no início de fevereiro a suspensão parcial do embargo à carne brasileira. A importação de carne de frango foi liberada, exceto pela carne produzida nos Estados do Pará e Amazonas. A barreira à entrada de carne bovina e suína permanece, segundo informação da Embaixada do Brasil na Rússia.

O governo russo, no caso do boi e do frango, quer mais esclarecimentos do Brasil sobre o uso de vacinas no combate à aftosa.

O veto russo à carne brasileira foi iniciado em setembro do ano passado, após a descoberta de um foco de aftosa no Amazonas.

Rússia: cotas de importação de frango: 2005 (mil t)	
EUA	771,9
União Européia	205,0
Paraguai	5,0
Outros	68,1
Total	1.050,0

Setor de rações investe em tecnologia

O sucesso do frango no exterior anima também o setor de rações para animais. Este ano, as empresas pretendem investir US$170 milhões na modernização e ampliação da capacidade produtiva de suas unidades, segundo informação do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações).

Mário Sérgio Cutait, presidente do SindiRações, afirmou que o setor de rações vem acompanhando a evolução das indústrias de carnes, nos últimos anos, e acrescentou: "Este ano, as fábricas deverão investir em tecnologia e sistemas de qualidade".

O SindiRações prevê que o setor deverá faturar R$9 bilhões este ano, uma receita 7% maior do que a de 2004. Este crescimento será sustentado pela demanda dos produtores de frangos, que respondem por 56% do consumo nacional de rações.



Depois da tempestade

A previsão é de um pequeno crescimento este ano, com tendência favorável para 2006

Os bons resultados de 2001 e início de 2002 estimularam os investimentos para aumentar a capacidade de produção de suínos. Na época, existia uma expectativa de aumento das exportações para a Rússia, e também, milho barato. Mas ocorreu uma reversão radical do cenário, no segundo semestre de 2002: o milho se tornou raro e caro, e a Rússia suspendeu as importações brasileiras, devido aos focos da doença Mal de Aujeszky.

A criação caiu 'no vermelho', com preços baixos no início de 2003, e houve um dos maiores desperdícios de material genético da história do País. A Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS) estima que foram eliminadas 350 mil matrizes para reduzir a produção. Em Santa Catarina, o número de fêmeas instaladas chegou a 305,7 mil, cerca de 70 mil a menos do que a média de 2002. Pelo menos 5 mil produtores desistiram da atividade.

Para a agroindústria, em 2003, embora o embargo russo e o consumo em queda no mercado interno tenham reduzido os lucros no primeiro semestre, uma vez que os russos voltaram a comprar e que o preço internacional da tonelada de carne suína se valorizou, houve uma compensação no segundo semestre. De qualquer forma, apesar dos ganhos de produtividade e do peso médio de abate, a produção encolheu no exercício.

Outra queda da produção, em 2004, esteve associada a dois anos anteriores, marcados por longos períodos sucessivos de crise, por uma queda na quantidade de matrizes alojadas e pela incerteza de colocação de mercadorias no mercado da Rússia. Uma conjuntura pouco atrativa para os criadores e agroindústrias tomarem decisões de fazerem mais investimentos. Com muito acerto, a preocupação ficou concentrada na solução de problemas sanitários e ambientais, e na reforma de instalações. Apenas no Centro-Oeste brasileiro, se ampliou a capacidade de produção.

Margem apertada

O processo de recomposição nos alojamentos de matrizes continua nos primeiros meses de 2005. O quadro atual é favorável com as margens apuradas e os volumes embarcados, o crescimento da economia interna e a eficiência dos sistemas de produção. As expectativas são de tênue crescimento na produção, com uma expansão mais vigorosa para 2006, caso não apareçam imprevistos.

Para a Abipecs (Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína), o desafio consiste em diversificar as exportações. A dependência do mercado russo precisa reduzir. Outro caminho é prosseguir no esforço de aumentar o consumo de carne suína pelo brasileiro, com campanhas de marketing e lançamento de produtos e cortes. As questões sobre qualidade e sanidade ficam cada vez mais vitais. ■

Brasil: carne suína - balanço da oferta e demanda (mil t)

Item	2002	2003	2004 (1)
Produção	2.872	2.696	2.679
Importação	1	1	1
Suprimento	2.873	2.697	2.680
Exportação	476	491	500
Disponibilidade	2.397	2.206	2.180
Quilos per capita	13,7	12,5	12,2

Fonte: Abipecs, ABCS, CEPA/SC (1) estimativa

Melhora da relação com a Rússia

Como forma de evitar problemas futuros com a exportação, o setor sugere o estreitamento das relações comerciais com o governo russo. Existe preocupação com a ameaça de uso do regime de cotas. Se as atuais exportações brasileiras baixarem de 350 para 200 mil toneladas ao ano, a suinocultura fica sujeita à nova crise. Há condições para aumentar as exportações para até 400 mil toneladas.

O otimismo em relação à erradicação do Mal de Aujeszky se confirmou a partir de abril de 2004, quando terminaram os 12 meses de "quarentena" estabelecidos a partir do aparecimento de focos da doença em diferentes regiões do estado de Santa Catarina. As ações como o abate de animais contaminados, o levantamento sorológico e o 'vazio sanitário' foram providenciais para a erradicação total. Apesar da garantia de que o Mal de Aujeszky não é transmitido ao homem que consome a carne contaminada, os russos exigem a desinfecção total para dar continuidade à compra da produção brasileira.

Exportações brasileiras de carne suína (em toneladas)

Mês	2002(a)	2003(b)	(b/a x 100)
Janeiro (1)	16.663	37.381	224,3
Fevereiro (1)	32.222	41.545	128,9
Março	22.250	33.874	152,2
Abril	23.887	36.152	151,3
Maio	23.488	35.976	153,2
Junho	22.990	31.891	138,7
Julho	19.877	39.475	198,6
Agosto	23.747	45.557	191,8
Setembro	29.113	60.416	207,5
Outubro	28.365	58.135	205,0
Novembro	26.448	44.750	169,2
Dezembro	20.208	40.752	201,7
Totais	289.258	505.904	174,9

Nota: (1): dados de 2003 divulgados pela SECEX

Agenda para o aumento da competitividade

MARCOS FAVA NETO, MARCO ANTONIO CONEJERO e PAULA BULAMAH SPINELLI

O Brasil conquista espaço no mercado lácteo, com exportações para cerca de 30 países, entre eles: EUA e Chile, altamente rigorosos no controle de qualidade dos produtos importados, o que demonstra a melhoria na qualidade do leite nacional.

No mercado interno, apesar da importância da cadeia produtiva do leite na produção de uma fonte de proteína indispensável na dieta dos brasileiros, estima-se que existam 1 milhão de produtores formais e milhares de produtores informais.

Atualmente, produtores trabalham em conjunto, por meio de organizações horizontais, para aumentar a produtividade, melhorar a qualidade do leite e reduzir os custos dos insumos, por compras conjuntas. Mas tais ações ainda não são suficientes para aumentar a competitividade do setor.

Com base nas informações coletadas em um evento idealizado e promovido pela DPA (Dairy Partners Americas) e pela De Laval, foi desenvolvida uma análise dos pontos fracos e fortes e das oportunidades e ameaças para a produção de leite no Brasil, para propor ações estratégicas capazes de aumentar a competitividade do setor. O *workshop* contou com alguns dos principais produtores de leite do Brasil, EUA, Austrália, Nova Zelândia, Irlanda, Holanda, Rússia e Polônia, que fazem parte do Cream Club, um grupo de produtores e fornecedores de leite, e foi organizado pelo IFCN (International Farm Comparison Network).



Pontos fortes

1. Aproveitamento da propriedade para diferentes usos (pecuária com outras culturas agrícolas): aumenta a rentabilidade;
2. Baixo custo de produção: clima favorável, disponibilidade de terras a preços competitivos, insumos a baixo custo e rebanho geneticamente adaptado;
3. Diversidade de sistemas produtivos eficientes: pecuária extensiva, confinamento, criação a pasto/ração;
4. Concorrência e idoneidade dos compradores;
5. Distribuição do parque industrial de alimentos e facilidade de ingresso na atividade industrial;
6. Grande mercado consumidor interno;
7. Facilidade de obtenção de informações pela presença de grupos de pesquisa: EMBRAPA Gado de Leite, ITAL, Esalq, IEA, IAC, CATI, PENSA.

Pontos fracos

1. Atividade pulverizada pelo País: dificulta a coordenação entre os agentes e aumenta dependência do laticínio;
2. Experiência e contato com o mercado internacional: inibe tentativa de exportação;
3. Imagem negativa: desvio de atenção da iniciativa privada e do governo para outras cadeias agroindustriais;
4. Investimentos em genética bovina e controle e prevenção de doenças: produtividade do rebanho, incidência de enfermidades (febre aftosa) e leite com problemas microbiológicos;
5. Diferenciação do leite por uso (produção de queijos, leite pasteurizado, longa vida, biscoitos etc.);
6. Informalidade e fraudes: elevada carga tributária, leis trabalhistas e ambientais inadequadas;
7. Profissionalização do setor produtivo: nível tecnológico das fazendas, capacitação técnica dos funcionários, conhecimento gerencial dos fazendeiros e assistência técnica veterinária e agronômica;
8. Dispersão de preços ao longo do ano e nas diferentes bacias leiteiras do Brasil, com instabilidade nas margens da atividade;
9. Escassez de crédito e juros elevados para as linhas de financiamento existentes;
10. Infra-estrutura básica : condições das rodovias, falta de energia e de água;
11. Regulamentação protecionista dos países importadores: subsídios, barreiras tarifárias e sanitárias.

Ameaças

1. Falta de acordos sanitários bilaterais com países promissores na importação;
2. Barreiras tarifárias e sanitárias impostas pelos países desenvolvidos;
3. Prioridade em exportar outros produtos agroindustriais, como soja, açúcar e frango, inclusive com incentivo governamental: ausência de políticas governamentais específicas para o setor;
4. Facilidade de importação de leite da Argentina, por um baixo custo;
5. Mercosul: disputas comerciais e mudanças institucionais arbitrárias;
6. Possibilidade de investimento estrangeiro, em especial, dos *global farmers*;
7. Poder de compra do consumidor é reduzido: desigualdade na distribuição de renda;
8. Investimentos públicos e privados no setor elétrico: novos racionamentos de energia elétrica e água;
9. Política monetária restritiva: altas taxas de juros elevam custos de crédito;
10. Crescimento e concentração do varejo de alimentos: poder de compra nas mãos

das grandes redes varejistas e crescimento das marcas próprias;
11. Direitos de propriedade: proliferação de movimentos sociais perturbadores;
12. Contencioso internacional (litígio) pela expropriação de marca registrada, sem pagamento de *royalties*: uso de nomes externos para os diferentes tipos de queijos.

Oportunidades

1. Aumento das exportações e seu efeito indireto no equilíbrio de preços (por exemplo: leite condensado);
2. Acesso a mercados protegidos: pressão nos fóruns competentes, questionamento sobre a existência dos subsídios, promoção de acordos sanitários com países promissores e tendência do fim dos subsídios à cadeia do leite na Europa;
3. Melhoria do cenário macroeconômico, com boa fase do crescimento econômico: investimentos nacionais/internacionais, renda crescente, expansão do consumo interno, aumento das exportações e taxa de câmbio estável;
4. Espaço para melhoria da qualidade do leite: investimento em genética, rastreabilidade e estratégia de exploração de nicho de mercado;
5. Aumento da disponibilidade de alimento animal: aumento da produção de grãos;
6. Possibilidade de uso eficiente do conhecimento técnico disponível pelos centros de excelência em pesquisa (via Internet);
7. Consumo reprimido de lácteos: exploração de segmentos do mercado com o desenvolvimento de novas bebidas à base de leite e produtos para classe C, D e E;
8. Aprender com os países desenvolvidos (por exemplo: campanha *Got Milk*) e introduzir leite nos programas sociais e na merenda escolar.

Propostas de ações e considerações finais

1. Desenvolvimento do marketing institucional: programas de incentivo do consumo de leite nas escolas; incentivo ao associativismo vertical.
2. Programa de melhoria da qualidade do leite: padronização dos produtos; implantação real da Normativa 51; implantar sistemas de rastreabilidade; plano de melhoria da genética do rebanho; incentivo tecnológico (sistema de funcionamento de rebanho); estratégias de mercado para assegurar regiões livres de problemas sanitários (individualização das regiões).
3. Programa de pagamento por qualidade (intrínseca): prêmio de preço para produtos diferenciados; plano de contratos anuais na compra do leite.
4. Programa de capacitação técnica dos produtores: disponibilidade de informação aos produtores; programa de capacitação administrativa e gerencial do produtor; melhoria da assistência técnica aos produtores.
5. Programa de capacitação técnica dos recursos humanos: geração de fatores humanos da competitividade.
6. Desenvolvimento da rede de centros de inteligência do leite: aumento das pesquisas para o setor; disponibilidade de base de dados da cadeia láctea; maior oferta de cursos e consultorias pelos grupos de pesquisa; obter *benchmark* de outras cadeias de sucesso no Brasil; disseminar casos de sucesso (nacionais e internacionais).
7. Desenvolvimento de linhas especiais de créditos aos produtores: reduzir a burocracia para obtenção de crédito; incentivo das indústrias e governo para aquisição de máquinas e equipamentos; incentivo ao investimento em equipamentos de ordenha, granelização, tanque de coleta.
8. Melhoria da infra-estrutura básica: melhoria da situação das rodovias; entendimento do governo e iniciativa privada na direção de parcerias (PPP) para melhoria do transporte de leite (logística).
9. Incentivo e fortalecimento do sistema cooperativo: cooperativas bem gerenciadas.
10. Programa de desenvolvimento do comércio exterior de lácteos: marketing internacional (atitude mais pró-ativa do empresário); forte representatividade internacional; atração de investimentos internacionais/produtores internacionais – *Global Milk Producer*.

Esta lista de ações é a mesma sinalizada em eventos passados e edições anteriores de revistas especializadas. Mais uma vez, de nada valerá este levantamento de ações para o setor leiteiro no Brasil se ele não for colocado em prática pelos agentes responsáveis. Um mecanismo viável para a rápida implementação do processo de mudança é a realização de um planejamento estratégico para o setor. Esse processo envolve um mapeamento da cadeia produtiva do leite, para identificação da sua importância no contexto nacional e das contribuições setoriais (em valor), uma agenda com ações conjuntas e os responsáveis pela implementação destes projetos. Além disso, é necessário um acompanhamento externo do processo para monitoramento da evolução da cadeia e ajuste fino no rumo tomado.

MARCOS FAVA NEVES *é professor de Marketing e Estratégia da FEARP/USP e vice-Coordenador do PENSA/USP.*
MARCO CONEJERO e **PAULA SPINELLI** *são mestrandos em Administração pela FEARP/USP e pesquisadores do PENSA*

Ano com

O produtor de leite pagou caro para continuar na atividade, ao longo da década de 90. Durante todo esse período, os preços caíram, sem compensação de redução dos custos na mesma proporção.

Empresas empobreceram pela incapacidade de reinvestir seus bens de capital, pois os investimentos, o aumento de tecnologia e a profissionalização eram exigências para a sobrevivência.

Se todas as atividades rurais sofreram impacto com a competição acirrada, na década de 90, com a abertura do mercado, o surgimento do Mercosul e a paridade do Real frente ao Dólar, no leite, outras mudanças foram traumáticas.

A desregulamentação do mercado mostrou a inabilidade competitiva de grande parte da indústria nacional, especialmente a de pequeno e médio porte: cooperativas, na maioria. Estavam despreparadas para fazer investimentos em modernização, marketing e troca nas linhas de produção, para acompanhar a evolução do comércio e dos hábitos dos consumidores.

O consumidor mudou de hábito, um reflexo da mudança da estrutura familiar nos últimos anos.

Estudo da Latin Panel, instituto de pesquisa, concluiu que o consumidor, em média, vai 1,4 vez por semana às compras. Parte representativa dos consumidores chega a ir uma vez a cada 15 dias, enquanto o grupo que mais se desloca ao varejo compra cerca de 3,3 vezes por semana.

Os consumidores preferem os supermercados. Até o final da década de 80, 20% das compras de varejo eram realizadas em redes de supermercados. Ao final dos anos 90, cerca de 85% a 90% do varejo estavam concentrados nas grandes redes.

Pesquisa da FGV Consulting, encomendada



eça com boas perspectivas

pela Fiesp, aponta para a concentração de 69,9% do faturamento do setor em cinco redes varejistas. A Apas-Associação Paulista de Supermercados aponta uma participação de 30% a 40% das vendas nas mãos dos dez maiores.

Com o fortalecimento dos supermercados e os consumidores indo cada vez menos às compras, o setor leiteiro precisava de um produto mais apresentável e de maior duração nas residências.

As indústrias brasileiras, posicionadas no leite pasteurizado em saquinhos, não tinham condições de modernizar a apresentação. Além da falta de recursos, a matéria-prima era sofrível, pois nunca se investira na qualidade do leite, salvo em algumas poucas regiões com pecuária mais avançada.

Como o produto apresentado não atendia às exigências dos consumidores, o espaço foi ocupado pelo leite longa vida, cuja participação no mercado de leite fluído passou de 4% para os atuais 74%.

Capitalizadas, somente as grandes empresas nacionais se posicionavam em produtos com maior valor agregado, junto com as multinacionais, com mais fôlego e maior facilidade na captação de recursos. Mas a maior parte se posicionava apenas no leite pasteurizado, e não tinha condições. A crise foi inevitável.

O LADO MAIS FRACO

Com a indústria em crise, os preços aos produtores sofreram significativa redução, de 1991 a 2002, quando se consideram os valores reais, deflacionados pelo IGP-DI.

Em valores reais, os preços médios do leite em 2004 foram 38% inferiores aos preços médios de 1991. O auge da crise de preços ocorreu exatamente na virada de 2001 para 2002, quando se registrou o menor preço real do leite. Em valores atuais, o menor preço em São Paulo foi R$ 0,42/litro, nos meses de novembro e dezembro de 2001.

Para checar se realmente os custos da pecuária leiteira não acompanharam o IGP-DI, é interessante verificar a evolução dos valores de alguns dos principais insumos usados na pecuária leiteira, do leite e do IGP-DI. Estabeleceu-se, para todos, o mês de agosto de 1994, o índice 100. A partir daí, pela evolução dos preços, os valores foram sendo corrigidos, tal qual é feito com os IGP-DI.

Os insumos considerados foram os fertilizantes, concentrados protéicos, concentrados energéticos e diesel. As variações para cada item foram calculadas com base em diversos produtos, sempre optando pelos mais demandados. Os preços são FOB e se referem às cotações de mercado levantadas pela equipe da Scot Consultoria.

Em todo o período, o reajuste nos preços do leite em São Paulo foi de apenas 54% do reajuste do IGP-DI. No caso dos insumos, apenas os concentrados protéicos ficaram abaixo do IGP-DI. Mesmo assim, todos superaram a evolução do preço do leite.

Os números são incontestáveis. O setor leiteiro passou por crise acentuada, e apenas quem foi capaz de suportá-la chegou ao início do século XXI, com saúde financeira para continuar na atividade.

Com a impressão de ter um custo de produção mais baixo, os acontecimentos levaram à conclusão de que a solução seria a produção extensiva, sem aplicar insumos, pois estes aumentaram acima da inflação,

Evidentemente, não se considera a remuneração da terra e dos bens de capital nos cálculos. Muitos, na verdade, não levavam em conta nem as depreciações e remunerações do trabalho do próprio empresário. A fórmula simplista de sobreviver: "gasto é custo, obra é lucro". Um comportamento prejudicial, em longo prazo, para produtores, indústrias e consumidores. O mau uso da terra e a pouca aplicação de tecnologia são os maiores inimigos da criação de empre-

Índices comparados do IGP-DI no início, em 1994, e no final da análise, em 2004

Item	agosto/94	dezembro/04	Variação %
IGP-DI	100,0	326,3	226,3
Fertilizantes	100,0	423,1	323,1
Concentrados energéticos	100,0	532,3	432,3
Concentrados protéicos	100,0	307,3	207,3
Óleo diesel	100,0	536,7	436,7
Leite SP	100,0	223,8	123,8

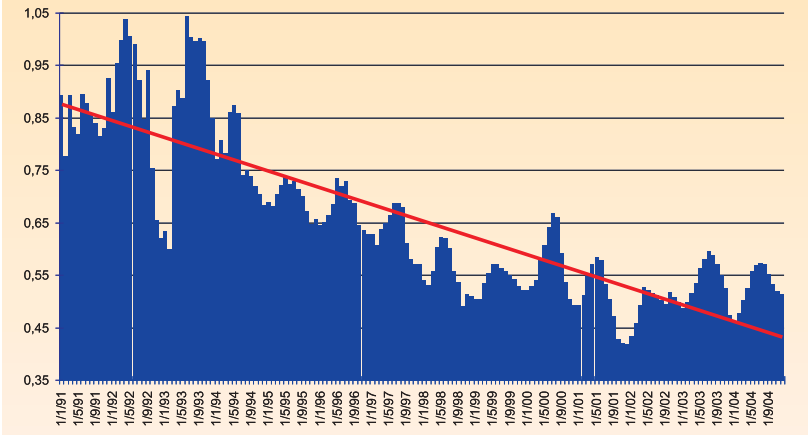
Fonte: FGV/IEA/Scot Consultoria

Preços do litro, em R$ deflacionados pelo IGP-DI/litro

Ano	Média Brasil	SP	MG	GO	PR	RS
2003	0,540	0,555	0,553	0,541	0,533	0,551
2004	0,529	0,544	0,535	0,528	0,524	0,547

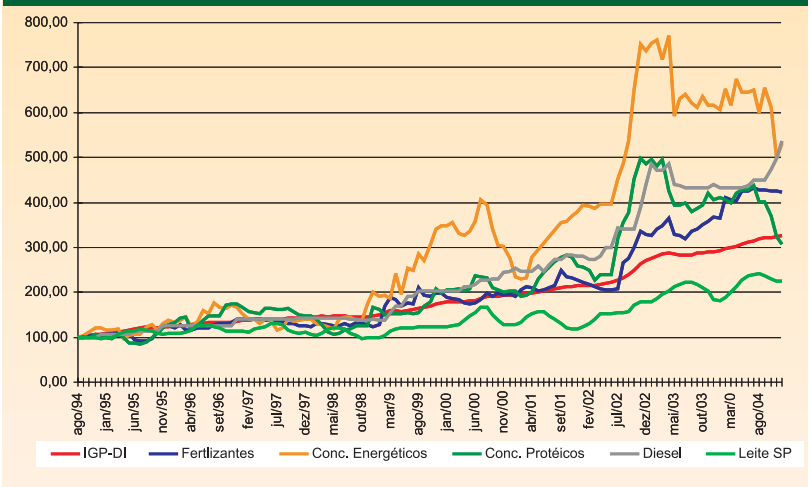
Fonte: Scot Consultoria

Preços do leite tipo "C" em São Paulo nos últimos 14 anos – 1991 a 2004 (R$ deflacionados pelo IGP-DI/litro)



Fonte: IEA/Scot Consultoria

Evolução comparativa dos preços nominais de fertilizantes, diesel, concentrados, leite e do IGP-DI, considerando ago/94 como índice 100



Fonte: FGV/IEA/Scot Consultoria

gos e da proteção ambiental.

Mesmo assim, muitos empresários continuaram na busca por soluções tecnológicas para seus problemas.

Recuperação

Em 1997, um estudo financiado pela FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo) produziu alguns números interessantes, com base no mercado de 1996.

O custo de produção do leite encontrado variou de R$0,34/litro a R$0,41/litro em valores nominais. A média foi de R$0,37/litro. A produção anual por hectare, calculada a partir dos índices apontados, era de 9,9 mil litros, em média. Variava de 7,5 mil a 13 mil litros de leite/ha/ano.

A inflação de 1996 a 2004, pelo IGP-DI, foi de 126%. Sendo assim, corrigindo os valores, o custo de R$0,37/litro em1996 representaria, ao longo de 2004, o valor de R$0,84/litro.Vale lembrar que o IGP-DI ficou inferior ao aumento dos preços dos principais grupos de insumos usados na pecuária leiteira.

Nas análises realizadas ao longo de 2004, os custos de produção de leite de fazendas, consideradas eficientes, ficaram em torno de R$0,54 a R$0,58/litro. Essas empresas, em média, produziram de 15 mil a 18 mil litros de leite por hectare por ano, uma eficiência 50% a 80% superior ao estudo de 1997.

Portanto, houve aporte tecnológico na pecuária leiteira, e o produtor soube reduzir custos com a adaptação do sistema de produção, ganho de escala, redução de desperdícios e melhor administração do empreendimento. Em grande parte, o manejo de volumosos e da alimentação avançou. Os resultados foram positivos em 2003 e 2004, beneficiados também pelo fato de serem empresas com maiores escalas de produção, remuneradas cos preços acima dos valores médios pagos regionalmente aos produtores.

Mesmo com os preços menores em relação a 2003, em valores reais, os resultados positivos foram possíveis graças à queda nos preços dos concentrados. A rentabilidade em 2004 ficou praticamente a mesma que a de 2003. Porém, os produtores ainda carregam dívidas e manutenções altas causadas pelos maus resultados e pela falta de capital ao longo dos últimos anos.

Perspectivas

Para 2005, as perspectivas para o setor leiteiro são boas. O cenário é favorável e a possibilidade de reversão é remota. Uma visão positiva tanto para o mercado interno como para o mercado externo.

Em volume, as exportações brasileiras foram 22% superiores às importações em 2004, segundo informações do

Sinais de vitalidade

• Diversas indústrias anunciam o pagamento, finalmente, pelo leite de qualidade. Evidentemente, não demorará muito para o leite de qualidade ser o preço referência, enquanto os demais sofrerão deságios. Mesmo assim, isso não deixa de ser positivo ao setor.

• O produtor volta a rever a viabilidade de aplicação de tecnologia na produção de leite. Conceitos novos, para um mercado bem diferente daquele do início da década de 90, são a adaptação administrativa. Os benefícios serão colhidos por toda a sociedade.

• Empresas de sêmen anunciam a retomada do aumento nas vendas de sêmen de raças especializadas para a produção leiteira, um reflexo da aposta dos produtores em tecnologia.

• As indústrias com investimentos em qualidade e modernização terão benefícios. A expectativa em torno destes resultados esperados será a força motriz para o amadurecimento das relações entre os elos da cadeia produtiva. Já existem projetos modernos e ousados de parcerias entre produtores e indústrias. As cooperativas já sinalizam para algo neste sentido; nada mais lógico.



MDIC (Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio). No leite em pó, as indústrias brasileiras exportaram 120% a mais do que importaram ao longo de 2004. Quando comparadas a 2003, as exportações de 2004 foram 53% superiores.

Um indicador de forte demanda pelo leite brasileiro é a dificuldade de encontrar leite em pó no mercado, uns dos entraves para melhorar os resultados.

No mercado do leite longa vida, a linha de fluídos mais consumida no País, os preços de janeiro foram 1,32% mais elevados em relação a dezembro. Os melhores preços no começo do ano trazem mais firmeza ao mercado, neste primeiro semestre de 2005.

O setor de embalagens confirma a tendência de melhoria nas vendas. Segundo a Associação Brasileira de Embalagens, estimativas apontam para elevação de cerca de 10% nas vendas em 2005, e baseadas na demanda interna, este aumento esperado é um reflexo de melhoria nas vendas, o tão esperado resultado econômico anunciado há vários meses.

Enfim, gradualmente o leite "pega carona" com o bom desempenho dos demais setores do agronegócio brasileiro. A crise, se de fato foi superada, forçou a modernização da atividade leiteira, assim como aconteceu com todas as demais cadeias agroindustriais. A atividade leiteira, exigente em investimentos, atrasou em relação às demais, mas segue a história do salto do agronegócio, traçado em meados da década de 90.

Já era hora. A criação tem um valor bruto anual acima de 12,5 bilhões e gera cerca de 2,5 a 3,0 milhões de empregos, com um enorme potencial de crescimento. Quantos segmentos produtivos podem ainda aumentar 20 a 25 vezes a produtividade média, com o material genético já disponível? ■

MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA, *engenheiro agrônomo*, **ALCIDES DE MOURA TORRES JÚNIOR**, *engenheiro agrônomo, e* **FABIANO RIBEIRO TITO ROSA**, *zootecnista, são diretores da Scot Consultoria:* scotconsultoria@scotconsultoria.com.br; tel.: (17) 3343-5111.



"Compromisso de preço" com a Argentina

O Brasil entrou com processo na OMC, em 1999, contra Argentina, Uruguai, Nova Zelândia, Austrália e União Européia. A investigação era para ver se o exportador vendia com preços artificialmente baixos, que causam dano à produção local. Pelas regras da OMC, se for comprovado que um país está vendendo com *dumping* e causando danos à indústria doméstica do importador, este fica autorizado a impor medidas compensatórias.

No final de 2000, foi decidida a criação de tarifas *antidumping* contra União Européia e Nova Zelândia, em vigor até o final deste ano. O percentual de danos da Austrália era inferior ao exigido pela OMC para que se criasse uma medida. Para os vizinhos do Mercosul, o Brasil optou pelo acordo.

Em vigor desde 2001, a medida ajudou na recuperação do setor no Brasil. Desde então, as importações caíram de 3,2 bilhões para 300 milhões de litros, as exportações bateram recordes (US$ 400 milhões) e houve um inédito superávit de US$ 11,5 milhões na balança dos lácteos em 2004. A medida também estimulou a indústria de leite em pó. A Itambé, por exemplo, construiu uma fábrica para processar 1 milhão de litros por dia em Uberlândia (MG).

Em 1999, o saldo da balança láctea era deficitário em US$432,4 milhões. Em 2004, o País importou US$83,9 milhões, mas exportou US$95,4 milhões. O aumento das exportações também possibilitou melhores preços aos produtores e reduziu o impacto da sazonalidade de preços. O aumento das exportações e a queda nas importações coincidem com o período das medidas compensatórias. O Brasil, na época, respondia por 70% das vendas argentinas, e hoje, por 20%.

Argentina: taxa para o produto exportado

Taxa	Valor por tonelada
2%	US$ 1.899 a US$ 1.850
4%	US$ 1.849 a US$ 1.800
6%	US$ 1.799 a US$ 1.750
8%	US$ 1.749 a US$ 1.700
10%	Inferior a US$ 1.700

Agora, o setor lácteo brasileiro conseguiu prorrogar, por três anos, a medida *antidumping* contra a importação de produtos da Argentina com preços abaixo do custo de produção. É uma boa notícia para o setor. Reunidos em Buenos Aires, dirigentes do setor e do governo dos dois países fecharam um novo acordo, chamado de "compromisso de preços", que valerá a partir 23 de fevereiro. A nova tarifa *antidumping* sobre o leite em pó, desnatado e integral não-fracionado será progressiva.

No acordo anterior, os exportadores argentinos pagavam taxa fixa de 11% em todas as vendas abaixo de US$1.712 por tonelada. Mudou ainda a referência de preços – da União Européia para a Oceania, imune à variação dos subsídios europeus.

O processo que manteve a proteção, de mais de 6 mil páginas, foi sustentado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínio (CBCL) e a Leite Brasil. Em recente despacho, o MDIC avaliou que a prorrogação da medida permitirá à indústria doméstica "efetivamente" se recuperar do dano sofrido pelo *dumping*.

Estão sob o atual regime de proteção, desde 2001, as indústrias argentinas: Manfrey Cooperativa de Tamberos, Mastellone Hermanos, Milkaut, Molfino Hermanos, Nestlé Argentina, SanCor Cooperativas Unidas, A. Williner e Verónica.



Vem aí o "nanofood"

Este mercado deverá chegar a US$20 bilhões, em 2010

As aplicações da nanotecnologia estão bastante desenvolvidas nos setores de alta tecnologia, medicina e defesa. Embora no campo da alimentação e da agricultura ainda esteja em seu principio, a fusão da nanotecnologia com tecnologias convergentes tem a capacidade de afetar profundamente as economias, incluindo o poder sobre a oferta global de alimentos; mas é grande o atraso dessa percepção junto aos meios de comunicação e formadores de opinião.

O Relatório de 2004 da Helmut Kaiser Consultoria considera que o mercado de nanoalimentos passará de US$2,6 bilhões, atualmente, para US$7 bilhões, em 2006, e para US$20,4 bilhões, em 2010. São mais de 200 empresas engajadas em pesquisas sobre nanoalimentos no mundo, incluindo a elaboração, o processamento, embalagem e distribuição. Trata-se da coexistência do 'nanofood', ou nanocomida, com produtos comerciais que já contêm aditivos invisíveis, porém em nanoescala.

NANOTECNOLOGIA = manipulação da matéria no nível atômico e molecular (um nanômetro - nm - equivale a um bilionésimo do metro)

A US National Science Foundation espera que, por volta do ano 2010, a nanotecnologia seja responsável por cerca de metade das vendas de produtos farmacêuticos, e que, na medicina veterinária, possa ir além disso, dadas as suas características.

De acordo com a visão tecnológica e futurista, a produção da agricultura será mais uniforme, automatizada, industrializada e reduzida a funções simples. Os alimentos serão elaborados com o objetivo de fornecer, eficientemente, substâncias nutrientes aos corpos das pessoas. Também buscarão criar sabores artificiais e nutrientes naturais que podem ser destinados a atender às preferências do paladar.

Uma abordagem mais sofisticada da formulação em produtos de nanoescala implica no seu encapsulamento, ou seja, envolver o ingrediente ativo em nanoescala com uma espécie de minúsculo envelope ou concha.

Muitas grandes empresas do ramo agroquímico, como Basf e Bayer, já de-

senvolvem pesquisas sobre a formulação de pesticidas em nanoescala. A Syngenta, empresa suíça, já comercializa pesticidas formulados como micro-emulsões.

Para que se tenha idéia do reduzidíssimo tamanho do que se entende por nanoescala, um litro do produto ZEON, com formulação micro-encapsulada, contém cerca de 50 trilhões de cápsulas que são liberadas rapidamente e, como aderem intensamente às folhas, resistem à ação da chuva e podem ser posteriormente liberadas sob controle.

O Departamento de Agricultura dos Estado Unidos (USDA) apelidou de 'tecnologia do pequeno irmão' o sistema de pesquisa para promover o *smart field system*, ou seja, o 'campo inteligente'. A Intel testa redes de sensores para a agricultura em uma vinha (plantação de uvas) automatizada.

Vantagens do nano-encapsulamento de pesticidas

- O tamanho reduzido das partículas otimiza sua eficácia;
- Ocorre a liberação do princípio ativo nas mais variadas condições;
- Os danos às culturas são reduzidos;
- As perdas de pesticidas por evaporação são evitadas;
- O manuseio de pesticidas de elevada concentração se torna possível;
- O entupimento dos bicos aspersores é evitado;
- A quantidade de produto necessária diminui, e o tempo da atividade química aumenta;
- Existe pouco contato dos trabalhadores com o agroquímico;
- O impacto ambiental é reduzido;
- Ocorre menor poluição do ar, solo e águas.

Aplicações das tecnologias de nanoescala na agricultura de precisão

- Espalhados no campo, sensores em rede proverão dados detalhados sobre as condições do solo e da cultura, e em tempo real;
- A presença de vírus nas plantações ou o nível de nutrientes no solo estarão sendo continuamente monitorados e corrigidos;
- Será possível detectar, localizar e informar, e aplicar água, fertilizantes e pesticidas.

Riscos

A aplicação de nanopartículas na agricultura, ao mesmo tempo em que traz preocupações, também pode apresentar benefícios ainda quase desconhecidos. Mais impressionante é a idéia de se ter milhares de minúsculos sensores espalhados pelas plantações, como se fossem minúsculos olhos, ouvidos e narizes. Ficam evidentes as possíveis aplicações militares dessa tecnologia

A pecuária, com o desenvolvimento da nanotecnologia na medicina humana, pode ser utilizada como campo de testes. Os testes com chips podem ser utilizados para o diagnóstico de doenças em animais, para o rastreamento da produção animal. E também há a possibilidade de sua utilização no melhoramento das raças.

A vantagem da utilização das nanocápsulas na veterinária é que os medicamentos podem ser administrados em locais, tempo e doses precisas, sem prejudicar os tecidos sadios próximos. Existem empresas trabalhando no sentido de desenvolver formas para ativar externamente as cápsulas e liberar os medicamentos através do ultra-som ou impulsos magnéticos.

Fabricação molecular

Outra vertente da utilização da nanotecnologia na produção de alimentos é a fabricação do alimento molecular, ou seja, a produção sem solo, sementes, fazendas e fazendeiros. As nanomáquinas poderiam criar quantidades ilimitadas de alimentos, por meio da síntese no nível atômico; o que poderia erradicar a fome. Produzir alimentos pela fabricação molecular é a mais ambiciosa meta da nanotecnologia.

O mercado de embalagens, que utiliza a nanotecnologia, nos Estados Unidos, gira em torno de US$38 bilhões e deverá ultrapassar US$54 bilhões, em 2008. A Bayer produz um filme plástico transparente (denominado Durethan) contendo nanopartículas de argila – as nanopartículas estão dispersas em todo o plástico e são capazes de bloquear o oxigênio, dióxido de carbono e umidade, para que não atinjam a carne fresca ou outros alimentos.

Impacto dos nano-sensores

- Benefício das fazendas com larga escala de produção que já utilizam a agricultura de precisão. Existe o risco de os pequenos e médios produtores serem excluídos desses benefícios tecnológicos.
- Uma maior precisão na previsão de safras será aperfeiçoada com a utilização generalizada de sensores, e poderá ter efeitos danosos sobre os preços dos produtos agrícolas.
- Poderão ocorrer dramáticas mudanças nas cadeias de fornecimento de mercadorias e em seus valores.
- No setor agrícola, estão especialmente vulneráveis a esses impactos produtos como algodão, juta, cacau, café, dendê, caju, baunilha e chá.
- Elaboração de produtos 'agrícolas' a partir de materiais e dispositivos, só que em nível atômico, da mesma maneira pela qual se consegue produzir cerveja, queijo ou vinho.
- A empresa têxtil Nano-tex elaborou um tecido impermeável, com as qualidades de conforto do algodão natural e com a mesma textura, porém mais resistente. As nanofibras poderão substituir as de algodão natural.
- A Cabot, uma das líderes mundiais na produção de pneus, já testou com sucesso a introdução de partículas nano nos pneus, reduzindo a abrasão em 50% e duplicando a sua vida útil. A borracha natural será seriamente afetada.
- Será possível o desenvolvimento de técnicas que permitam a produção de nanofibras a partir do etanol derivado do milho.
- A Universidade do Texas-El Paso, Estados Unidos, confirma a capacidade das plantas de absorverem nanopartículas, o que é útil para a reabsorção de ouro em terras com jazidas do metal e nas proximidades de minas abandonadas. Pesquisadores trabalham na extração de outros metais do solo.
- Aglutinantes de solo, para evitar a erosão, e úteis na limpeza do solo pela extração de metais pesados e PCBs (Bifenilas Policloradas ou 'ascaréi'), substâncias proibidas desde 1981 pela legislação brasileira, pois não são biodegradáveis e são bio-acumulativas nos tecidos vegetais e animais.

Desafios e oportunidades para a pesquisa

CLAYTON CAMPANHOLA

Muito se tem falado e escrito sobre a contribuição decisiva dos 31 anos de pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Aos seus resultados, são creditados, entre outros, a adaptação da soja aos trópicos, a expansão da produção do trigo nacional e do algodão para o Centro-Oeste, e os destaques nas áreas de clonagem animal e transgenia, ao lado de inúmeras tecnologias poupadoras de insumos ou geradoras de empregos.

Cada projeto de pesquisa da Embrapa tem duração média de três anos e, em alguns casos, esse tempo é ainda maior. O planejamento de pesquisa é sempre de médio ou longo prazo, baseado em cenários possíveis e alternativos. Por isso, este é pouco afetado em curto prazo por mudanças no ambiente político. As medidas adotadas hoje, se bem conduzidas, terão reflexo positivo no futuro.

O instrumento básico de planejamento da instituição, o Plano Diretor da Embrapa, é lançado a cada quatro anos. Sua IV Edição, referente ao período 2004-2007, publicada recentemente, estabelece as grandes linhas de orientação para as ações da Embrapa nos próximos anos e os eixos prioritários de pesquisa em torno dos quais vai transitar o futuro brasileiro, do ponto de vista agropecuário, do espaço rural e do desenvolvimento ambientalmente sustentável.

A partir destes eixos gerais, definidos após ampla consulta às comunidades técnica e científica, cabe a nós, dirigentes, estarmos sempre atentos aos sinais do futuro e às demandas do presente. As mudanças recentes no cenário internacional, referentes ao fenômeno da globalização, aproximam os mercados e trazem novos temas relevantes para o avanço da capacidade competitiva do agronegócio brasileiro, como a biologia avançada, a tecnologia da informação, a nanotecnologia, a sustentabilidade ambiental e as mudanças ambientais globais. A Embrapa, assim como as demais instituições de pesquisa do País, deve estar preparada para esses desafios. A ciência também tem uma enorme contribuição para a redução da desigualdade de renda no Brasil, pois, ao lado da chamada exclusão educacional, a exclusão tecnológica e a exclusão digital também são causas cada vez mais evidentes da exclusão social e da pobreza, especialmente quando se trata dos pequenos produtores rurais. Tais reflexões estão expressas no documento *Embrapa-Novos Significados e Desafios*, que lançamos recentemente.

Ressalto também a contribuição da ciência e tecnologia para a produção de alimentos seguros e sadios, frente à exigência cada vez maior dos parceiros comerciais e aos riscos de novas doenças, como o mal da vaca louca. Existe um campo enorme também para fibras e novos produtos oriundos da agricultura (os chamados bioprodutos), que substituem aqueles oriundos do petróleo ou os sintéticos. Finalmente, lembro o enorme potencial que representa o chamado biomercado: mercado de carbono e processos produtivos que geram menos resíduos na atmosfera; novos produtos das florestas, explorados de forma sustentável, servindo como medicamentos, cosméticos e nutracêuticos. São novos campos de atuação que teremos de conquistar, juntamente com o contínuo avanço das técnicas de produção para cultivos tradicionais, voltadas para a expansão do agronegócio brasileiro.

Biotecnologia, uso sustentável da biodiversidade, agricultura de precisão, rastreabilidade, agricultura orgânica, agricultura de energia e inovação tecnológica para uso prático e estratégico são temas que merecerão atenção cada vez maior de nossas pesquisas. Isto só poderá ter êxito por meio da ampliação das parcerias com demais instituições de pesquisa, com instituições financiadoras, com os Fundos Setoriais de pesquisa, e com o intercâmbio cada vez maior efetuado com as instituições de pesquisa no exterior e com a iniciativa privada nacional. É este o caminho que temos seguido para continuar produzindo o que existe de mais atual em tecnologia agrícola, pecuária e florestal. E é sempre bom lembrar que a Ciência é a semente do futuro. ■

CLAYTON CAMPANHOLA, *pesquisador, é ex-diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).*

A Kraft e a Universidade de Rutgers trabalham em embalagens impregnadas com sensores para detectar patógenos nos alimentos e provocar um alteração na cor da embalagem, de modo a alertar o consumidor. Os Países Baixos desenvolvem embalagens para liberar um conservante, se o alimento começar a se deteriorar.

Um avanço ainda maior pode ocorrer no sistema de etiquetagem e monitoramento de produtos que utilizam a identificação por Rádio-freqüência (RFid). De tão pequena, a etiqueta pode ser inserida no produto em si – e não apenas na embalagem; ela pode conter muito mais informações, ser escaneada à distância e registrada no caixa ao mesmo tempo. Possui o tamanho de um chip equivalente ao de um grão de pó. Como a transmissão de informações vai além do caixa do supermercado, isso implica na necessidade de, posteriormente, desativar o chip.

Quanto aos nanoalimentos propriamente ditos, em 1999, a Kraft Foods estabeleceu o primeiro laboratório nanotecnológico de alimentos da indústria. As tecnologias de nanoescala têm um potencial que levará a engenharia de alimentos a mudar drasticamente a forma como o alimento é produzido, processado, embalado, transportado e consumido.

No campo dos aditivos alimentares, a preocupação da indústria de alimentos em produzir alimentos 'funcionais' significa que estes devem ser mais nutritivos ou ter alguma outra função. Nesse sentido, destacamos aqui também a utilização das nanocápsulas que poderão, no futuro, ser utilizadas para introduzir algum ingrediente que cumpra determinadas funções e possam ser ativadas por meio de estímulos adequados.

O agronegócio, tão importante em nosso país, embora tenha suas bases técnicas fortemente fundadas no sistema de produção convencional originário da revolução verde e esteja sofrendo as influências dos avanços na biotecnologia, deve se ater ao desenvolvimento e a aplicações já existentes, e para um futuro próximo, às tecnologias em nanoescala. ■

ONDE SABER MAIS: ***www.iea.sp.gov.br, busca por nanoalimento, artigo de Richard Domingues Dulley (dulley@ipea.sp.gov.br) –*** **Nanotecnologia no agronegócio: explorando o futuro.**

Álcool brasileiro ganha o mundo

Com a alta do petróleo, o produto conquistou novos mercados

A maior demanda por álcool no mercado internacional em 2004 mudou o perfil das exportações do segmento sucro-alcooleiro – nos últimos anos, muito dependentes do açúcar – e alçou novamente o produto a um lugar de destaque na balança comercial brasileira.

Nos anos 80, auge do PROALCOOL, o Brasil era um grande exportador de álcool. Em 1984, chegou a exportar quase 1 bilhão de litros, boa parte para os EUA, que impuseram tarifas adicionais (além dos US$0,54 por galão, vigentes na época) para inibir a invasão. No fim daquela década, com a crise do desabastecimento, os embarques nacionais caíram para cerca de 100 milhões de litros anuais.

Principais destinos

A receita com os embarques de álcool anidro e hidratado deverá alcançar, pela primeira vez, a marca de US$500 milhões, segundo estimativas da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA). Estimulado pela alta do petróleo no exterior e pelos baixos preços praticados no mercado doméstico, o álcool nacional avançou em mercados importantes, como Índia e EUA. Também ganhou espaço em países até então com baixas compras, como Nigéria, Coréia do Sul e Japão, onde as indústrias são as âncoras de consumo.

Os Estados Unidos lideram o *ranking* dos principais destinos das vendas nacionais, com importações incentivadas pelo estímulo do governo ao uso do álcool como combustível. Somados os envios ao Caribe, onde o produto é re-industrializado e reexportado, o total vendido ao mercado americano beira os 700

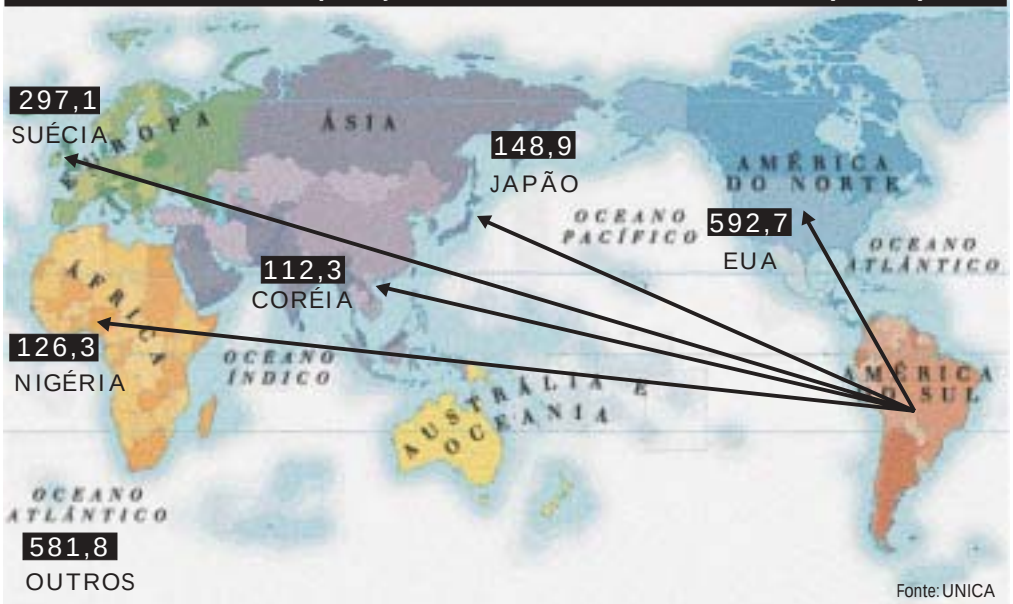
Cenário para 2014

Demanda global de açúcar = 186,8 milhões de toneladas

Brasil: produção de cana = 49,0 milhões de toneladas
Exportação de açúcar = 37,1 milhões de toneladas

Fonte: LMC

Brasil: destino das exportações de álcool - 2004 - milhões de litros (volume)



Fonte: UNICA

milhões de litros. Para 2005, o governo norte-americano aumentou o volume de etanol combustível no âmbito da CBI-Caribbean Basin Initiative para 204,9 milhões de galões (775,5 milhões de litros), 9,6% acima dos 186,9 milhões de galões (707,4 milhões de litros) de 2004, a ser importado sem o imposto de 54 centavos de dólar por galão.

Algumas empresas poderão ser beneficiadas, como a Cargill, que conta com uma usina com capacidade de produção de 63 milhões de galões ao ano em El Salvador; Angostura, com uma usina de 100 milhões de galões em Trinidad; e Coimex, que está investindo numa usina para que essa possa desidratar álcool, na Jamaica.

Os tradicionais mercados de álcool para fins industriais (bebidas, produtos químicos e farmacêuticos), como são os casos da Coréia do Sul e do Japão, subiram 245%, chegando a quase 197 milhões de litros, enquanto os da Nigéria mais que duplicaram e atingiram 95,4 milhões de litros.

Carro-chefe

A participação do álcool no total exportado pelo setor sucroalcooleiro tende a crescer ainda mais, uma vez que os embarques de açúcar – carro-chefe das usinas – devem aumentar em ritmo menor.

Em 2004, as exportações de açúcar das usinas brasileiras totalizaram 15,9 milhões de toneladas de açúcar, ou US$2,37 bilhões. No total, as exportações sucro-alcooleiras somaram US$ 2,87 bilhões, com uma participação do álcool de mais de 17%, perante os 7%, no ano passado.

A demanda mundial pelo álcool poderá aumentar ainda mais, com o início do programa de biocombustível da Colômbia. Austrália, União Européia e Tailândia adotam novos programas de combustível, baseados na utilização de uma mistura de combustíveis fabricados a partir da cana-de-açúcar, da beterraba e do milho.

Com a ampliação na produção de cana para 6,2% ao ano, o Brasil firma sua liderança como maior produtor mundial de açúcar em relação aos seus rivais mais próximos, Tailândia, Índia e Austrália. A participação do País poderá chegar a 60% do comércio mundial de açúcar nos próximos dez anos, com grande aumento nas suas exportações. A Tailândia, segundo maior exportador de açúcar, deverá exportar 6,7 milhões de toneladas.

Nenhuma projeção sobre o mercado do produto pode ignorar China e Índia. Esta última é o maior consumidor mundial de açúcar, uma posição que deverá manter; enquanto a China, atualmente o terceiro maior consumidor mundial, deverá se tornar o líder mundial nos próximos dez anos, à medida que sua taxa de consumo de açúcar crescer a uma média de mais de 4% ao ano, no decorrer dos próximos dez anos.

A mais longa safra da história

A safra de cana 2004/05 foi uma das mais longas da história, na região Centro-Sul. O grande volume de chuva registrado no período de maio a junho de 2004, o dobro da média histórica dos últimos 10 anos, estendeu o período de moagem para além de outubro e chegou a dezembro. Operando a todo vapor, em setembro, o Centro-sul registrou recorde de produção para um único mês, com 4 milhões de toneladas de açúcar e 2,3 bilhões de litros de álcool. Mesmo assim, ainda sobrou cana em pé.

Calcula-se que perto de 6 milhões de toneladas ficaram para ser colhidas no início da próxima temporada. Quando do início oficial da safra 2005/06, em 30 de abril próximo, face ao início de moagem antecipado de algumas usinas, perto de 14 milhões de toneladas de cana já terão sido colhidas. Uma quantidade superior às 8,7 milhões de t registradas no início da safra anterior.

Com o aumento da demanda pelo combustível, em virtude dos reajustes nos preços da gasolina, aliado ao salto das exportações, o estoque de passagem de álcool para a safra 2005/06 deverá ser de apenas 400 milhões de litros no Centro-Sul – o equivalente ao consumo de 10 dias - ou um terço abaixo do estoque de segurança (600 milhões de litros). Contudo, se algumas usinas e destilarias anteciparem em pelo menos um mês o corte de cana, os estoques de álcool no Centro-Sul poderão subir para 900 milhões de litros, no começo da próxima safra.

O sucesso d

Em março de 2003, a Volkswagen lançou o primeiro modelo biocombustível, o Gol 1.6. Hoje, outras três empresas – General Motors, Fiat e Ford – oferecem automóveis flexíveis.
Há quase 40 modelos disponíveis, com motorizações variadas, e a frota está sendo gradualmente substituída por veículos biocombustíveis.

Os carros bicombustíveis funcionam com gasolina ou álcool, puros ou misturados, em qualquer proporção. Em geral, os que rodam, por exemplo, 14 quilômetros com um litro de gasolina percorrem nove quilômetros com álcool.
O mais importante disso é que, se custar até 70% do preço da gasolina, o álcool é economicamente vantajoso. Nos anos 80, o Brasil lançou a sua primeira linha de carros movidos a álcool, mas uma crise na oferta do etanol, no final dessa década, reduziu a demanda futura, até o ano passado.

Embora o Brasil não exporte automóveis biocombustíveis, existem negociações no sentido de concluir vendas desses carros para

Mercado potencial

• Consumo mundial de gasolina está perto de 1,2 bilhão de metros cúbicos ao ano (7,7 bilhões de barris/ano).
O mercado de etanol representa cerca de 2,5% da demanda atual de gasolina. O mercado potencial está à frente, pronto para ser construído.
• Um número crescente de países amplia programas de produção local de etanol combustível. Exemplos notáveis são os casos do Brasil (impulsionado pelos carros flexíveis), dos Estados Unidos, da China, Índia, Tailândia, Colômbia, do Peru, Canadá e da Suécia.

o motor flex

Índia e China. Os dois países analisam adotar o álcool como alternativa e também a possibilidade de que ter um veículo que permita seu uso tanto quanto o da gasolina derrubaria as eventuais dificuldades de aceitação do produto.

Os Estados Unidos têm interesse e necessidade de explorar novas opções de combustíveis, o que torna o carro com motor flexível uma opção muito viável. Em 22 dos 50 Estados norte-americanos, existem postos vendendo uma mistura especial, que mescla 85% de etanol (álcool) e 15% de gasolina. É o chamado "E85".

No último Salão do Automóvel de Detroit, nos EUA, os protótipos de carros com células de combustível movidos a hidrogênio e outras tecnologias apresentadas se mostraram longe da realidade do mercado real, principalmente para atender à produção em grande escala.

Projeções iniciais da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) estimavam em 17% as vendas de modelos flex em 2004. Essa marca foi superada amplamente. O salto foi espetacular e deixou para trás as previsões mais otimistas. Para 2005, um novo e grande aumento é dado como certo. ■

As vantagens

- As montadoras não precisam modificar seus métodos de produção
- Os consumidores podem manter seus hábitos de utilização do veículo
- Existe flexibilidade na escolha entre combustível fóssil e renovável
- São menos poluentes
- Têm infra-estrutura de atendimento
- Em evolução: têm gestão integrada de gasolina, álcool e gás
- São mais econômicos e eficientes.

Biodiesel sai da prancheta

A Medida Provisória nº 227, aprovada pelo Congresso Nacional, lança o biodiesel com dois objetivos básicos: substituir 2% das importações do óleo diesel mineral (produto sintético derivado do petróleo) consumido no País por volume equivalente de óleo combustível de origem vegetal ou animal, e promover o desenvolvimento econômico nas pequenas comunidades, por meio do fomento à agricultura familiar.

O lado positivo foi a Câmara dos Deputados ter restabelecido a obrigatoriedade de mistura do biodiesel (na proporção de 2%) ao óleo diesel, a partir de 2008, que havia sido derrubada no Senado. Esse é o prazo para demonstrar a viabilidade técnica, sócio-ambiental e econômica do biodiesel, com incentivos para incluir a agricultura familiar no programa. Além disso, a obrigatoriedade futura constitui uma garantia de mercado futuro e de uma política de médio e longo prazo. Tecnicamente, será possível chegar a B20, ou seja, 20% de óleo de origem vegetal ou animal.

Um ponto de incerteza está no Artigo 5º da MP, que diz: *"fica o Poder Executivo autorizado a mudar as alíquotas do desconto concedido pelo Decreto 5297 à tributação do biodiesel, de 100, 68 ou 32%, do PIS e COFINS, conforme o tipo de investimento"*. Para o investidor, significa uma temeridade de mudança nos pressupostos do projeto e a inviabilidade do negócio. A proposta é que somente o Congresso Nacional deveria modificar os redutores estabelecidos.

As alíquotas referentes à cobrança da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a produção do biodiesel foram estipuladas, no conjunto, em 34,47%, mas têm redução de 100% para produtores familiares do Norte e Nordeste que produzam o biodiesel a partir de mamona ou de palma (dendê); de 68% para produtores familiares de qualquer parte do País; e de 32% para outros produtores. As contribuições incidem sobre a receita bruta auferida e são de 6,15% de PIS/Pasep e 28,32% de Cofins.

A alíquota incentivada estabelecida para os empreendimentos fora da agricultura familiar, de 23,44%, não chega a ser estimulante para o investidor, pois é praticamente a mesma cobrada sobre o óleo diesel (23,63%).

Fica ainda em aberto a necessidade de aplicar uma política transparente de comercialização, distribuição e particularmente de preços, que seja delineada para os três primeiros anos de uso voluntário e também para depois, quando o uso do biodiesel passará a ser obrigatório.

O que consta do marco regulamentar

- Requisitos técnicos de produção, parâmetros de controle de qualidade;
- Normas para a estruturação das cadeias produtivas, condições especiais de financiamento e tributação específica: R$39,65 por m³ de combustível, no caso do PIS; R$182,77 por m³ (Cofins);
- Tratamento diferenciado em três situações: 1. Pequenos produtores de mamona e palma terão redução a zero na cobrança do PIS/Cofins;
2. Famílias associadas ao Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar terão desoneração de 68% no PIS/Cofins;
3. Agricultura intensiva do Norte e Nordeste, diminuição de 32%.

Investimentos

Estimativas conservadoras indicam a necessidade de investimentos imediatos de pelo menos US$ 40 milhões, mas a corrida pode superar os US$ 100 milhões, em um prazo muito curto. Hoje, a produção não supera os 20 milhões de litros por ano. Os negóci-

os em condições de operação em curto prazo são de pequena escala, para atendimento às demandas regionais, mas a obrigatoriedade da mistura coloca no horizonte negócios mais robustos.

Pelo menos oito unidades de produção de biodiesel a partir de óleo de soja deverão ser construídas em 2005. Os investimentos variam de US$5 milhões a US$15 milhões, dependendo do tamanho do projeto e da tecnologia empregada. As unidades de processamento projetadas pela indústria de óleos vegetais terão capacidades de 50 milhões a 100 milhões de litros de biodiesel ao ano.

Custo de produção do biodiesel: novembro de 2004

Matéria-prima	Cotação do grão	Custo do biodiesel (litro)
Soja	US$ 567/t	US$ 0,50
Mamona	US$ 1.174/t	US$ 1,00

Preço internacional do litro de diesel convencional: US$0,32 do litro, sem a CIDE, e US$ 0,40, com a CIDE.
Fonte: Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE)

A variação de preço da *commodity* no mercado internacional tem impacto sobre a competitividade do biodiesel no mercado brasileiro. A matéria-prima representa mais de três quartos do custo do produto. O biodiesel, a partir da mamona, do dendê ou da soja, seria mais caro do que o diesel de petróleo. Na melhor das hipóteses, na versão derivada da soja, custaria o equivalente a US$0,50 por litro, 25% mais caro do que o diesel comum no mercado internacional (US$0,40), já incluída a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre os combustíveis no Brasil.

Biodiesel nos postos de abastecimento (2005)

Matéria-prima	Prazo	Região
Palma	Março	Norte
Mamona	Julho	Nordeste
Soja e girassol	Agosto	Centro-Oeste e Sul

A demanda internacional de soja não deverá afetar a oferta da matéria-prima para a produção de biodiesel. O Brasil exporta mais de 22 milhões de toneladas em grãos e um grande volume de óleo bruto, suficiente para servir de matéria-prima para o processamento interno. A produção de 800 milhões de litros demandaria 4 milhões de toneladas, a serem produzidas em 1,5 milhão de hectares.

Agricultura familiar

As estimativas são de que 40% do biodiesel produzido no País na primeira etapa (até 2007) venham principalmente da mamona e da palma, em função da opção política do governo pela agricultura familiar, como forma de apoiar o desenvolvimento no semiárido e na Amazônia. Serão necessárias quase 100 mil toneladas anuais de óleo de mamona para atender ao programa nacional: a produção atual, de 40 mil toneladas, terá de ser triplicada.

A Agropalma está prestes a inaugurar uma fábrica de oito milhões de litros/ano na capital paraense. A Ceplac-Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira se prepara para fabricar o "dendiesel", biocombustível de dendê (como os baianos chamam a palma) no sul da Bahia – responsável por 90% da produção nacional de mamona. O Estado espera beneficiar seis mil famílias em 190 municípios, com projetos de incentivo à produção familiar.

A Ecomat dispõe de uma unidade capaz de processar 14 milhões de litros a partir da soja, em Mato Grosso. O grupo Biobrás pode produzir 60 milhões de soja, girassol e mamona, em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. Quanto ao óleo de girassol, o Brasil importa 20 mil toneladas por ano, e a empresa Piraí está lançando novas variedades da planta, tendo em vista o potencial desse mercado.

Matérias-primas que podem ser transformadas em combustível

Mamona, palma, girassol, soja, amendoim, colza, babaçu, pequi, buriti, inajá, coco-da-Bahia, gergelim, linhaça, maracujá, caroço de algodão, cascas de citros e castanhas, além de sebo, gordura de origem animal, graxa de esgoto, resíduos de fritura de alimentos etc.

Diante da previsão da obrigatoriedade da mistura de óleos vegetais ao diesel, com a isenção de tributos federais na produção de até 100 toneladas por ano de biodiesel dos agricultores familiares que cultivarem oleaginosas, as empresas distribuidoras de combustíveis deverão criar uma reserva de mercado, comprando pelo menos 50% da produção.

A BR Distribuidora, maior varejista de combustível e distribuidora da Petrobrás, destinou R$20 milhões para construir unidades de armazenamento, com a finalidade de começar a utilizar o biodiesel. Outros distribuidores, como Royal Dutch/Shell Group estudam o uso do novo combustível, que é mais caro para produzir do que o petróleo.

De acordo com o levantamento da Embrapa-Algodão, localizada em Campina Grande, PB, 24 Estados criaram programas de apoio ao biodiesel, por intermédio de parceria com grupos privados de investidores, a exemplo do consórcio Cenp-Energia ou da Brasil Ecodiesel, que pretende assentar sete mil agricultores em cinco Estados: Ceará, Maranhão, Piauí, Bahia e Pernambuco, ocupando um milhão de hectares de área.

A meta é chegar a 2007 produzindo 200 milhões de litros de óleo e biodiesel puros (ésteres etílicos de mamona), com o aproveitamento dos derivados: cascas, polpa e glicerina bruta – um dos subprodutos da transesterificação, técnica que identifica o processo de produção: o óleo vegetal é filtrado para remover gorduras ácidas e misturado com um álcool (etílico ou metílico) e um catalisador, cujas reações formam ésteres (o óleo combustível), de um lado, e glicerol, do outro.

Paraná

A meta do governo do Estado é usar oleaginosas, como o girassol e o nabo forrageiro. O governo vai disponibilizar R$1,5 milhão, pelo Fundo Paraná, para a instalação da planta industrial no Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), na Cidade Industrial de Curitiba. Outros R$400 mil serão liberados pelo Instituto Agronômico do Paraná (Iapar). O processo de licitação para a aquisição de equipamentos está em andamento. As obras deverão ter início neste primeiro semestre. ■

Protocolo de Kyoto avança em Buenos Aires

Conferência abre campo para projetos florestais de pequena escala

MARCELO THEOTO ROCHA

Em dezembro de 2004, em Buenos Aires, Argentina, aconteceu a 10ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima, quando foram definidos procedimentos e modalidades simplificados para os chamados "projetos florestais de pequena escala", e também os meios para facilitar sua implementação.

Os resultados deste encontro foram importantes para o Brasil, face ao seu grande potencial para implementar os projetos florestais de pequena escala. Levando em consideração que o mercado de carbono florestal para o primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto (de 2008 a 2012) é de aproximadamente 109,5 milhões de t de CO_2, supondo que 50% desse total sejam de "projetos florestais de pequena escala", e que o Brasil venha a ter uma participação de 25%, teríamos, no primeiro período de compromisso, o potencial de instalar 342 desses projetos. O total de hectares plantados seria de 99.953, beneficiando 9.995 comunidades e indivíduos de baixa renda, conforme diferentes tipos de atividades.

Tipo	Atividades Quantidade	Área máxima por atividade Hectares	Área total Hectares	Produtores Quantidade
Eucalipto	51	179	9.188	919
SAF Quintal	51	320	16.425	1.643
SAF Café	51	338	17.349	1.735
SAF Palmeira	51	354	18.170	1.817
SAF Silvi-pastoril	51	414	21.250	2.125
Mata Ciliar	86	223	19.077	1.908
Total	341	***	101.459	10.147

Fonte: Conferência das Partes de Buenos Aires

Para atingir este número, cabe ao governo brasileiro fornecer apoio aos participantes de projetos interessados em coordenar a submissão de vários "projetos florestais de pequena escala". Este apoio poderia vir na forma de um fundo para a remuneração dos serviços ambientais prestados pelas comunidades e indivíduos rurais de baixa renda, sob a coordenação de diversos órgãos do governo, em especial, do Ministério do Meio Ambiente, e também com a participação da sociedade civil.

As atividades do fundo não se limitariam a comprar e vender os "créditos de carbono", mas incluiriam prover toda a assistência técnica necessária para que as comunidades e os indivíduos de baixa renda possam desenvolver e implementar os projetos. ■

MARCELO THEOTO ROCHA *é agrônomo, diretor de Relações Institucionais da Fábrica Ética Brasil – Consultoria em Sustentabilidade, e pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da ESALQ-USP. Email: matrocha@esalq.usp.br.*

Principais resultados do encontro

1. Os "projetos florestais de pequena escala" vão resultar em remoções antropogênicas líquidas de gases causadores do efeito estufa por sumidouros menores do que 8 quilo-toneladas de dióxido de carbono por ano, se a média projetada para tais remoções por sumidouros para cada período de verificação não exceder a 8 quilo-toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano;

2. Os "projetos florestais de pequena escala" devem ser excluídos das taxas de procedimentos, a serem usadas para assistir as Partes (países em desenvolvimento) que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas, em atingir os custos de adaptação;

3. Os "projetos florestais de pequena escala" devem estar sujeitos a um nível reduzido da taxa não-reembolsável para o pedido de registro e a uma taxa de procedimentos reduzida para cobrir as despesas administrativas do MDL;

4. Cabe ao Comitê Executivo do MDL desenvolver valores de referência para avaliar os estoques de carbono existentes e para definir metodologias de linha de base simplificadas, levando em consideração, se for apropriado, os tipos de solos, a vida útil do projeto e as condições climáticas; desenvolver metodologias de monitoramento simplificadas, baseadas em métodos estatísticos apropriados, a fim de estimar ou medir as remoções atuais líquidas de gases de efeito estufa por sumidouros; caso seja apropriado, o Comitê Executivo poderá indicar diferentes métodos para diferentes "projetos florestais de pequena escala" e propor valores de referência, se existirem, para facilitar as estimativas ou medições das remoções atuais líquidas de gases de efeito estufa por sumidouros; desenvolver orientações para estimar os vazamentos;

5. Cabe ao secretariado, sujeito à disponibilidade de fundos complementares, facilitar a troca e o acesso a informações relevantes para o desenvolvimento de "projetos florestais de pequena escala";

6. As Partes estão convidadas a prover apoio para os participantes de projetos interessados em coordenar a submissão de vários "projetos florestais de pequena escala", com o objetivo de reduzir os custos de validação, verificação e certificação, junto a entidades operacionais designadas;

7. As Partes incluídas no Anexo I estão convidadas a prover assistência a Partes sedes, para atividades de formação de capacidade destinadas à aplicação e implementação dos procedimentos e modalidades simplificados;

8. As agências multilaterais relevantes, organizações intergovernamentais e organizações não-governamentais estão convidadas a:

a) Formular, desenvolver e implementar programas para apoiar atividades de formação de capacidade, a fim de assistir as comunidades e os indivíduos de baixa renda no desenvolvimento e implementação de "projetos florestais de pequena escala";

b) Desenvolver ferramentas baseadas na Internet para auxiliar no desenvolvimento do projeto, incluindo opções de "florestas de pequena escala" e seus potenciais de seqüestro de carbono, imagens aéreas e por satélite, modelos de avaliação de carbono e informações de mercado para estes projetos;

c) Organizar workshops regionais, em colaboração com organizações e instituições internacionais relevantes, para facilitar o desenvolvimento e a implementação de "projetos florestais de pequena escala".

A cultura da seringueira e a reserva legal

PAULO NASCIMENTO DE TOLEDO

A freqüente discussão, pela sociedade, sobre as questões ambientais, provoca restrições ao uso indiscriminado de fatores de produção e das melhores alternativas tecnológicas, limitando a atividade produtiva da iniciativa privada, tanto no âmbito da indústria como no da agropecuária.

Contribuem para esse movimento os recentes acontecimentos climáticos que refletem um certo recrudescimento de alterações globais nas freqüências desses fenômenos, tais como grandes precipitações e/ou secas, usualmente atribuídas à elevação da temperatura média global, como resultado do chamado "efeito estufa".

No âmbito nacional, se pode citar a ocorrência do ciclone catarinense, de abril passado, o qual chamou a atenção até de instituições de pesquisa internacionais, uma vez que não havia registros desse tipo de fenômeno no hemisfério sul. No Estado de São Paulo, a constante atenção exigida pelo baixo nível de reservas acumuladas pelas represas responsáveis pelo abastecimento da região metropolitana sugere a possibilidade de implantação de um sistema de controle de uso da água, mediante racionamento.

É bastante plausível prever que, em breve, os representantes democráticos da sociedade dedicarão maior atenção à questão da recomposição florestal do Estado de São Paulo. As florestas são as maiores responsáveis pela ampliação da capacidade de infiltração da água pluvial e pela conseqüente recarga dos aqüíferos, recuperando a vazão média dos rios e promovendo o efetivo reabastecimento de represas. Assim, além do surgimento de novos instrumentos legais, é de se esperar que ocorra a regulamentação da legislação referente à exigência da chamada área de floresta de reserva legal nas propriedades agrícolas.

O empresário agropecuário terá de encontrar atividades florestais, cuja perspectiva de renda possa minimizar o impacto negativo que irá causar a perda significativa de áreas produtivas, que poderá variar, pois dos 20% destinados à reserva legal, podem ser deduzidas as áreas de proteção permanente.

No leque de opções, a cultura de seringueira se firma como uma alternativa promissora. Trata-se de uma atividade agrícola em que, ressalvada a questão do treinamento do sangrador, é de fácil condução, fixadora de mão-de-obra (uma virtude, nestas épocas de altas taxas de desemprego). O seu produto principal, o coágulo de látex, está com mercado garantido, com preços em ascensão previstos por um período longo.

O fator que limita a ampla adoção desta oportunidade reside na necessidade de capital para a formação do seringal, e no longo período de maturação do investimento, uma vez que somente após 7 a 8 anos começam as sangrias e os retornos positivos no fluxo de caixa.

Os valores de custo e receita líquida variam em função da tecnologia empregada. A cultura não é muito exigente e pode fornecer uma produtividade compensadora em áreas de fertilidade de média a boa. Uma forma de redução de custos é pela adoção de sistemas de sangria mais espaçados, desde um corte a cada 3 dias até a cada 7 dias. Para um seringal adulto, uma expectativa de até R$2.000,00 de receita líquida por hectare/ano está na base de cogitação. Um indicador de que a atividade representa uma boa sugestão para diversificar a renda da empresa agropecuária e, de quebra, atender à legislação florestal, contribuindo para a manutenção do lençol freático.

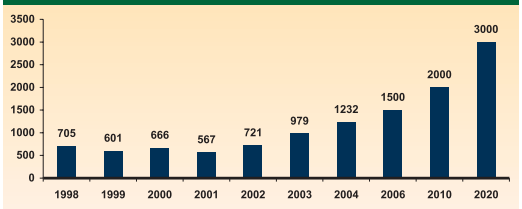
Quanto ao inconveniente do alto valor requerido para se investir em um hectare de seringueiras, sabe-se que é possível reduzir parte deste impacto com o plantio de grãos nas entrelinhas, com uma renda adicional de cerca de R$500,00 por hectare por ano (em duas safras anuais), desde o plantio até o 4o ano. Ainda assim, será preciso caixa para suportar os anos seguintes com a despesa de formação e sem renda.

Para fomentar o plantio, são necessárias medidas de financiamento, com programas de parcerias envolvendo o Estado e as indústrias interessadas na matéria-prima, a fim de propiciar crédito, principalmente, ao pequeno produtor rural. Existem muitas possibilidades de êxito nessas ações, podendo se concretizar em um exemplo de atuação do Estado no sentido de fomentar a produção, o desenvolvimento rural e o amparo social, dada a característica mão-de-obra intensiva da cultura. ■

Cultura da seringueira - um hectare. Valores de:

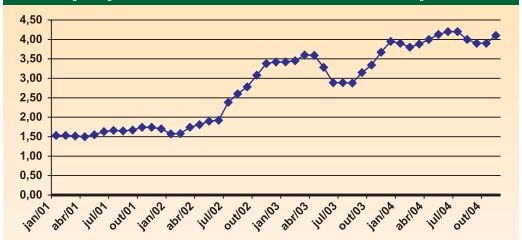
Custo de formação - 500 pés	R$ 8.000,00
Produção	A partir do 10º ano
Produtividade	1500 kg de borracha seca ou 3.000 kg de coágulos
Preço	R$1,27 por quilo de coágulo
Receita bruta	R$ 5.810,00

Evolução dos preços da borracha natural (US$-FOB)



Fonte: Apabor

Brasil: preço de referência da borracha: R$/quilo-PNB



PAULO EDGARD NASCIMENTO DE TOLEDO
é pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA). ptoledo@iea.spgov.br.

Os novos instrumentos de crédito

LUIZ AUGUSTO GERMANI

No dia 31 de dezembro de 2004, foi publicada a Lei nº 11.076, que dispõe sobre os novos títulos de crédito a serem utilizados por toda a cadeia produtiva do agronegócio. Os novos instrumentos visam, principalmente, disponibilizar ao setor maiores possibilidades de captação de recursos, fora do crédito rural oficial, uma vez que abre ao mercado financeiro e aos integrantes da cadeia produtiva oportunidades de operações sem envolvimento com garantias de natureza rural.

Assim, os bancos poderão investir em toda a cadeia produtiva, e os fornecedores de insumos e a indústria poderão fazer financiamentos, direta ou indiretamente, sem correrem os riscos inerentes à atividade; e, principalmente, na eventualidade de não serem satisfeitos seus créditos por inadimplência, assumirem ativos incompatíveis com suas respectivas atividades.

A expectativa é de que o agronegócio passe a receber maior volume de financiamento em todos os segmentos de sua cadeia produtiva, com custos mais baixos. As CPRs terão agora muito mais liquidez e os antigos "contratos de gaveta" serão formalizados

Para auxiliar numa adequada compreensão desses novos instrumentos, seguem alguns esclarecimentos que podem ser úteis:

1. Quais são os novos títulos de crédito?

Os novos títulos de crédito são: o CDA – Certificado de Depósito Agropecuário; o WA – Warrant Agropecuário; o CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio; a LCA – Letra de Crédito do Agronegócio; e o CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio.

2. O que é um título de crédito?

É um documento formal que estabelece um direito creditório, de uma pessoa em relação à outra (à ordem), ou ao portador; circulável por ser capaz de realizar o valor que representa; endossável, para fins de transmissão; judicial ou extrajudicial, em função de sua origem ser por decisão judicial ou por iniciativa dos contratantes (negociais), respectivamente. Os novos títulos aqui tratados são extrajudiciais.

3. Quem pode emitir cada um deles?

O CDA e o WA são emitidos, simultaneamente pelo depositário, a pedido do depositante, normalmente a pedido do produtor rural. O CDCA é de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. A LCA é de emissão exclusiva das instituições financeiras. O CRA é de emissão exclusiva das companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio.

A expectativa é de que o agronegócio passe a receber maior volume de financiamento em todos os segmentos de sua cadeia produtiva

4. O que cada um representa?

O CDA representa uma promessa de entrega de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico, depositados em um armazém. O WA representa a concessão de um direito de penhor sobre o produto descrito na CDA. CDCA, LCA e CRA representam uma promessa de pagamento em dinheiro.

5. Qual é a forma de cada um dos títulos de crédito?

O CDA e o WA são cartulares, antes do registro no sistema de liquidação financeira de ativos, autorizado pelo Banco Central do Brasil, o que deve ocorrer no prazo de dez dias contados a partir da emissão deles. Esta providência deve ser tomada por uma instituição legalmente autorizada para esse fim, mediante o endosso de mandato; após tal providência, eles passam a ser escriturais ou eletrônicos, até a liquidação financeira. Os CDCAs são títulos registrados no sistema de registro e de liquidação financeira de ativos, autorizados pelo Banco Central do Brasil, ficando custodiados em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de custódia. As LCAs também deverão ser registradas e poderão ser custodiadas. Os CRAs terão forma escritural e serão registrados.

6. Quais as garantias envolvidas em cada espécie de título?

Os CDAs e os WAs necessariamente devem ter seguro; inclusive, é exigido que na própria cártula conste a identificação do segurador do produto e do valor do seguro. Os CDCAs e as LCAs conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios a eles vinculados, mas poderão contar com garantias adicionais, reais e fidejussórias, além do seguro de crédito. Os CRAs, uma vez que de são emissão exclusiva das companhias securitizadoras, poderão, conforme o que dispuser o Termo de Securitização de Direitos Creditórios, ter garantia flutuante, que assegurará ao seu titular o privilégio geral sobre o ativo da companhia securitizadora, mas não impedirá a negociação dos bens que compõem esse ativo. ■

LUIZ AUGUSTO GERMANI *é professor de Direito Agrário da FGV. E-mail: linking@germaninet.com.br.*

Os cenários de 2005

FÉLIX SCHOUCHANA e FABIANA S. PEROBELLI

As expectativas de preços são formadas com base nas informações disponíveis numa determinada data, como o preço à vista, além dos fatores componentes da oferta e demanda do produto. A cada dia, com novas informações, as expectativas são refeitas ou revalidadas. Como é difícil um cenário se repetir por muitos dias seguidos, o próprio preço à vista muda ao longo do tempo.

À medida que uma data futura se aproxima da realidade, ou seja, do presente, as expectativas dos agentes ficam mais claras. Em janeiro, quando formamos as expectativas de quanto estará o preço do café em setembro, temos a distância de nove meses do que irá ocorrer. Conforme nos aproximamos de setembro, visualizamos com mais clareza o que ocorrerá com os preços. Por isso, não necessariamente, as expectativas feitas em janeiro se confirmarão em setembro.

O agente econômico observa se as cotações do mercado futuro remuneram a sua atividade ou se estão adequadas à sua estrutura de custos. Se isso se confirmar, o agente econômico vende ou compra contratos futuros. Assim, garantirá antecipadamente um preço e se protegerá contra o risco de oscilação que ocorrerá até o vencimento do contrato.

Outras variáveis influem no preço futuro dos produtos agrícolas, como o câmbio, a taxa de juros projetada e o custo de carregamento. Essas variáveis são fontes de riscos importantes para o agronegócio, que deve incorporá-las para uma adequada administração de riscos.

No início de 2004, o câmbio estava em R$2,80/US$, e o Governo, na sua primeira reunião do Copom, fixou a taxa básica de juros da economia, a SELIC, em 16,5% ao ano. Esses dois importantes parâmetros sinalizavam condições favoráveis para as exportações, pelo lado do câmbio, e uma taxa de juros, embora alta, em queda desde meados de 2003, o que poderia estimular a demanda doméstica.

Este cenário se confirmou até meados de 2004, quando a taxa de câmbio estava em R$3,06/US$, chegando a R$3,20/US$ em maio, e a taxa Selic se estabilizou em 16% ao ano, até agosto.

Em setembro, houve uma reversão do cenário, em função de sinais inflacionários, e chegou-se a janeiro de 2005 com uma taxa Selic de 18,25% ao ano e uma taxa de câmbio de R$2,60/US$. Assim, pode-se observar uma perspectiva distinta da que se tinha no início de 2004. O ano de 2005 parece sinalizar um cenário em que ainda há espaço para novas elevações da taxa de juros e de queda da taxa de câmbio.

Vamos analisar como se formaram as expectativas de preços em 2004 para os principais produtos negociados na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), como café, boi, açúcar, álcool, milho e soja, o que de fato ocorreu com os preços à vista, e quais são as expectativas do mercado futuro para 2005.

Evolução das taxas de câmbio e de juros

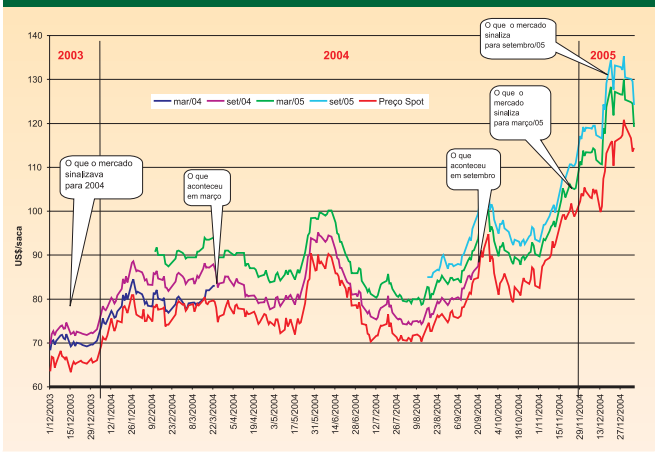


Café

O mercado futuro de café arábica, no início de 2004, sinalizava preços futuros entre US$76,00/saca e US$82,00/saca para 2004. Esses preços refletiam a expectativa de uma produção brasileira em 2004/2005 de 41,7 milhões de sacas, que se somaria a um estoque de passagem calculado em 11,2 milhões de sacas, totalizando 52,9 milhões de sacas de oferta. Com esse balanço, o preço à vista do café iniciou o ano de 2004 a US$60,00/saca.

Como se pode ver no gráfico abaixo, os preços à vista estiveram próximos das expectativas do começo do ano, oscilando entre US$60,00/saca e US$80,00/saca até o final de outubro de 2004.

Preço à vista e futuro de café arábica: 2004 e 2005



O consumo brasileiro absorveu 14,2 milhões de sacas em 2004, e as exportações, 23,5 milhões de sacas, restando um estoque de passagem de 15,17 milhões de sacas.

A partir de outubro e novembro de 2004, o mercado de café teve uma alta acentuada, subindo de US$80,00/saca para US$110,00/saca. Algumas fontes reavaliaram a produção para 38,2 milhões de sacas, reduzindo o estoque de passagem, além de uma fazerem uma reavaliação do balanço mundial de café, apontando uma oferta menor do que fora projetado no início do ano. Com os problemas climáticos ocorridos em 2004, também se registrou queda na produção de café de boa qualidade.

Para 2005/2006, se prevê uma safra brasileira menor, sustentando os preços para 2005. O mercado futuro, em janeiro de 2005, projeta preços entre US$123,00/saca e US$130,80/saca, estando os preços à vista, no início de 2005, no nível de US$110,00/saca.

Essa alta de mais de 60% nos preços do café em tão pouco tempo coloca o produto como um dos mais voláteis entre as mercadorias

agrícolas e reflete a forte oscilação dos estoques finais no Brasil.

Além disso, esse patamar de preços pode estimular produtores brasileiros e de outros países a aumentarem suas produções, provocando novo ciclo de queda nos preços do café. Com esse patamar de preços, os produtores poderiam aproveitar para garantir antecipadamente uma boa remuneração para a produção deste ano.

Boi gordo

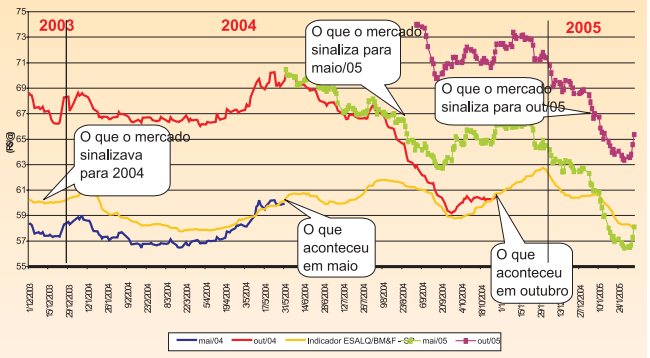
No início de 2004, o mercado futuro estava atento aos preços à vista, que estavam em R$60,00/arroba, e também às expectativas de uma entressafra com alta nos preços, amparado no aumento das exportações e numa perspectiva de melhora no mercado interno.

Assim, o mercado futuro previa para o primeiro semestre de 2004 preços entre R$59,00 e R$60,00 a arroba, e para a entressafra, preços entre R$62,00 e R$68,00 a arroba. O que ocorreu no primeiro semestre, de fato, foram preços à vista entre R$58,00 e R$60,00 a arroba, portanto, próximos das expectativas do começo do ano.

No entanto, os preços à vista no segundo semestre não passaram de R$63,00 a arroba, contrariando as expectativas de quem acreditava em alta na entressafra. Dois fatores contribuíram para isso: o dólar em queda, não sancionando aumentos no preço do boi, e a oferta de boi gordo, que atendeu à demanda interna e externa, devido aos ganhos de produtividade do setor.

Note que se o produtor tivesse vendido contratos futuros de boi gordo, poderia ter garantido um preço de R$70/@ para a entressafra, ao invés de ficar ao sabor do mercado à vista e ter que vender o boi para o frigorífico a preços entre R$60/@ e R$62/@.

Preço à vista e futuro do boi gordo, em 2004 e 2005



Com base no que ocorreu na entressafra em 2004, o mercado futuro sinaliza para 2005 uma safra com preços entre R$58,00 e R$60,00 a arroba, e uma entressafra com preços entre R$62,00 e R$66,00 a arroba, ainda um pouco abaixo das expectativas de 2004, conforme se vê no gráfico abaixo:

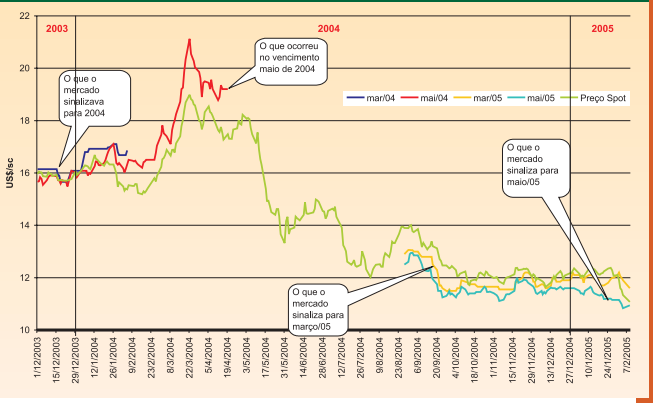
O patamar menor do preço à vista e do dólar estão afetando as expectativas do início de 2005. Por outro lado, os sinais de melhora da renda interna e os preços em queda das carnes concorrentes não foram suficientes para reverter as expectativas de preços do boi nesse início de ano.

Um indicador de que essa expectativa pode não se confirmar é a projeção de um ano com os preços do bezerro em alta, que pode ou não se confirmar, em razão do elevado abate de matrizes ocorrido em 2004. O mercado futuro sinaliza os preços do bezerro entre R$375,00 e R$398,00 por cabeça, para o primeiro semestre de 2005.

Soja

O preço à vista da soja em 2004 estava no nível de US$16,00/saca, tendo como fundo a quebra da safra norte-americana. O Brasil vendeu bem sua produção de 61,4 milhões de toneladas. O mercado futuro, no início de 2004, sinalizava preços entre US$16,00 e US$17,00 a saca, mas o preço à vista chegou aos US$19,00/saca (base Paranaguá).

Preço à vista e futuro da soja: 2004 e 2005



Com a entrada da safra brasileira e argentina, e os problemas enfrentados com a China em 2004, os preços à vista recuaram, caindo para US$12,00/saca entre outubro e dezembro de 2004.

Outro grande problema que afetou a comercialização de soja em 2004 foi o rompimento de contratos por alguns produtores, que haviam fixado vendas na pré-comercialização no patamar de US$10,00/saca e não honraram a entrega, quando a soja bateu os recordes de US$17,00 a US$19,00 a saca.

Com a entrada da grande safra norte-americana e a que irá entrar a partir de abril/maio, do Brasil e da Argentina, a projeção de mercado futuro é de US$11,00/saca a US$12,00/saca para o primeiro semestre de 2005, um valor próximo dos custos de produção, considerando-se os fretes internos.

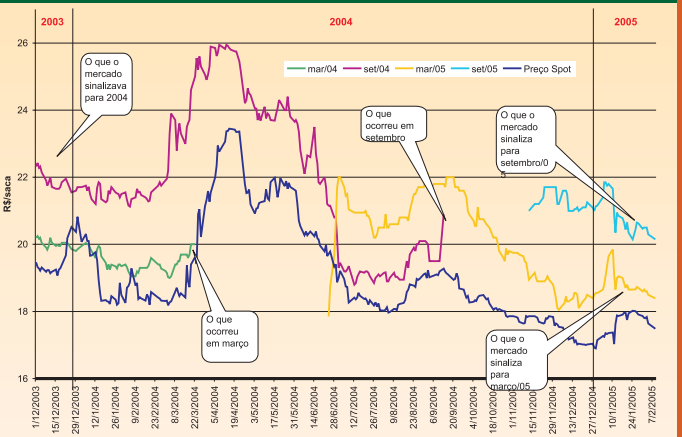
Um fato que poderá agravar essa situação é que muitos produtores brasileiros e argentinos não fixaram seus preços e nem venderam antecipado, como nos anos anteriores. Assim, quando os produtores se descapitalizarem, terão que vender um pouco, contribuindo para pressionar os preços.

Milho

No início de 2004, o mercado à vista de milho praticava um preço de R$22,00/saca (posto Campinas) e o mercado futuro, prevendo uma safra de 43 milhões de toneladas, sinalizou preços em torno de R$20,00/saca.

Na esteira dos altos preços da soja, o milho subiu no mercado à

Preço à vista e futuro do milho: 2004 e 2005



vista, não confirmando as expectativas, e chegou a subir de R$22,00/saca até R$27,00/saca em abril de 2004.

Com a entrada da safra e a queda no preço da soja, o milho voltou para o patamar de R$20,00/saca. Com a entrada da safrinha, o preço caiu para os níveis de R$17,00/saca até dezembro de 2004, muito abaixo dos R$22,50/saca que eram projetados pelo mercado futuro.

Em resumo, o mercado futuro projetava preços estáveis, em torno de R$20,00/saca a R$22,00/saca na entressafra, conforme se vê no gráfico abaixo. O que ocorreu de fato no mercado à vista foi um preço subindo até R$27,00/saca, em abril, e caindo até R$17,00/saca, em dezembro. Quem tivesse utilizado o mercado futuro de milho em 2004, planejando um fluxo de caixa sobre um preço de R$20,00 a R$22,00 a saca, teria obtido o mesmo preço médio do mercado à vista, porém, sem o pico e o vale que ocorreram no ano.

Para 2005, novamente, o mercado projeta estabilidade de preços entre R$19,00 a saca, na safra, e R$20,00 a R$21,00 a saca, na entressafra. Essa estabilidade é explicada em parte pela safrinha, que tem tido uma produção significativa entre agosto e outubro.

Um elemento que pode mudar essa estabilidade do milho é o volume de exportação, que oscila muito de ano a ano (em 2004, foram 2,5 milhões de toneladas).

Açúcar

O mercado brasileiro de açúcar em 2004 projetava um aumento na produção, de 26,4 milhões de toneladas para 28,4 milhões.

Com o consumo crescendo a uma taxa semelhante à do crescimento da população, o excedente seria exportado, passando de 15,2 milhões de toneladas para 18,1 milhões de toneladas. O preço mundial do açúcar é basicamente ancorado no que ocorre no Brasil.

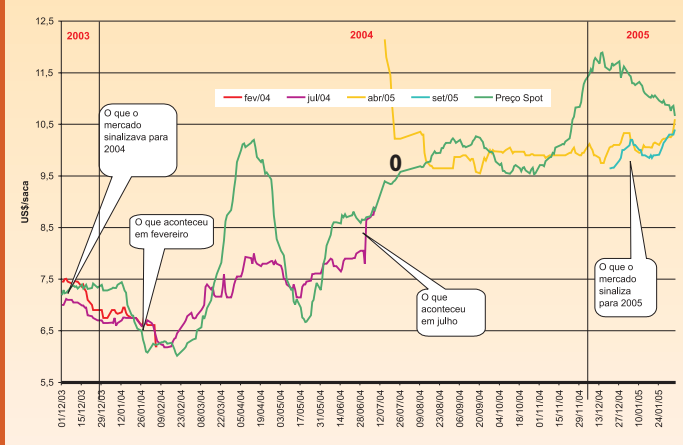
No início de 2004, com essa perspectiva de elevada produção, o mercado futuro sinalizava preços entre US$6,70 e US$6,90 a saca, durante janeiro a outubro. No entanto, contrariando as expectativas, o preço passou de US$7,20 a saca para US$10,00 a saca, entre janeiro e março, em plena entressafra, pelo receio da falta do produto (veja o gráfico abaixo).

Com a entrada da safra, o preço voltou ao patamar de US$7,00/saca em maio, e a partir desse mês, teve uma trajetória de alta até alcançar quase US$12,00 a saca, entre novembro e dezembro, estimulado pelo bom desempenho das exportações, que atingiram o recorde de 64% da produção brasileira.

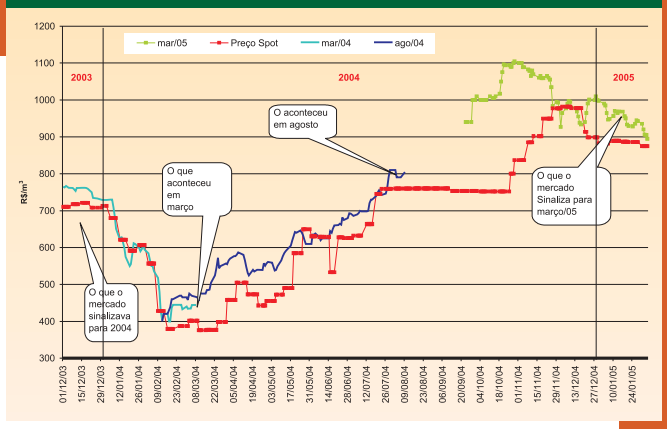
No início de 2005, novamente considerando o mercado a vista, o mercado futuro projeta preços em torno de US$10,00 a saca até outubro, portanto, acima da média do preço à vista em 2004.

O preço do açúcar não deve ser analisado isoladamente, é importante levar em consideração o que ocorrerá com o álcool.

Preço à vista e futuro do açúcar: 2004 e 2005



Preço à vista e futuro do álcool anidro: 2004 e 2005



Álcool anidro

O álcool, na entressafra de 2004 (janeiro a maio de 2004), estava praticando preços baixos no mercado à vista, devido à existência de um estoque de passagem que se somaria à outra grande safra.

No entanto, três fatores contribuíram para a alta no preço do álcool: o consumo dos carros flex-fuel (biocombustíveis), estimulado pelo baixo preço do álcool, as exportações de 2,3 bilhões de litros, e o alto preço do petróleo.

Assim, o mercado futuro, no início de janeiro de 2004, projetava preços entre R$565,00 o m^3 e R$600,00 o m^3, na entressafra. O preço à vista ficou abaixo das expectativas, chegando abaixo de R$400,00 o m^3 na entressafra. Durante a safra, de maio a novembro, o preço foi subindo dos R$400,00 até alcançar patamares próximos a R$1.000,00 o metro cúbico.

É com base nesses preços que o mercado futuro projeta preços entre R$830,00 e R$956,00 o metro cúbico durante a entressafra (janeiro a abril de 2005).

Assim, o setor continua acreditando num impulso das exportações de álcool, criando a logística de escoamento pelos portos, ajudado pelos altos preços do petróleo e pela adição de álcool na gasolina, em alguns países.

Em resumo, os sinais do mercado futuro são ancorados nos seguintes fundamentos:

1. O próprio preço à vista;
2. Os estoques de passagem como proporção do consumo e as estimativas desses estoques ao longo da safra seguinte;
3. O peso das exportações brasileiras, que continuarão representando um papel relevante, enquanto o Brasil continuar tendo um dos mais baixos custos de produção do mundo.

Outro dado que deriva dessa análise é que as projeções do mercado futuro são mais estáveis que os preços à vista, pela própria estrutura de formação do preço futuro, que é o preço à vista mais o custo de carrego ao longo do ano e as expectativas em relação ao balanço de oferta e demanda dos produtos.

Quando se diz que o preço futuro é mais estável, deve-se ter em mente que ao operar um contrato futuro, o produtor, a indústria, ou o exportador está garantindo antecipadamente um determinado preço, que fará parte de seu fluxo de caixa. Quando os agentes não utilizam os mercados futuros, conhecerão o preço ao qual irão vender ou adquirir uma mercadoria somente no momento em que a transação no físico ocorrer.

Isso demonstra que o uso de derivativos agrícolas pode reduzir significativamente a volatilidade dos preços, deixando o produtor e a indústria de serem meros expectadores e reféns dos preços à vista. ■